



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Vice-Presidência do Governo

Emprego e Competitividade Empresarial

Direção Regional de Organização e Administração Pública

Relatório das Finanças Locais de 2013



Região Autónoma dos Açores

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO.....	5
1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	6
1.1. Caracterização Geral	6
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS.....	11
3. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS.....	15
3.1. Receitas e despesas – 2011/2013.....	15
3.2. Estrutura e Evolução das Receitas.....	16
3.2.1. Receitas regulares versus receitas variáveis	16
3.2.2. Receitas próprias.....	22
3.2.3. Fundos do Orçamento do Estado	27
3.2.4. Fundos Comunitários	36
3.2.5. Empréstimos	40
3.3. Estrutura e Evolução das Despesas	41
3.3.1. Pessoal.....	44
3.3.2. Aquisição de bens e serviços	48
3.3.3. Serviço da Dívida.....	52
3.3.3.1. Juros	52
3.3.3.2. Amortizações.....	52
3.3.4. As transferências na despesa municipal	54
3.3.5. Investimento	57
4. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS.....	64
4.1. A Demonstração de Resultados	64
4.2. O Balanço	73
4.2.1. Ativo	73
4.2.1.1. Imobilizado.....	75
4.2.1.2. Existências.....	76
4.2.1.3. Dívidas a receber de terceiros	77

4.2.1.4. Depósitos e Caixa	78
4.2.2. Passivo	79
5. ENDIVIDAMENTO	88
6. FREGUESIAS	94
6.1. Receitas das Freguesias	94
6.2. Despesas das Freguesias	100
7. CONCLUSÃO	104

0. INTRODUÇÃO

A Direção Regional de Organização e Administração Pública (DROAP), no âmbito das competências que lhe são atribuídas na área das finanças locais, elabora anualmente um relatório sobre a situação financeira das entidades da administração local na Região Autónoma dos Açores (RAA), na sequência da análise dos respetivos documentos de prestação de contas.

Paralelamente, tem vindo a ser editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas um anuário sobre as finanças municipais de todo o País, sendo que, a partir de 2013, este documento passou a incluir um capítulo específico para as regiões autónomas.

O presente documento procura de certo modo complementar as análises contidas no referido anuário, não obstante a existência de pontos comuns, como não podia deixar de ser.

No primeiro capítulo, é apresentada uma caracterização geral das autarquias dos Açores e no segundo capítulo, os aspetos mais relevantes da execução orçamental nos vários setores da administração local – municípios, associações de municípios e freguesias – com uma maior ênfase nos municípios e respetivos serviços municipalizados, já que são responsáveis por 84% dos 212 milhões de euros gastos em 2013 por toda a administração local da RAA (não incluindo o setor empresarial local).

No terceiro capítulo, sobre a situação patrimonial, é dado um especial destaque ao Passivo e a uma das suas componentes, o endividamento, que merece uma análise pormenorizada em capítulo próprio. Aí é evidenciado que a dívida global dos municípios diminuiu 14% em 2013 e 33% desde 2009, mostrando os efeitos das políticas e esforços conducentes à redução do endividamento de todo o setor público.

São também analisadas as componentes do Ativo, onde sobressai o imobilizado corpóreo, com um peso relativo da ordem dos 89%, bem como os proveitos e custos do exercício de 2013 e a sua influência nos resultados líquidos.

Por fim, são analisadas de forma global as receitas e despesas das freguesias, o papel das transferências dos municípios e do Governo Regional como fontes de financiamento das suas despesas, as áreas de investimento prioritárias, despesas de pessoal e outros encargos de funcionamento, etc.

O DIRETOR REGIONAL

Victor Jorge Ribeiro Santos

1. O SECTOR LOCAL NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

1.1. Caracterização Geral

A definição de Município aparece, pela primeira vez, no artigo 38.º da Lei n.º 77/79, de 25 de Outubro (Lei sobre atribuições das Autarquias Locais), como «a *pessoa colectiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios da população na respetiva circunscrição*».

Atualmente existem na Região Autónoma dos Açores (RAA) 19 municípios, distribuídos pelas 9 ilhas do arquipélago.

MAPA 1 – Municípios dos Açores, por ilha



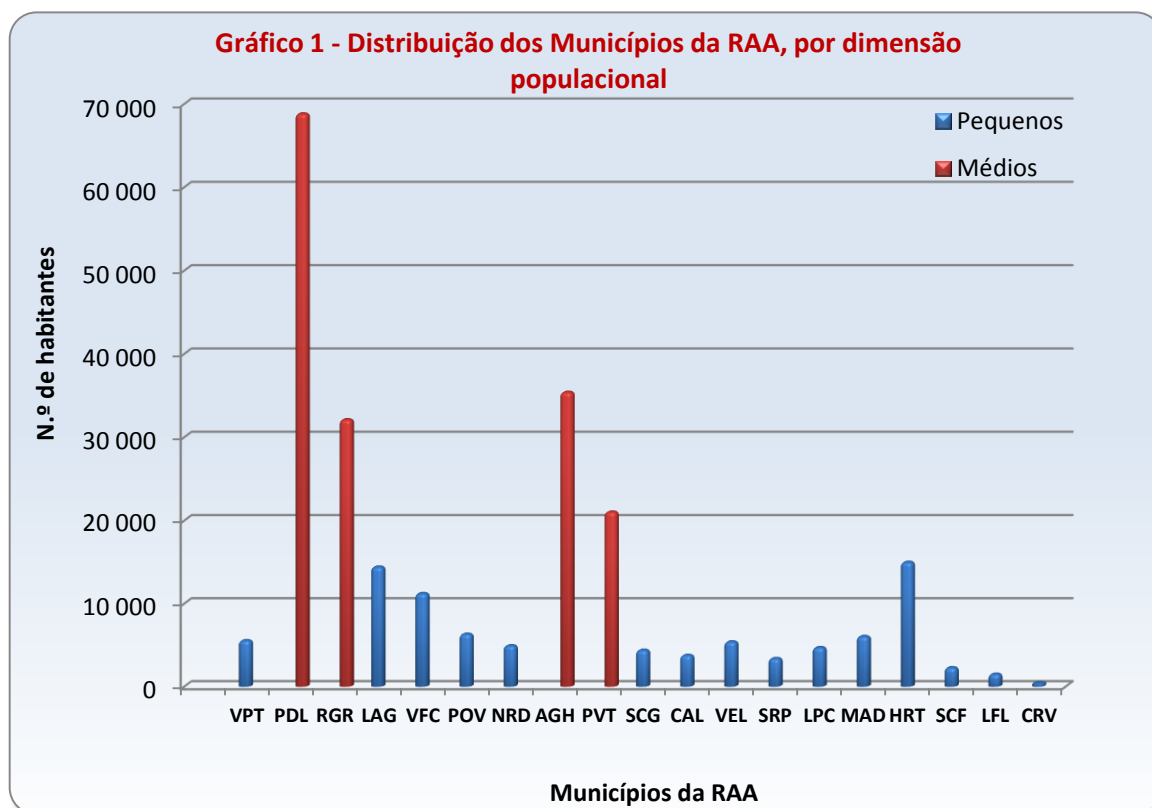
Os municípios podem ser categorizados em três dimensões:

- **Pequenos** – com população menor ou igual a 20.000 habitantes;
- **Médios** – com população maior que 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes;
- **Grandes** – com população maior que 100.000 habitantes.

Considerando estas dimensões, os municípios da RAA distribuem-se da seguinte forma:

Pequenos	Médios	Grandes
15 Municípios	4 Municípios	0 Municípios

Da análise do Gráfico 1, verifica-se que na RAA predominam os municípios de pequena dimensão e somente quatro municípios é que são de média dimensão (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande e Praia da Vitória).



Por outro lado, no que respeita à densidade populacional e agrupando os municípios por ilhas, o quadro seguinte mostra que é nas ilhas de São Miguel e Terceira que está concentrada a maior parte da população, representando 78,7% da população do arquipélago dos Açores (55,9% em São Miguel).

QUADRO 1 - Caracterização da Administração Local na Região Autónoma dos Açores - 2011

Ilha	Concelho	População 2011	Área (km2)	Hab/ Km2	N.º de Freguesias	Área média das Freguesias - km2	Média de Habitantes por Freguesia	Serviços Municipalizados
Santa Maria	VPT	5 552	96,9	57,3	5	19,4	1 110	
		5 552	96,9	57,3	5	19,4	1 110	
São Miguel	PDL	68 809	233,0	295,3	24	9,7	2 867	1
	RGR	32 112	180,2	178,2	14	12,9	2 294	
	LAG	14 416	45,6	316,1	5	9,1	2 883	
	VFC	11 229	78,0	144,0	6	13,0	1 872	
	POV	6 327	106,4	59,5	6	17,7	1 055	
	NRD	4 937	101,5	48,6	9	11,3	549	
		137 830	744,7	185,1	64	11,6	2 154	1
Terceira	AGH	35 402	239,0	148,1	19	12,6	1 863	1
	PVT	21 035	161,3	130,4	11	14,7	1 912	
		56 437	400,3	141,0	30	13,3	1 881	1
Graciosa	SCG	4 391	60,7	72,3	4	15,2	1 098	
		4 391	60,7	72,3	4	15,2	1 098	
São Jorge	CAL	3 773	126,3	29,9	5	25,3	755	
	VEL	5 398	117,4	46,0	6	19,6	900	
		9 171	243,7	37,6	11	22,2	834	
Pico	SRP	3 388	142,4	23,8	5	28,5	678	
	LPC	4 711	155,3	30,3	6	25,9	785	
	MAD	6 049	147,1	41,1	6	24,5	1 008	
		14 148	444,8	31,8	17	26,2	832	
Faial	HRT	14 994	173,1	86,6	13	13,3	1 153	
		14 994	173,1	86,6	13	13,3	1 153	
Flores	SCF	2 289	70,9	32,3	4	17,7	572	
	LFL	1 504	70,0	21,5	7	10,0	215	
		3 793	140,9	26,9	11	12,8	345	
Corvo	CRV	430	17,1	25,1				
		430	17,1	25,1		-	-	
TOTAIS		246 746	2 322,2	106,3	155	15,0	1 592	2

Para além das empresas municipais e intermunicipais e serviços municipalizados, o sector local compreendia em 2013 ainda as seguintes associações de municípios:

QUADRO 2 - Associações de Municípios na Região Autónoma dos Açores – 2011

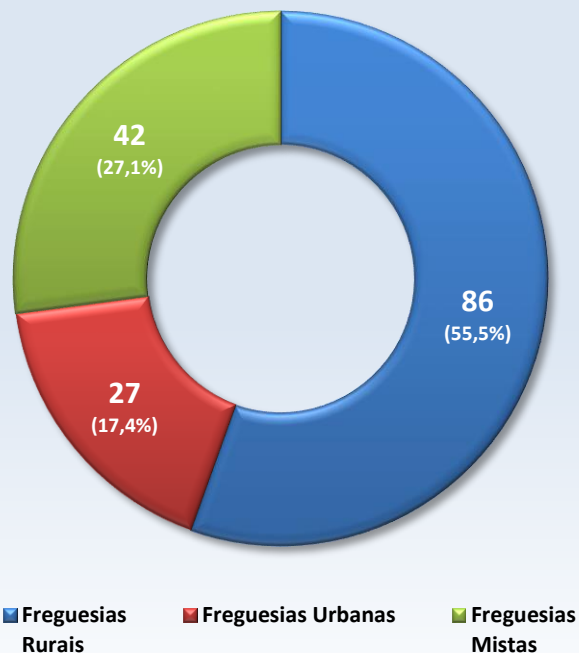
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores (AMRAA)	Todos os municípios da Região
Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	Municípios de S. Miguel, com excepção do Nordeste
Associação de Municípios da Ilha do Pico (AMIP)	Municípios da Ilha do Pico

Ao relacionar urbanidade versus ruralidade das freguesias dos Açores verifica-se a significativa preponderância de freguesias rurais (86), as quais representam 55,5% do universo das freguesias açorianas. Em contraponto, as freguesias urbanas (27) representam 17,4% do total, ao passo que as restantes, as freguesias mistas (42) representam 27,1%.

QUADRO 3 - Tipologia de Freguesias por Município

MUNICÍPIO	Freguesias Rurais	Freguesias Urbanas	Freguesias Mistas	Total de Freguesias
VPT	4	0	1	5
PDL	3	8	13	24
RGR	7	4	3	14
LAG	0	2	3	5
VFC	2	3	1	6
POV	4	0	2	6
NRD	8	0	1	9
AGH	10	7	2	19
PVT	4	1	6	11
SCG	3	0	1	4
CAL	4	0	1	5
VEL	5	0	1	6
SRP	4	0	1	5
LPC	5	0	1	6
MAD	5	0	1	6
HRT	10	2	1	13
SCF	3	0	1	4
LFL	5	0	2	7
CRV	0	0	0	0
Total - RAA	86	27	42	155

GRÁFICO 2 - Distribuição da Tipologia das Freguesias - RAA



2. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS MUNICÍPIOS

Os quadros seguintes mostram o grau de execução orçamental dos municípios da Região Autónoma dos Açores em 2012 e 2013, tendo por base as regras para a orçamentação de receitas e despesas, de acordo com o POCAL (Ponto 3.3).

Em termos globais, o grau de execução da receita orçamentada destes municípios em 2012 e 2013, variou entre os 69,5% (2012) e 76,4% (2013), mantendo-se a normal tendência de uma execução das receitas correntes superior à das receitas de capital, sendo que, nestes dois anos, a execução das receitas correntes ficou sempre acima dos 90%, atingindo mesmo em 2013, em termos médios, quase os 100%, enquanto a execução das receitas de capital variaram entre os 52,8% em 2012 e 50,9% em 2013.

Conclui-se assim que a execução orçamental das receitas correntes situa-se entre os 90% e os 100%, enquanto que no caso das receitas de capital a respetiva execução orçamental não vai muito além dos 50%.

Ainda sobre a execução das receitas correntes, há a destacar o município de Vila Franca do Campo, o qual, em 2012 e 2013, obteve taxas de execução destas receitas superiores a 108%, sendo que, em 2013, 12 dos 19 municípios atingiram taxas de execução das receitas correntes superiores a 100% e todos atingiram taxas acima dos 90%.

Já ao nível das receitas de capital, as taxas de execução são menos significativas, sendo que Vila do Porto atinge os 87,6% em 2012, ao passo que em 2013, apenas 3 municípios apresentam uma taxa de execução das receitas de capital superior a 70%, nomeadamente: Nordeste (71,5%); Angra do Heroísmo (74,9%) e Lajes do Pico (73,1€), destacando-se, em termos opostos, a execução da Calheta de São Jorge, com 13,8%.

No que se refere à execução do lado da despesa, esta apresenta taxas de execução, em termos globais (despesa corrente + despesa de capital), na ordem dos 70% (68,5% em 2012 e 72,8% em 2013). Em 2013, dos 243,5 M€ refletidos no total dos orçamentos corrigidos, apenas foram executados 177,4 M€.

A componente das despesas correntes também apresenta taxas de execução superiores às despesas de capital, uma diferença na ordem dos 30 pontos percentuais, sendo que em 2013

a execução das despesas correntes representaram 88,2%, ao passo que a execução das despesas de capital não chegaram aos 60% (59,8%).

QUADRO 4 - Execução Orçamental 2012 - RECEITA

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução
MUNICÍPIOS					MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS			
VPT	3 339 323	3 339 323	3 187 081	95,4%	2 235 379	2 235 379	1 957 503	87,6%	5 574 702	5 574 702	5 144 584	92,3%
PDL	31 000 001	31 000 000	25 307 251	81,6%	16 449 999	16 450 000	8 386 866	51,0%	47 450 000	47 450 000	33 694 117	71,0%
RGR	13 394 388	13 394 388	11 112 702	83,0%	17 770 612	16 243 633	9 257 351	57,0%	31 165 000	29 638 021	20 370 052	68,7%
LAG	7 326 555	6 990 217	6 484 504	92,8%	8 073 445	7 531 315	4 776 869	63,4%	15 400 000	14 521 532	11 261 373	77,5%
VFC	5 007 544	5 046 906	5 482 288	108,6%	6 110 861	23 193 262	16 181 330	69,8%	11 118 405	28 240 168	21 663 618	76,7%
POV	3 970 168	3 970 168	3 571 340	90,0%	3 998 947	4 189 569	1 443 950	34,5%	7 969 115	8 159 737	5 015 290	61,5%
NRD	3 140 072	3 225 316	2 946 776	91,4%	10 089 704	10 784 084	2 718 782	25,2%	13 229 776	14 009 400	5 665 558	40,4%
AGH	10 013 153	10 166 153	10 494 052	103,2%	11 017 730	10 920 559	6 369 740	58,3%	21 030 883	21 086 712	16 863 792	80,0%
PVT	7 339 384	6 695 764	6 204 510	92,7%	11 367 238	9 892 349	5 178 099	52,3%	18 706 622	16 588 114	11 382 608	68,6%
SCG	2 356 610	2 356 610	2 249 256	95,4%	4 316 734	4 348 318	3 082 140	70,9%	6 673 344	6 704 928	5 331 396	79,5%
CAL	2 659 747	2 659 747	2 534 147	95,3%	2 802 536	2 053 695	1 313 285	63,9%	5 462 283	4 713 442	3 847 432	81,6%
VEL	3 301 837	3 301 837	3 144 003	95,2%	3 912 227	3 912 227	2 156 268	55,1%	7 214 064	7 214 064	5 300 271	73,5%
SRP	2 889 799	2 889 499	2 665 633	92,3%	3 699 294	3 863 014	1 313 651	34,0%	6 589 093	6 752 513	3 979 284	58,9%
LPC	3 028 028	3 028 028	3 117 612	103,0%	9 432 845	8 515 672	2 728 203	32,0%	12 460 873	11 543 700	5 845 815	50,6%
MAD	3 907 540	3 907 517	3 569 004	91,3%	4 543 972	5 548 058	1 746 630	31,5%	8 451 512	9 455 575	5 315 634	56,2%
HRT	7 771 469	7 780 209	6 760 185	86,9%	5 914 651	5 519 868	2 431 564	44,1%	13 686 120	13 300 077	9 191 749	69,1%
SCF	1 632 108	1 632 109	1 637 799	100,3%	1 457 199	1 481 025	1 136 230	76,7%	3 089 307	3 113 134	2 774 029	89,1%
LFL	1 908 143	1 736 392	1 750 350	100,8%	2 183 460	4 311 790	1 881 536	43,6%	4 091 603	6 048 182	3 631 886	60,0%
CRV	919 976	926 976	925 153	99,8%	2 535 500	2 187 843	1 548 976	70,8%	3 455 476	3 114 819	2 474 129	79,4%
Σ MUN	114 905 845	114 047 159	103 143 645	90,4%	127 912 333	143 181 661	75 608 972	52,8%	242 818 178	257 228 820	178 752 617	69,5%

(a) Valores apurados no SIAL

(b) Valores correspondentes à receita cobrada líquida

QUADRO 5 - Execução Orçamental 2012 - DESPESA

Euros

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução
MUNICÍPIOS					MUNICÍPIOS				MUNICÍPIOS			
VPT	3 339 323	3 508 404	3 224 195	91,9%	2 235 379	2 235 379	1 957 414	87,6%	5 574 702	5 743 783	5 181 609	90,2%
PDL	24 283 390	24 986 000	21 184 278	84,8%	20 740 750	22 886 495	12 166 829	53,2%	45 024 140	47 872 495	33 351 107	69,7%
RGR	10 733 372	10 856 404	8 426 252	77,6%	20 481 629	19 567 648	12 291 239	62,8%	31 215 001	30 424 053	20 717 491	68,1%
LAG	6 827 419	6 739 389	5 363 186	79,6%	8 572 581	7 984 243	6 038 947	75,6%	15 400 000	14 723 632	11 402 132	77,4%
VFC	5 007 544	6 348 018	6 073 510	95,7%	6 110 861	22 342 871	15 273 865	68,4%	11 118 405	28 690 889	21 347 375	74,4%
POV	3 970 168	4 014 548	3 111 083	77,5%	3 999 147	4 245 969	1 971 887	46,4%	7 969 315	8 260 517	5 082 970	61,5%
NRD	3 140 072	3 262 501	2 630 484	80,6%	10 089 704	10 784 843	3 035 654	28,1%	13 229 776	14 047 344	5 666 138	40,3%
AGH	9 601 803	11 350 444	9 688 408	85,4%	11 468 954	12 017 976	8 387 923	69,8%	21 070 757	23 368 419	18 076 332	77,4%
PVT	7 339 384	6 593 788	5 055 437	76,7%	11 367 238	10 198 153	6 438 744	63,1%	18 706 622	16 791 940	11 494 181	68,5%
SCG	2 356 610	2 493 150	2 411 048	96,7%	4 316 934	4 348 518	3 006 739	69,1%	6 673 544	6 841 668	5 417 787	79,2%
CAL	2 913 203	2 978 394	2 687 262	90,2%	2 550 441	2 485 250	1 632 385	65,7%	5 463 644	5 463 644	4 319 646	79,1%
VEL	3 301 837	3 309 541	2 651 581	80,1%	3 912 227	3 856 654	2 435 673	63,2%	7 214 064	7 166 195	5 087 254	71,0%
SRP	2 889 799	2 896 781	2 507 669	86,6%	3 699 294	4 308 609	1 808 277	42,0%	6 589 093	7 205 390	4 315 947	59,9%
LPC	3 028 028	3 042 093	2 948 926	96,9%	9 432 845	9 187 377	3 770 649	41,0%	12 460 873	12 229 470	6 719 575	54,9%
MAD	3 907 540	3 925 698	3 457 318	88,1%	4 543 972	5 496 844	1 842 041	33,5%	8 451 512	9 422 543	5 299 359	56,2%
HRT	7 725 142	7 616 444	6 239 495	81,9%	6 160 978	5 766 195	2 948 161	51,1%	13 686 120	13 382 639	9 187 656	68,7%
SCF	1 632 108	1 809 764	1 565 418	86,5%	1 457 199	1 999 035	1 297 232	64,9%	3 089 307	3 808 799	2 862 650	75,2%
LFL	1 908 143	2 113 143	1 896 645	89,8%	2 183 960	4 949 503	2 235 261	45,2%	4 092 103	7 062 646	4 131 905	58,5%
CRV	919 976	926 976	830 298	89,6%	2 535 500	2 418 000	1 583 978	65,5%	3 455 476	3 344 976	2 414 276	72,2%
Σ MUN	104 624 861	108 771 480	91 952 492	84,5%	135 859 593	157 079 561	90 122 897	57,4%	240 484 454	265 851 041	182 075 389	68,5%

(a) Valores apurados no SIAL

(b) Valores correspondentes à despesa paga

QUADRO 6 - Execução Orçamental 2012 - RESUMO

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução
MUNICÍPIOS	114 905 845	114 047 159	103 143 645	90,4%	127 912 333	143 181 661	75 608 972	52,8%	242 818 178	257 228 820	178 752 617	69,5%

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução
MUNICÍPIOS	104 624 861	108 771 480	91 952 492	84,5%	135 859 593	157 079 561	90 122 897	57,4%	240 484 454	265 851 041	182 075 389	68,5%

DIFERENÇA	10 280 984	5 275 679	11 191 153		-7 947 260	-13 897 900	-14 513 925		2 333 724	-8 622 221	-3 322 772	
------------------	-------------------	------------------	-------------------	--	-------------------	--------------------	--------------------	--	------------------	-------------------	-------------------	--

(a) Valores apurados no SIILAL

(b) Valores correspondentes à receita cobrada líquida

(c) Valores correspondentes à despesa paga

QUADRO 7 - Execução Orçamental 2013 - RECEITA

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução
MUNICÍPIOS												
VPT	3 909 632	3 909 632	4 023 107	102,9%	1 183 279	1 183 279	790 812	66,8%	5 092 911	5 092 911	4 813 919	94,5%
PDL	29 288 947	29 288 947	27 771 342	94,8%	14 111 052	14 111 052	3 976 441	28,2%	43 399 999	43 399 999	31 747 783	73,2%
RGR	13 070 990	12 477 883	13 946 046	111,8%	6 981 485	6 981 485	3 845 752	55,1%	20 052 475	19 459 368	17 791 798	91,4%
LAG	8 247 019	8 146 443	7 332 797	90,0%	4 952 981	3 214 415	2 109 006	65,6%	13 200 000	11 360 858	9 441 803	83,1%
VFC	5 909 236	5 917 162	6 418 524	108,5%	5 982 427	4 654 408	3 079 003	66,2%	11 891 663	10 571 570	9 497 527	89,8%
POV	4 835 858	4 835 858	4 550 823	94,1%	3 165 633	2 885 633	1 245 722	43,2%	8 001 491	7 721 491	5 796 545	75,1%
NRD	3 832 121	3 835 871	3 918 487	102,2%	16 158 817	16 752 689	11 970 448	71,5%	19 990 938	20 588 560	15 888 935	77,2%
AGH	12 177 585	13 506 567	12 906 191	95,6%	5 843 600	5 939 996	4 451 882	74,9%	18 021 185	19 446 563	17 358 073	89,3%
PVT	7 939 741	7 798 634	7 840 464	100,5%	11 422 075	6 925 635	4 358 206	62,9%	19 361 816	14 724 270	12 198 670	82,8%
SCG	2 923 631	2 923 631	3 140 615	107,4%	3 819 022	3 835 220	1 507 243	39,3%	6 742 653	6 758 851	4 647 858	68,8%
CAL	3 342 374	3 341 412	3 418 828	102,3%	4 659 715	4 620 677	638 625	13,8%	8 002 089	7 962 089	4 057 453	51,0%
VEL	3 163 901	3 163 901	3 275 098	103,5%	2 562 765	2 562 765	1 786 241	69,7%	5 726 666	5 726 666	5 061 339	88,4%
SRP	3 325 577	3 325 577	3 262 015	98,1%	2 929 823	3 360 908	898 230	26,7%	6 255 400	6 686 485	4 160 245	62,2%
LPC	3 881 283	3 907 283	3 970 875	101,6%	8 599 566	8 231 606	6 020 327	73,1%	12 480 849	12 138 889	9 991 203	82,3%
MAD	4 445 301	4 445 301	4 514 890	101,6%	4 687 716	6 719 200	2 406 012	35,8%	9 133 017	11 164 501	6 920 902	62,0%
HRT	8 326 549	8 326 549	7 732 326	92,9%	7 021 865	7 021 865	2 585 374	36,8%	15 348 414	15 348 414	10 317 700	67,2%
SCF	2 045 675	2 092 675	2 117 880	101,2%	1 072 472	2 562 858	1 138 359	44,4%	3 118 147	4 655 533	3 256 239	69,9%
LFL	2 591 250	2 595 760	2 370 798	91,3%	4 589 542	6 934 921	2 621 602	37,8%	7 180 792	9 530 681	4 992 400	52,4%
CRV	1 221 044	1 221 044	1 263 564	103,5%	3 531 554	2 605 812	1 172 040	45,0%	4 752 598	3 826 856	2 435 603	63,6%
Σ MUN	124 477 714	125 060 131	123 774 671	99,0%	113 275 389	111 104 423	56 601 325	50,9%	237 753 103	236 164 554	180 375 996	76,4%

(a) Valores apurados no SIILAL

(b) Valores correspondentes à receita cobrada líquida

QUADRO 8 - Execução Orçamental 2013 - DESPESA

Euros

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução
MUNICÍPIOS												
VPT	3 373 462	3 493 235	3 394 039	97,2%	1 719 449	1 724 647	1 088 155	63,1%	5 092 911	5 217 882	4 482 194	85,9%
PDL	24 234 063	26 011 062	23 288 642	89,5%	19 165 937	18 245 026	9 062 599	49,7%	43 400 000	44 256 088	32 351 241	73,1%
RGR	9 554 092	9 554 092	9 248 355	96,8%	10 509 358	10 509 358	8 733 680	83,1%	20 063 450	20 063 450	17 982 034	89,6%
LAG	6 371 456	6 323 670	5 487 905	86,8%	6 828 544	5 098 543	3 934 795	77,2%	13 200 000	11 422 213	9 422 700	82,5%
VFC	5 909 236	6 052 141	5 668 105	93,7%	5 982 427	5 298 408	3 857 007	72,8%	11 891 663	11 350 549	9 525 112	83,9%
POV	3 797 264	3 797 264	3 238 062	85,3%	4 237 666	3 957 666	2 309 693	58,4%	8 034 930	7 754 930	5 547 755	71,5%
NRD	3 832 121	4 095 801	3 478 117	84,9%	16 158 817	16 530 623	12 250 951	74,1%	19 990 938	20 626 424	15 729 068	76,3%
AGH	10 240 413	12 386 813	10 768 530	86,9%	7 780 777	9 634 980	4 554 705	47,3%	18 021 190	22 021 793	15 323 235	69,6%
PVT	7 939 741	7 540 702	6 659 662	88,3%	11 422 075	7 314 209	5 116 978	70,0%	19 361 816	14 854 911	11 776 640	79,3%
SCG	2 717 433	2 767 663	2 426 564	87,7%	4 025 320	4 041 517	2 180 598	54,0%	6 742 753	6 809 180	4 607 162	67,7%
CAL	2 849 869	2 864 924	2 610 930	91,1%	5 155 946	5 384 611	1 514 431	28,1%	8 005 815	8 249 535	4 125 360	50,0%
VEL	3 163 901	3 374 258	2 573 376	76,3%	2 562 765	2 623 045	1 928 501	73,5%	5 726 666	5 997 303	4 501 878	75,1%
SRP	2 433 882	2 505 690	2 236 301	89,2%	3 821 518	4 298 509	1 818 207	42,3%	6 255 400	6 804 199	4 054 507	59,6%
LPC	3 173 553	3 174 014	3 160 918	99,6%	9 307 296	9 116 156	6 916 713	75,9%	12 480 849	12 290 170	10 077 631	82,0%
MAD	4 432 779	4 473 478	3 589 832	80,2%	4 700 917	6 692 945	3 276 362	49,0%	9 133 696	11 166 423	6 866 195	61,5%
HRT	7 184 521	7 326 965	6 423 720	87,7%	8 163 893	8 145 893	3 548 267	43,6%	15 348 414	15 472 858	9 971 988	64,4%
SCF	1 700 146	1 981 646	1 657 888	83,7%	1 418 101	3 284 154	1 654 788	50,4%	3 118 247	5 265 800	3 312 676	62,9%
LFL	2 591 250	2 978 250	1 741 881	58,5%	4 590 042	7 068 689	3 505 354	49,6%	7 181 292	10 046 939	5 247 235	52,2%
CRV	807 590	915 680	806 638	88,1%	3 945 013	2 901 423	1 668 257	57,5%	4 752 603	3 817 103	2 474 895	64,8%
Σ MUN	106 306 772	111 617 348	98 459 464	88,2%	131 495 861	131 870 402	78 920 041	59,8%	237 802 633	243 487 750	177 379 505	72,8%

(a) Valores apurados no SIIAL

(b) Valores correspondentes à despesa paga

QUADRO 9 - Execução Orçamental 2013 - RESUMO

Euros

	RECEITAS CORRENTES				RECEITAS DE CAPITAL				RECEITAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(b)	% de Execução
MUNICÍPIOS	124 477 714	125 060 131	123 774 671	99,0%	113 275 389	111 104 423	56 601 325	50,9%	237 753 103	236 164 554	180 375 996	76,4%

	DESPESAS CORRENTES				DESPESAS DE CAPITAL				DESPESAS TOTAIS			
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido (a)	Execução (a)(c)	% de Execução
MUNICÍPIOS	106 306 772	111 617 348	98 459 464	88,2%	131 495 861	131 870 402	78 920 041	59,8%	237 802 633	243 487 750	177 379 505	72,8%

DIFERENÇA 18 170 942 13 442 782 25 315 206

-18 220 472 -20 765 978 -22 318 716

-49 530 -7 323 196 2 996 490

(a) Valores apurados no SIIAL

(b) Valores correspondentes à receita cobrada líquida

(c) Valores correspondentes à despesa paga

3. EVOLUÇÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

3.1. Receitas e despesas – 2011/2013

No período de 2011 a 2013, os 19 municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram receitas globais que variaram de 194,5 M€ em 2011 e 180,9 M€ em 2013, representando uma quebra na ordem dos 7%.

Ao nível das despesas, em 2011 registaram praticamente o valor das respetivas receitas (194,5 M€), enquanto que, em 2012, estas foram superiores às receitas, em cerca de 2,7 M€, embora em 2013 tenha-se registado um valor de receitas superiores às despesas, em cerca de 3,5 M€.

No agregado destes 3 exercícios em análise, o volume total das receitas (554,9 M€) superou ligeiramente as despesas totais (554,0M€).

O Quadro 10 mostra-nos a evolução do fluxo das receitas e das despesas, desagregadas apenas em correntes e capital, evidenciando os saldos no início e no fim de cada ano.

A evolução global do saldo de gerência, apesar de ter registado uma redução de cerca de 30% em 2012, no ano seguinte já se verificou um aumento na ordem dos 55,81%, representando 9,8M€. A quebra registada em 2012, está diretamente relacionada com a sobreposição das despesas apuradas nesse ano, em relação às respetivas receitas, havendo a necessidade de recorrer ao saldo transitado do ano anterior para fazer face a todas as despesas realizadas neste ano.

QUADRO 10 – Evolução das Receitas e Despesas 2011-2013

Euros

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	2011		2012		Δ % 2011/12	2013		Δ % 2012/2013
	Valores	%	Valores	%		Valores	%	
Saldo Inicial a)	8 986 306		9 016 556		0,34%	6 311 088		-30,01%
Receitas Correntes	108 209 162	55,61%	103 729 478	57,82%	-4,14%	124 245 096	68,68%	19,78%
Receitas de Capital	86 179 525	44,29%	75 595 280	42,14%	-12,28%	56 602 186	31,29%	-25,12%
Reposições n/ abatidas nos pag	189 747	0,10%	65 734	0,04%	-65,36%	57 960	0,03%	-11,83%
Receita Total b)	194 578 435	100,00%	179 390 492	100,00%	-7,81%	180 905 242	100,00%	0,84%
Total de Disponibilidades (c)=(a)+(b)	203 564 740		188 407 050		-7,45%	187 216 329		-0,63%
Despesas Correntes	99 186 281	50,98%	91 953 065	50,50%	-7,29%	98 462 639	55,51%	7,08%
Despesas de Capital	95 361 903	49,02%	90 142 897	49,50%	-5,47%	78 920 285	44,49%	-12,45%
Despesa Total (d)	194 548 184	100,00%	182 095 962	100,00%	-6,40%	177 382 924	100,00%	-2,59%
Saldo Final (e)=(c)-(d)	9 016 556		6 311 088		-30,01%	9 833 405		55,81%

Quanto à proporção das componentes “corrente” e “capital”, das receitas e das despesas, verifica-se neste período de 2011 a 2013, um aumento do peso relativo das receitas correntes, que passam de 55,61% em 2011 para 68,68% em 2013 e a situação inversa nas receitas de capital, cujo peso nas receitas totais passa de 44,29% para 31,29%.

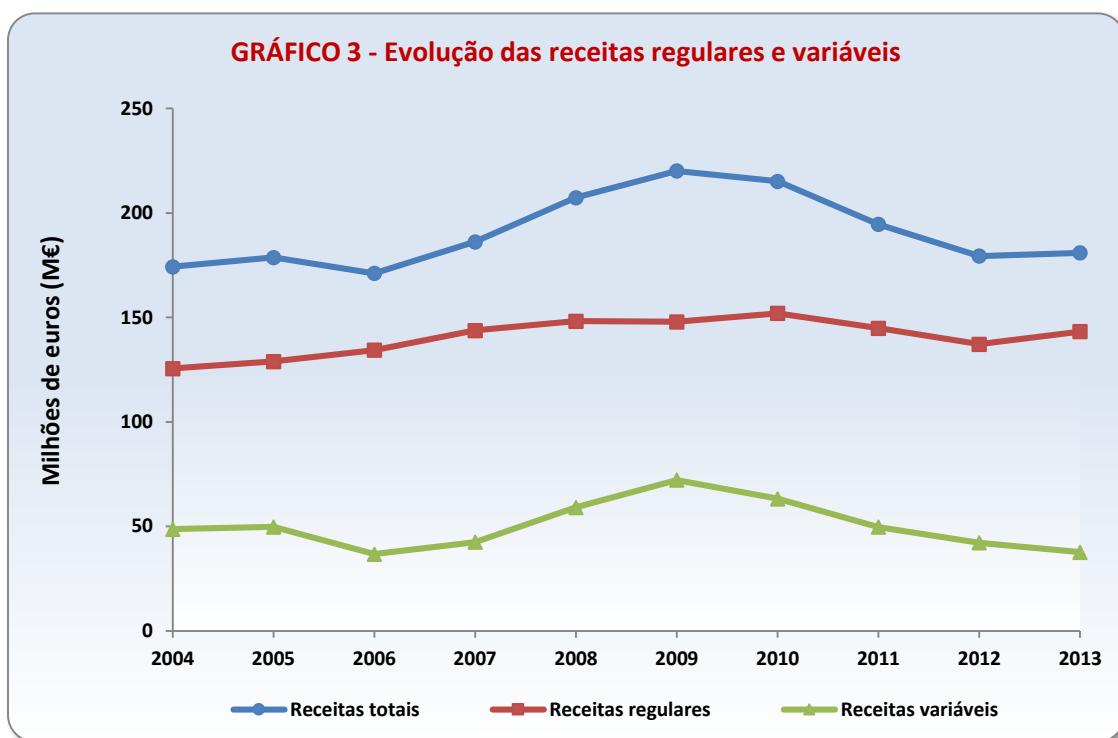
A despesa segue a mesma tendência, com uma redução do peso das despesas de capital em detrimento do aumento do peso das despesas correntes, as quais representaram em 2011 50,98% do total das despesas, sendo que em 2013, esta percentagem aumentou para 55,51%.

3.2. Estrutura e Evolução das Receitas

Em 2013, as receitas totais dos municípios da Região Autónoma dos Açores (RAA) somaram cerca de 181 M€ (milhões de euros), aumentando apenas 0,8%, relativamente a 2012. Foi um aumento reduzido, mas pelo menos a tendência foi invertida, se tivermos em conta o registo de 2012, (- 7,7%) e de 2011 (-9,6%).

3.2.1. Receitas regulares versus receitas variáveis

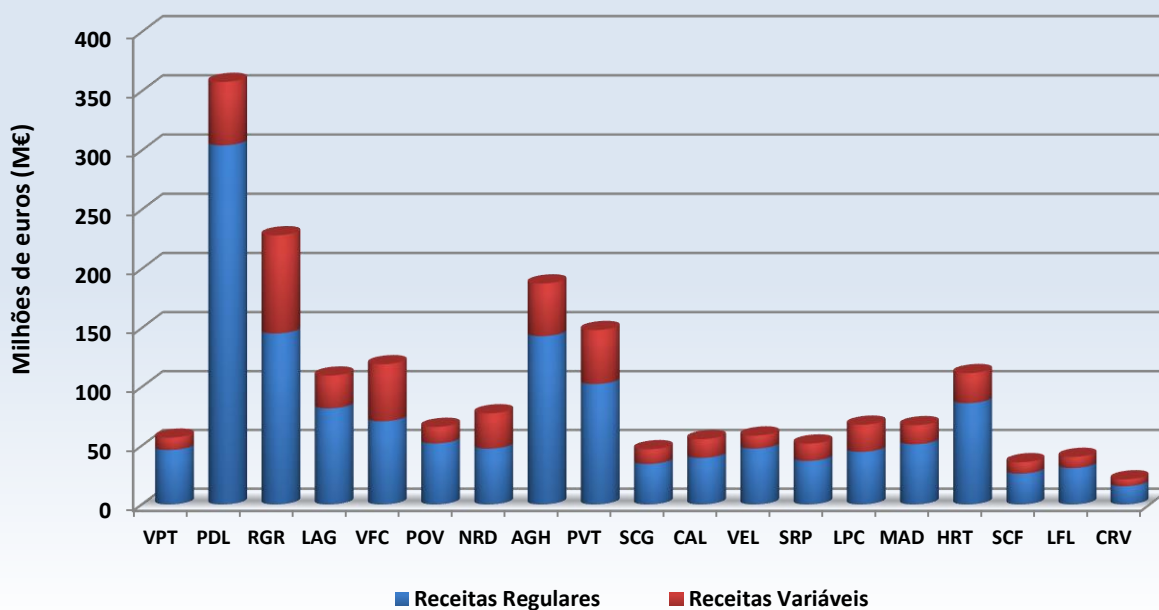
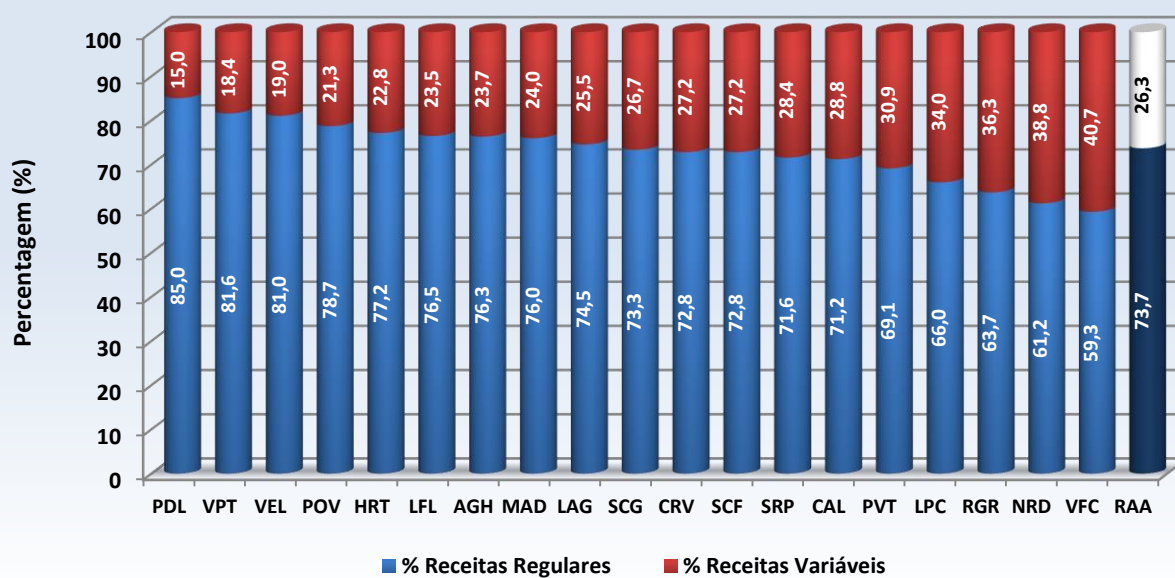
O gráfico 3 mostra a evolução das receitas totais dos municípios nos últimos 10 anos, evidenciando também essa mesma receita repartida em duas partes: a receita de carácter fixo ou regular, que inclui os fundos do Orçamento do Estado e as receitas próprias, derivadas de impostos, taxas, prestação de serviços e venda de bens, e as receitas de carácter variável, ou extraordinário (empréstimos, participações financeiras).



Continua a verificar-se uma redução das receitas variáveis, na linha do que já se vem verificando desde 2009, ano em que os municípios dos Açores arrecadaram 72,2 M€, sendo que em 2013 estas receitas ficaram pelos 37,6 M€, ou seja, uma redução de quase 50% em 4 anos.

Por sua vez, as receitas regulares tem mantido alguma estabilidade, na ordem dos 140 M€, em termos médios e no espaço temporal 2004-2013.

Os gráficos seguintes mostram-nos, em cada município, o valor acumulado das receitas regulares e das receitas variáveis de 2004 a 2013.

GRÁFICO 4 - Receitas Variáveis e Regulares - Valor Acumulado - 2004 a 2013**Gráfico 5 - Percentagem de Receitas Variáveis e Regulares - Valor Acumulado - 2004 a 2013**

As receitas variáveis continuam a registar uma menor percentagem em Ponta Delgada (15% da receita total), situação natural, uma vez que este é o município com mais receitas próprias. Em sentido inverso, o município de Vila Franca do Campo é o que apresenta a maior percentagem de receitas variáveis no total das receitas arrecadadas entre 2004 e 2013, com uma percentagem de 40,7%, sendo que a média dos municípios da Região se situou nos 26,3%, ou seja, em média, cerca de 1/4 das receitas totais dos municípios da Região Autónoma dos Açores, são receitas variáveis.

O Quadro 11 mostra as principais fontes de receita dos municípios, serviços municipalizados e associações de municípios da Região Autónoma dos Açores no ano de 2013, permitindo observar a contribuição absoluta e relativa principais receitas em cada entidade. Desde já, chama-se a atenção para o peso das receitas locais no conjunto dos municípios (28,3%), comparado com os serviços municipalizados (90,9%) e com as associações de municípios (80,3%), o que se explica pelo facto destas últimas entidades não receberem fundos do Orçamento do Estado.

QUADRO 11 – Receitas 2013

Euros

MUNICÍPIOS	Receitas Locais	%	Transferências OE	%	Transferências UE	%	Transferências GR	%	Transferências Outras	%	Empréstimos	%	Total Receitas
VPT	1 016 080	21,1%	3 699 354	76,7%	90 076	1,9%			16 279	0,3%			4 821 789
PDL	15 901 301	49,7%	13 988 519	43,7%	1 820 660	5,7%	218 299	0,7%	62 521	0,2%			31 991 300
RGR	6 727 388	37,8%	8 955 252	50,3%	1 079 088	6,1%	223 056	1,3%	160 651	0,9%	668 893	3,8%	17 814 329
LAG	3 626 333	38,4%	4 503 030	47,7%	833 444	8,8%	73 009	0,8%	5 999	0,1%	400 000	4,2%	9 441 816
VFC	2 990 166	31,3%	4 256 994	44,6%	2 003 925	21,0%	270 996	2,8%	29 763	0,3%			9 551 844
POV	1 673 257	28,9%	4 055 938	70,0%	3 939	0,1%	20 570	0,4%	42 842	0,7%			5 796 545
NRD	463 019	2,9%	4 151 797	26,1%	770 849	4,9%			12 829	0,1%	10 490 442	66,0%	15 888 935
AGH	5 563 192	32,0%	9 653 029	55,5%	1 974 710	11,4%	151 971	0,9%	37 327	0,2%			17 380 229
PVT	3 230 491	26,3%	6 554 545	53,4%	792 000	6,4%	429 965	3,5%	191 055	1,6%	1 086 000	8,8%	12 284 056
SCG	852 408	18,3%	2 723 144	58,6%	907 311	19,5%	150 000	3,2%	16 460	0,4%			4 649 323
CAL	800 712	19,7%	3 260 964	80,3%									4 061 676
VEL	904 222	17,9%	3 807 160	75,2%	340 077	6,7%			12 829	0,3%			5 064 288
SRP	813 546	19,5%	3 006 000	72,2%	282 762	6,8%			31 389	0,8%	28 172	0,7%	4 161 869
LPC	910 645	9,1%	3 765 680	37,7%	2 734 907	27,4%	2 564 184	25,7%	16 515	0,2%			9 991 931
MAD	1 602 551	23,1%	4 011 877	57,9%	865 664	12,5%			15 764	0,2%	430 000	6,2%	6 925 856
HRT	3 321 458	32,0%	5 410 500	52,1%	1 470 165	14,2%	175 000	1,7%	10 784	0,1%			10 387 908
SCF	268 607	8,2%	2 277 357	69,9%	700 571	21,5%			12 829	0,4%			3 259 363
LFL	415 252	8,3%	2 575 630	51,6%	2 004 626	40,1%							4 995 508
CRV	86 903	3,6%	1 448 861	59,5%	835 603	34,3%	52 015	2,1%	13 293	0,5%			2 436 674
CM	51 167 532	28,3%	92 105 631	50,9%	19 510 376	10,8%	4 329 066	2,4%	689 128	0,4%	13 103 508	7,2%	180 905 242
SMPDL	9 386 305	89,6%			1 069 851	10,2%			16 389	0,2%			10 472 545
SMAGH	6 159 992	93,0%							463 409	7,0%			6 623 401
SM	15 546 297	90,9%			1 069 851	6,3%			479 798	2,8%			17 095 945
AMRAA	1 440 734	93,7%			97 533	6,3%							1 538 267
AMISM	1 610 027	74,4%			507 991	23,5%	4 496	0,2%	42 307	2,0%			2 164 821
AMIP	382 141	66,5%			177 435	30,9%	14 854	2,6%					574 430
AM	3 432 903	80,3%			782 959	18,3%	19 349	0,5%	42 307	1,0%			4 277 518
CM+SM+AM	70 146 731	34,7%	92 105 631	45,5%	21 363 186	10,6%	4 348 415	2,1%	1 211 233	0,6%	13 103 508	6,5%	202 278 705

Um aspeto importante a ter em conta na evolução das receitas municipais, é a natureza de algumas receitas, nomeadamente os empréstimos de saneamento financeiro e os empréstimos contraídos no âmbito do PAEL (Programa de apoio à economia local). Estes empréstimos destinam-se a amortizar dívidas (bancárias e outras), substituindo dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo, ou substituindo empréstimos em dívida por outros mais vantajosos. Deste modo, as receitas resultantes deste tipo de empréstimos não podem ser consideradas verdadeiras receitas, pois não se destinam a novas despesas, mas ao pagamento de dívidas anteriormente assumidas. É também o caso dos empréstimos de curto prazo, os quais têm que ser amortizados no ano em que são contraídos, pelo que a despesa que financiam é a sua própria amortização, tendo unicamente como função antecipar receitas previstas para o próprio ano.

Estes empréstimos influenciaram de modo significativo as receitas dos últimos 3 anos, como se pode observar no quadro 12, onde é possível distinguir as receitas totais das receitas efetivamente reais, destinadas a novas despesas.

Os empréstimos de saneamento financeiro e do PAEL representaram uma média de 7,3 % das receitas totais, no último triénio.

QUADRO 12 – Receitas totais / Receitas “reais” 2007-2013

Euros

RUBRICAS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receitas Próprias (RCP)	52 113 730	52 103 377	52 040 738	51 159 297	49 092 088	45 010 182	51 167 532
Transferências - Fundos OE (FOE)	91 680 561	96 124 922	95 915 059	100 806 584	95 777 056	92 200 732	92 105 631
Transferências - Fundos UE (FUE)	14 995 126	15 044 492	29 772 985	26 868 995	18 097 459	18 494 017	19 510 376
Transferências - Governo Regional (FGR)	5 897 026	7 626 663	11 038 358	7 987 755	7 737 930	5 938 839	4 329 066
Transferências - Outras (adm local, INH, etc)	4 277 472	11 302 152	4 631 979	8 509 418	2 383 019	1 012 261	689 128
Empréstimos	17 288 433	25 134 503	26 738 594	19 856 359	21 490 882	16 734 461	13 103 508
Receitas Totais	186 252 348	207 336 109	220 137 712	215 188 409	194 578 435	179 390 492	180 905 242
Empréstimos de saneamento financeiro		9 500 000		5 758 698	14 357 651	11 534 168	4 401 020
Empréstimos do PAEL						2 802 182	7 344 316
Receitas "reais" (destinadas a novas despesas)	186 252 348	197 836 109	220 137 712	209 429 711	180 220 784	165 054 142	169 159 906

O quadro 13 permite ter uma perspetiva da evolução e estrutura das receitas municipais no período 2011/2013.

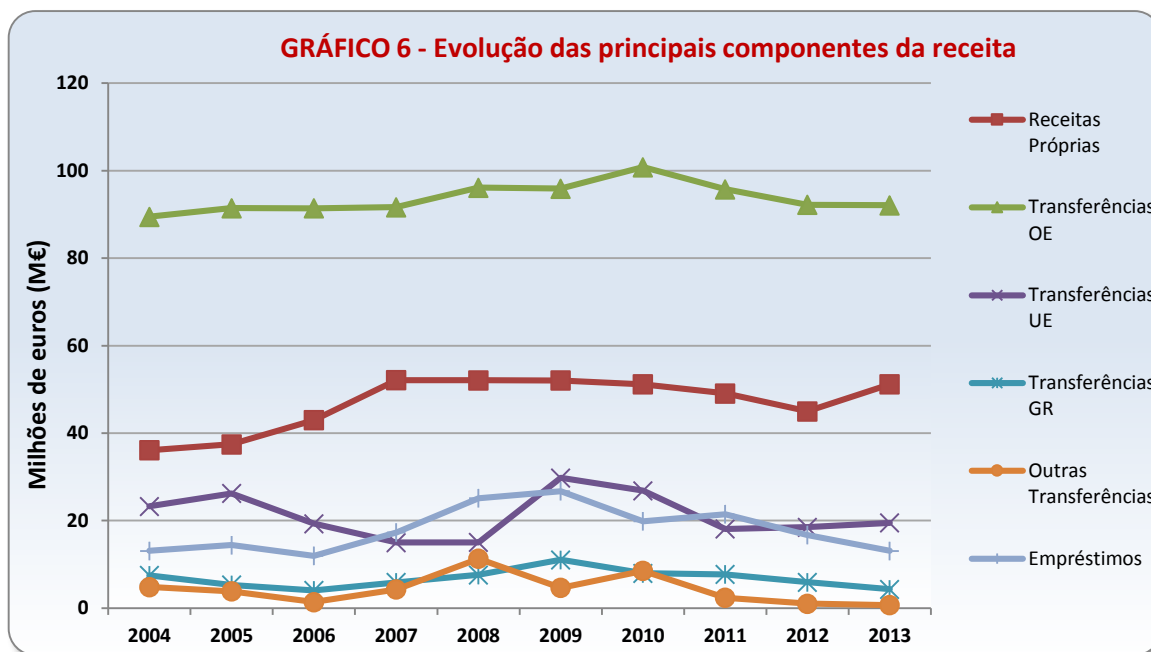
QUADRO 13 – Evolução e estrutura das principais receitas

Euros

RECEITAS	2011		2012		Δ % 2011/2012	2013		Δ % 2012/2013
	valores	%	valores	%		valores	%	
Receitas Próprias	49 092 088	25,23%	45 010 182	25,09%	-8,31%	51 167 532	28,28%	13,68%
Fundos Orçamento do Estado	95 777 056	49,22%	92 200 732	51,40%	-3,73%	92 105 631	50,91%	-0,10%
Fundos Comunitários	18 097 459	9,30%	18 494 017	10,31%	2,19%	19 510 376	10,78%	5,50%
Transferências - Governo Regional	7 737 930	3,98%	5 938 839	3,31%	-23,25%	4 329 066	2,39%	-27,11%
Outras Transferências	2 383 019	1,22%	1 012 261	0,56%	-57,52%	689 128	0,38%	-31,92%
Empréstimos	21 490 882	11,04%	16 734 461	9,33%	-22,13%	13 103 508	7,24%	-21,70%
Totais	194 578 435	100,00%	179 390 492	100,00%	-7,81%	180 905 242	100,00%	0,84%

As receitas próprias e os fundos comunitários foram as únicas componentes que aumentaram em 2013, com as primeiras a registarem um crescimento de 13,68% e as segundas 5,5%. Os Fundos OE (transferências do Orçamento do Estado, no âmbito da lei

das finanças locais), quase não se alteraram, ao contrário das restantes transferências e dos empréstimos.



3.2.2. Receitas próprias

QUADRO 13 – Evolução e estrutura das principais receitas

Euros

RECEITAS PRÓPRIAS	2011		2012		Δ % 2011/2012	2013		Δ % 2012/2013
	valores	%	valores	%		valores	%	
Imposto municipal s/ imóveis - IMI	11 679 750	23,79%	11 943 128	26,53%	2,26%	17 670 598	34,53%	47,96%
Imposto único de circulação - IUC	3 125 201	6,37%	3 808 849	8,46%	21,88%	4 899 519	9,58%	28,64%
Imposto municipal s/ transaç - IMT	8 315 369	16,94%	5 848 628	12,99%	-29,66%	4 524 752	8,84%	-22,64%
Derrama	2 344 528	4,78%	2 102 270	4,67%	-10,33%	1 296 225	2,53%	-38,34%
Loteamentos e obras	1 232 544	2,51%	1 099 190	2,44%	-10,82%	868 936	1,70%	-20,95%
Ocupação da via pública	406 142	0,83%	409 560	0,91%	0,84%	502 487	0,98%	22,69%
Saneamento (esgotos e lixos)	4 458 065	9,08%	4 861 865	10,80%	9,06%	4 925 162	9,63%	1,30%
Juros, rendas e dividendos	1 402 858	2,86%	2 151 974	4,78%	53,40%	1 889 858	3,69%	-12,18%
Venda de bens correntes	92 738	0,19%	51 190	0,11%	-44,80%	241 990	0,47%	372,73%
Fornecimento de água	7 382 191	15,04%	6 789 108	15,08%	-8,03%	6 829 133	13,35%	0,59%
Trabalhos para particulares	210 168	0,43%	203 559	0,45%	-3,14%	181 559	0,35%	-10,81%
Venda de bens de investimento	3 024 916	6,16%	1 499 098	3,33%	-50,44%	2 172 993	4,25%	44,95%
Outras receitas próprias	5 417 619	11,04%	4 241 761	9,42%	-21,70%	5 164 320	10,09%	21,75%
Totais	49 092 088	100,00%	45 010 182	100,00%	-8,31%	51 167 532	100,00%	13,68%

Estas receitas, por definição, são as que resultam das receitas totais menos as transferências e os empréstimos. Os Fundos OE, sendo transferências, não são considerados receitas próprias, apesar de constituírem receitas garantidas e com caráter regular. A sua não inclusão nas receitas próprias faz baixar o indicador de independência financeira (Receitas próprias/receitas totais), sendo este indicador também condicionado pelos empréstimos e pelas restantes transferências. Por exemplo, o município do Nordeste, atendendo ao peso dos empréstimos de saneamento financeiro e do PAEL, apresenta em 2013 um indicador de independência financeira de 2,9%. Ou seja, as suas receitas próprias são menos de 3% das receitas totais.

Ao considerar as receitas de caráter excecional (comparticipações de investimentos e empréstimos) obtém-se indicadores de independência financeira que podem mudar substancialmente de um ano para o outro, passando esse indicador a valer apenas para um determinado ano, sendo por isso desadequado para caraterizar um município. Nesse sentido, para definirmos um indicador de independência ou de autonomia financeira de um município, devemos considerar as suas receitas habituais e compará-las com as suas despesas de funcionamento e de caráter obrigatório.

Deste modo, consideramos preferível considerar as receitas certas (receitas próprias + Fundos OE) e verificar o seu peso na atividade dos municípios. Os Fundos OE são a base da lei das finanças locais, constituindo uma fonte de receita essencial para a concretização da autonomia do poder local. Estas receitas certas são aquelas com que os municípios contam todos os anos e é com elas que podemos caraterizar os municípios e estabelecer comparações entre eles.

O Quadro 14 mostra-nos as receitas certas dos municípios em 2013, e o que sobra, após dedução das despesas correntes (saldo 1) e das despesas de capital obrigatórias (amortização de empréstimos – saldo 2). Este último saldo é o que fica disponível para investimentos ou transferências de capital (investimento delegado).

QUADRO 14 – Investimento financiado por receitas certas

Euros

MUNICIPIOS/ SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	Receitas Certas (Rec próprias + Fundos OE)	Despesas correntes	Saldo 1	Amortizações empréstimos mlp (*)	Saldo 2 - disponível para investimentos	% das receitas certas
VPT	4 715 434	3 394 039	1 321 395	159 659	1 161 736	24,64%
PDL	29 889 820	23 288 642	6 601 178	1 803 183	4 797 995	16,05%
PDL+SM	39 276 124	29 233 037	10 043 087	1 803 183	8 239 904	20,98%
RGR	15 682 640	9 248 355	6 434 285	1 958 367	4 475 919	28,54%
LAG	8 129 363	5 487 905	2 641 458	733 094	1 908 364	23,47%
VFC	7 247 160	5 668 105	1 579 054	1 398 578	180 477	2,49%
POV	5 729 195	3 241 237	2 487 959	661 502	1 826 456	31,88%
NRD	4 614 816	3 478 117	1 136 699	663 157	473 542	10,26%
AGH	15 216 221	10 768 530	4 447 691	1 762 364	2 685 327	17,65%
AGH+SM	21 376 213	16 315 659	5 060 554	1 935 458	3 125 096	14,62%
PVT	9 785 036	6 659 662	3 125 374	815 698	2 309 676	23,60%
SCG	3 575 552	2 426 563	1 148 989	277 506	871 483	24,37%
CAL	4 061 676	2 610 930	1 450 747	933 508	517 239	12,73%
VEL	4 711 382	2 573 376	2 138 005	610 514	1 527 491	32,42%
SRP	3 819 546	2 236 301	1 583 245	550 947	1 032 298	27,03%
LPC	4 676 325	3 160 918	1 515 407	885 557	629 850	13,47%
MAD	5 614 428	3 589 832	2 024 596	1 105 111	919 486	16,38%
HRT	8 731 958	6 423 720	2 308 238	558 031	1 750 207	20,04%
SCF	2 545 964	1 657 888	888 076	202 090	685 986	26,94%
LFL	2 990 882	1 741 881	1 249 001	206 516	1 042 485	34,86%
CRV	1 535 764	806 638	729 126	113 843	615 283	40,06%
Total CM	143 273 163	98 462 639	44 810 524	15 399 225	29 411 299	20,53%
Total CM+SM	158 819 459	109 954 163	48 865 296	15 572 319	33 292 977	20,96%

(*) Foram excluídas amortizações excecionais, compensadas por empréstimos de saneamento financeiro, que também não estão consideradas nas receitas deste mapa.

Em termos globais, as receitas certas conseguem cobrir todas as despesas correntes e as amortizações de empréstimos, sobrando ainda 20,96% para investimento direto ou para transferências de capital (investimento delegado).

Os municípios em que o saldo gerado é mais baixo são Vila Franca do Campo (2,49%), Nordeste (10,26%), Calheta (12,73%) e Lajes do Pico (13,47%), todos eles com planos de saneamento financeiro em curso.

Nos casos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, ao incluirmos os serviços municipalizados, o saldo gerado aumenta de 16,05% para 20,98% em Ponta Delgada, mas em Angra do Heroísmo diminui de 17,65% para 14,62%.

Os valores mais elevados aparecem no Corvo (40,06%) e Lajes das Flores (34,86 %), precisamente os de menor dimensão.

As receitas próprias totalizaram 51,2 M€ em 2013, crescendo 13,68% nesse ano, contrariamente ao sucedido em 2012, em que se verificou uma diminuição de 8,31%.

No que diz respeito aos **impostos municipais**, é de salientar os aumentos de 47,96% no IMI e de 28,64% no IUC. Estes 2 impostos representavam 35% das receitas próprias em 2012 e agora representam 44%. Este crescimento foi no entanto parcialmente anulado pela diminuição progressiva registada nos últimos anos no IMT, o qual baixou 22,64% em 2013. O IMT atingiu o seu valor máximo em 2007 (12 M€), situando-se nos 10 milhões nos 3 anos seguintes, para em 2013 ficar nos 4,5 M€, sabendo-se que a partir de 2016 este imposto sofrerá uma redução de um terço e em 2017 dois terços, ficando extinto no final de 2017, nos termos do art.º 81º da LFL. De toda a maneira, a redução verificada nos últimos anos deve-se apenas ao abrandamento da atividade económica e ao seu reflexo no volume de transações de imóveis.

Em 2013, 51% do IMT cobrado na RAA ficou no município de Ponta Delgada, comparado com 37% no ano anterior.

A **derrama**, por seu turno, sofreu uma redução acentuada de 38,3% em 2013. No triénio 2011-2013, apenas 8 municípios cobraram derrama (6 deles da ilha de S. Miguel), sendo de destacar uma redução de 41% em Ponta Delgada. A derrama está associada ao valor cobrado de IRC, podendo atingir o máximo de 1,5%. A redução verificada tanto pode resultar de uma redução na taxa lançada pelo município, como de uma redução no valor do próprio IRC cobrado, situação mais provável.

A rubrica de **loteamentos e obras**, após sofrer uma diminuição de 11% em 2012, volta a reduzir 21% em 2013. Esta receita tem vindo a baixar consecutivamente desde 2007 (3,1 M€), ficando em 2013 apenas nos 0,9 M€, cerca de 28% do valor de 2007. Este valor encontra-se ao nível de 2000 e 2001.

No caso das **taxas de saneamento e de recolha e tratamento de resíduos sólidos**, o valor cobrado aproximou-se dos 5 M€, aumentando 1,3% em 2013. Aqui, tal como no caso do abastecimento de água, é imperativo considerar os serviços municipalizados e as associações de municípios. Com a inclusão dos serviços municipalizados de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo bem como da AMISM (Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel), o valor total cobrado em 2013 foi de 10 M€ e registou um aumento de 17%.

Outra rubrica em que os SM assumem importância, sendo imprescindível considerá-los, é a do **abastecimento de água**. Os municípios receberam em 2013 cerca de 6,8 M€ nesta rubrica, aos quais há que adicionar 8,7 M€ dos serviços municipalizados de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, caso contrário ficaríamos com uma ideia bastante desvirtuada da dimensão desta receita municipal.

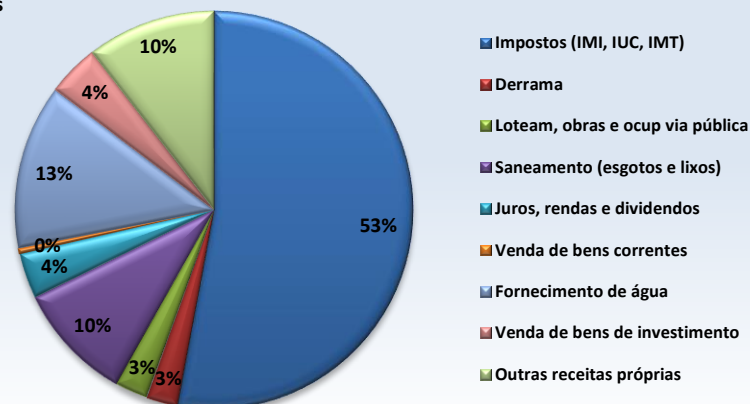
A **venda de bens de investimento** aumentou 45%, invertendo uma tendência decrescente dos últimos anos. Esta rubrica totalizou cerca de 2,2 M€ em 2013, mas entre 2007 e 2010 atingiu uma média de 5,6 M€, no total dos municípios. De referir ainda que 68% do valor observado em 2013 diz respeito apenas a 2 municípios - Praia da Vitória (47%) e Povoação (21%).

Apresentam-se a seguir dois gráficos, um com a estrutura das receitas próprias dos municípios e outro com o somatório das receitas destes com as dos municipalizados e das associações de municípios, considerando o exercício de 2013.

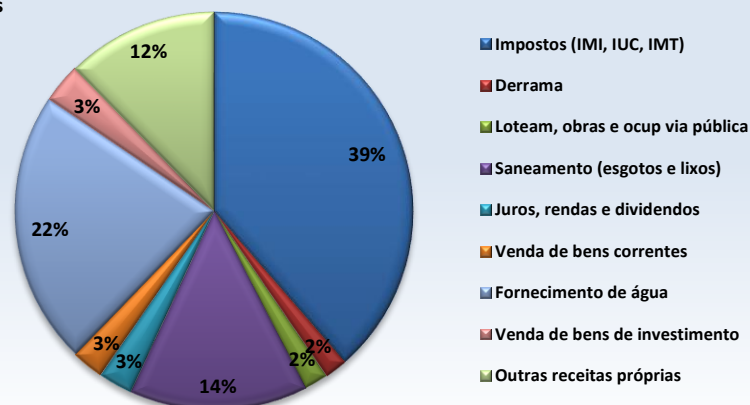
No segundo gráfico, vemos que o peso do fornecimento de água, pelo efeito de adição dos Serviços Municipalizados, sobe de 13% para 22%, tal como o saneamento básico (águas residuais e resíduos sólidos), que sobe de 10% para 14%. Já os impostos diretos passam a ter um peso relativo de 39%, em vez dos 53%, se consideramos unicamente os municípios.

GRÁFICO 7 - Receitas Próprias 2013 (Câmaras Municipais)

Total de receitas
51,2 M€.

**GRÁFICO 8 - Receitas Próprias 2013 - Câmaras Municipais + Serviços Municipalizados + Associações de Municípios**

Total de receitas
70,1 M€.



3.2.3. Fundos do Orçamento do Estado

Os Fundos do Orçamento do Estado (FOE), transferidos para os municípios em 2013 nos termos da Lei das Finanças Locais em vigor até 31-12-2013 (Lei 2/2007, de 15 de janeiro), representaram globalmente cerca de 51% das receitas totais em 2013, variando este valor entre os municípios, consoante a sua dimensão e o recebimento de receitas de

caráter não regular, como é o caso dos empréstimos ou das participações dos fundos comunitários.

Assim, o peso percentual das transferências ou Fundos do OE variou entre 26,1% no município do Nordeste, e 80,3% na Calheta. É de referir que o valor do Nordeste é uma exceção, consequência do valor elevado dos empréstimos no valor de 10,5 M€ no âmbito do PAEL e do saneamento financeiro. Em situação normal, o município com menor expressão dos FOE nas suas receitas seria o de Ponta Delgada (43,7%).

Em 2013, o valor dos FOE manteve-se, relativamente a 2012, mas nesse ano tinha-se verificado uma diminuição de 3,7% e em 2011, um decréscimo de 5%.

Os valores globais dos Fundos OE destinados às regiões autónomas e ao total do País, previstos nas leis do Orçamento do Estado são os que constam do quadro 14, sendo os valores de 2015 os da proposta de LOE/2015 e não os definitivos.

QUADRO 15 – Investimento financiado por receitas certas

Euros

ANOS	PAÍS	Variação anual %	AÇORES	Variação anual %	MADEIRA	Variação anual %
2005	2 298 418 595	2,11%	91 454 921	2,21%	62 868 422	2,15%
2006	2 298 418 595	0,00%	91 454 921	0,00%	62 868 422	0,00%
2007	2 298 418 595	0,00%	91 724 530	0,29%	63 407 373	0,86%
2008	2 406 532 953	4,70%	96 310 757	5,00%	66 312 007	4,58%
2009	2 513 722 014	4,45%	101 126 295	5,00%	69 375 161	4,62%
2010	2 525 840 322	0,48%	102 162 907	1,03%	69 855 556	0,69%
2011	2 397 864 673	-5,07%	96 575 055	-5,47%	66 362 779	-5,00%
2012	2 283 996 289	-4,75%	92 140 392	-4,59%	63 072 382	-4,96%
2013	2 284 229 497	0,01%	92 203 246	0,07%	63 046 298	-0,04%
2014	2 176 235 813	-4,73%	89 668 379	-2,75%	61 262 758	-2,83%
2015	2 302 605 962	5,81%	94 140 008	4,99%	62 897 458	2,67%

Os Fundos OE englobam 3 componentes: O FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro, o FSM – Fundo Social Municipal, verba consignada a despesas com educação, e uma

participação no IRS cobrado no próprio Concelho, que pode atingir um máximo de 5%, conforme deliberação do município.

O quadro seguinte mostra a estrutura das componentes dos Fundos OE, onde o FEF é dividido em transferências correntes e transferências de capital, constituindo o FSM e o IRS transferências correntes.

QUADRO 16 – Estrutura dos Fundos do Orçamento do Estado - 2015

Euros

MUNICÍPIOS	FEF corrente (%)	FEF capital (%)	FEF Total (%)	FSM (%)	IRS (%)	Total (%)
VPT	79,84%	8,87%	88,71%	3,40%	7,89%	100,00%
PDL	61,90%	6,88%	68,77%	10,84%	20,38%	100,00%
RGR	76,08%	8,45%	84,54%	9,12%	6,34%	100,00%
LAG	77,07%	8,56%	85,64%	7,42%	6,94%	100,00%
VFC	80,93%	8,99%	89,92%	6,34%	3,74%	100,00%
POV	84,74%	9,42%	94,15%	3,76%	2,08%	100,00%
NRD	86,04%	9,56%	95,60%	2,72%	1,67%	100,00%
AGH	72,29%	8,03%	80,32%	6,38%	13,30%	100,00%
PVT	76,48%	8,50%	84,97%	7,15%	7,88%	100,00%
SCG	84,31%	9,37%	93,68%	2,97%	3,35%	100,00%
CAL	86,36%	9,60%	95,95%	2,01%	2,04%	100,00%
VEL	85,02%	9,45%	94,47%	2,38%	3,15%	100,00%
SRP	85,58%	9,51%	95,09%	2,14%	2,77%	100,00%
LPC	85,60%	9,51%	95,11%	2,19%	2,70%	100,00%
MAD	84,36%	9,37%	93,73%	2,78%	3,49%	100,00%
HRT	76,25%	8,47%	84,72%	5,07%	10,21%	100,00%
SCF	86,08%	9,56%	95,64%	2,32%	2,04%	100,00%
LFL	88,47%	9,83%	98,30%	0,64%	1,06%	100,00%
CRV	88,88%	9,87%	98,75%	0,32%	0,93%	100,00%
CM	77,66%	8,63%	86,29%	5,70%	8,00%	100,00%
TOTAL	77,70%	8,60%	86,30%	5,70%	8,00%	100,00%

O FEF é claramente o maior dos fundos, ultrapassando os 95% em 7 municípios.

O FEF, corrente e de capital representa globalmente 86,3% do total dos fundos, mas o seu peso é maior nos municípios de menor dimensão, ultrapassando os 95% em 7 municípios. Situação inversa acontece com o FSM e o IRS.

O FSM representa 10,84% em Ponta Delgada e 9,12% na Ribeira Grande. Lagoa e Praia da Vitória apresentam valor superior a Angra do Heroísmo.

No IRS sobressai Ponta Delgada, com 20,38%, seguido de Angra do Heroísmo (13,30%), sendo de assinalar o valor da Ribeira Grande (6,34%), quando comparado com a Horta (10,21%), não esquecendo que se trata de valores percentuais.

3.2.3.1. Fundos do Orçamento do Estado destinados às freguesias

A anterior Lei de Finanças Locais (Lei 2/2007, de 15 de janeiro), que vigorou até ao final de 2013, previa que o montante global do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) seria equivalente a 2,5% da média aritmética da receita do IRS, IRC e IVA. Com a nova Lei 73/2013, de 3 de setembro, a percentagem a aplicar será de 2%.

Este meio ponto percentual a menos equivale na prática a menos 20% na quantia total a transferir para as freguesias. No caso dos municípios, o FEF passa de 23,5% para 19,5% da média aritmética dos 3 impostos acima referidos. São 4 pontos percentuais a menos, o que equivale a uma redução de 17%, inferior à verificada para as freguesias, sendo de esperar que o peso do FFF no total dos Fundos OE (CM e JF) tenha tendência a baixar.

Mesmo com a lei que vigorou até 2013, na Região Autónoma dos Açores, a participação das freguesias no total regional foi de 5,7% em 2013, tendo atingido o máximo de 6,1% em 2006 e 2007.

Quanto ao peso percentual dos Fundos da RAA no total do País, tem-se situado nos 4%.

QUADRO 17 – Repartição dos Fundos OE na RAA (Municípios / Freguesias)

Euros

Anos	Municípios (%)	Freguesias (%)	RAA (%)	RAA total €	RAA / País (%)
2005	94,05%	5,95%	100%	97 240 524	3,91%
2006	93,92%	6,08%	100%	97 373 593	3,91%
2007	93,88%	6,12%	100%	97 701 202	3,92%
2008	94,04%	5,96%	100%	102 419 487	3,93%
2009	94,04%	5,96%	100%	107 540 468	3,95%
2010	93,97%	6,03%	100%	108 720 024	3,97%
2011	94,16%	5,84%	100%	102 568 714	3,96%
2012	94,18%	5,82%	100%	97 836 872	3,96%
2013	94,18%	5,82%	100%	97 899 726	3,97%
2014	94,10%	5,90%	100%	95 287 467	4,04%
2015	94,29%	5,71%	100%	99 836 488	4,01%

3.2.3.2. Importância dos Fundos OE nas receitas correntes e nas receitas de capital

Os Fundos OE recebidos pelos municípios como receita corrente (FEF corrente, FSM e IRS) representam mais de 90% do total dos fundos, pelo que apenas 7 a 10% constituem receitas de capital. Os quadros seguintes mostram a importância destas transferências no contexto das receitas correntes e de capital.

QUADRO 18 – Fontes de financiamento das despesas correntes - 2013

Euros

CM	FOE correntes FEF,FSM,IR	%	Impostos e taxas	%	Bens e serviços	%	Outras rec correntes	%	Receitas correntes	%
VPT	3 037 099	75,4%	589 498	14,6%	365 310	9,1%	35 024	0,9%	4 026 931	100%
PDL	12 007 533	42,9%	12 318 311	44,0%	2 665 184	9,5%	1 022 931	3,7%	28 013 959	100%
RGR	7 421 134	53,2%	2 920 448	20,9%	3 504 287	25,1%	116 650	0,8%	13 962 519	100%
LAG	3 723 637	50,8%	1 803 953	24,6%	1 764 465	24,1%	40 743	0,6%	7 332 797	100%
VFC	3 485 415	54,0%	1 720 344	26,7%	1 176 742	18,2%	70 477	1,1%	6 452 978	100%
POV	3 282 674	72,1%	688 475	15,1%	534 787	11,8%	44 887	1,0%	4 550 823	100%
NRD	3 348 717	85,5%	416 612	10,6%	31 152	0,8%	122 007	3,1%	3 918 487	100%
AGH	8 076 190	62,5%	3 353 382	25,9%	701 670	5,4%	792 104	6,1%	12 923 346	100%
PVT	5 421 136	68,5%	1 956 841	24,7%	207 372	2,6%	331 668	4,2%	7 917 016	100%
SCG	2 277 805	72,5%	477 398	15,2%	358 689	11,4%	26 723	0,9%	3 140 615	100%
CAL	2 625 459	76,7%	438 660	12,8%	327 476	9,6%	32 122	0,9%	3 423 717	100%
VEL	2 360 996	72,0%	483 119	14,7%	413 984	12,6%	19 947	0,6%	3 278 047	100%
SRP	2 432 377	74,6%	428 706	13,1%	383 126	11,7%	17 847	0,5%	3 262 056	100%
LPC	3 044 444	76,7%	390 147	9,8%	501 650	12,6%	34 635	0,9%	3 970 875	100%
MAD	3 253 425	72,0%	650 333	14,4%	597 508	13,2%	16 262	0,4%	4 517 528	100%
HRT	4 480 302	57,4%	1 863 242	23,9%	1 438 349	18,4%	19 266	0,2%	7 801 159	100%
SCF	1 843 465	87,0%	185 185	8,7%	22 172	1,0%	67 058	3,2%	2 117 880	100%
LFL	2 068 154	87,2%	146 312	6,2%	64 658	2,7%	91 674	3,9%	2 370 798	100%
CRV	1 162 424	92,0%	29 347	2,3%	12 854	1,0%	58 939	4,7%	1 263 564	100%
Total CM	75 352 386	60,6%	30 860 313	24,8%	15 071 435	12,1%	2 960 962	2,4%	124 245 096	100%
SMPD			21 273	0,2%	9 126 828	97,4%	224 947	2,4%	9 373 048	100%
SMAH			9 205	0,1%	6 107 257	97,5%	146 990	2,3%	6 263 451	100%
PDL+SM	12 007 533	32,1%	12 339 584	33,0%	11 792 012	31,5%	1 247 878	3,3%	37 387 007	100%
AGH+SM	8 076 190	42,1%	3 362 587	17,5%	6 808 927	35,5%	939 095	4,9%	19 186 798	100%
CM+SM	75 352 386	53,9%	30 890 791	22,1%	30 305 519	21,7%	3 332 899	2,4%	139 881 595	100%

Nas **receitas correntes**, verifica-se para o total dos municípios, um peso relativo de 60,6% para os **Fundos OE correntes**, variando este valor entre 42,9% em Ponta Delgada e 92% no Corvo. Acima dos 80% aparecem ainda os municípios de Nordeste, Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores. Os municípios de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada teriam valores mais baixos se fossem considerados os serviços municipalizados, dado que as receitas da venda de bens e serviços passam a ter um peso de 24% quando estas entidades são incluídas. Daí o valor relativamente elevado de Angra do Heroísmo (62,5%), quando comparado com Lagoa (50,8%), Ribeira Grande (53,2%) e Horta (57,4%).

É importante salientar que em alguns municípios algumas das receitas correntes passaram a ser recebidas por empresas do setor local ou por associações de municípios, pelo que alguns municípios mostram valores mais reduzidos em rubricas como venda de bens e serviços.

Na rubrica de **impostos e taxas** a diferença entre os municípios é substancial. Esta rubrica representa 44% das receitas correntes em Ponta Delgada e apenas 2,3% no Corvo, 6,2% nas Lajes das Flores e 8,7% em Santa Cruz das Flores. O segundo valor mais alto é o de Vila Franca do Campo (26,7%), ultrapassando os 25,9% de Angra do Heroísmo.

Ainda na rubrica de **bens e serviços**, voltamos a chamar a atenção para os valores de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, que pelo facto de não incluírem os respetivos serviços municipalizados apresentam valores baixos. Os municípios com maior peso relativo destas receitas no contexto das receitas correntes são Ribeira Grande (25,1%), Lagoa (24,1%) e Horta (18,4%). O Nordeste, com apenas 0,8% e a Praia da Vitória (2,6%) apresentam valores muito baixos pelo facto de alguns serviços e bens (abastecimento de água) estarem a ser explorados por empresas ou associações. Já os valores de 1% de Santa Cruz das Flores e Corvo são relativamente normais.

Nas **receitas de capital**, o peso relativo dos Fundos OE está muito dependente de receitas de carácter esporádico, como é o caso dos empréstimos contraídos e das transferências de capital relativas a participações, provenientes dos fundos comunitários e do Governo Regional. Em 2013, o valor total dos fundos comunitários (19,3 M€) ultrapassou o FEF de capital recebido pelos 19 municípios (16,7 M€). Os Fundos comunitários ultrapassaram o FEF de capital em 10 municípios, dando a entender a sua importância para o financiamento do investimento realizado. Em 2012 e anos anteriores a situação foi diferente, pois a Lei 2/2007 estabelecia no seu artigo 25º uma percentagem máxima de 65% para o FEF corrente, ficando em 60% na ausência de deliberação dos municípios, tendo esse artigo sido alterado pela LOE 2012, passando o FEF corrente a poder atingir o máximo de 85% do FEF total, valor esse que a atual lei de finanças locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) aumentou para 90% como valor máximo, podendo essa percentagem ser inferior por deliberação do órgão executivo.

Deste modo, apesar de termos valores iguais de FEF total em 2012 e 2013 (80.512.906 €), a repartição entre FEF corrente e FEF de capital mudou substancialmente:

QUADRO 19 – FEF corrente versus FEF de capital 2012-2013

Euros

FEF	2012		2013		Δ % 2012/13
	Valores	%	Valores	%	
FEF corrente	48 307 745	60,00%	63 687 243	79,10%	31,84%
FEF de capital	32 205 161	40,00%	16 825 663	20,90%	-47,75%
FEF Total	80 512 906	100,00%	80 512 906	100,00%	0,00%

Os valores deste quadro são os que constam das leis do Orçamento do Estado. Os valores efetivamente transferidos podem ser diferentes, devido a retenções por incumprimento de carregamento do SIIL, ou por excesso dos limites de endividamento.

Por outro lado, ao considerarmos todas as fontes de financiamento das despesas de capital (investimentos, transferências, amortizações de empréstimos e outras despesas de capital), é importante não esquecer que uma parte das despesas de capital é financiada por receitas correntes, mais precisamente pela parte das receitas correntes não utilizada em despesas correntes, ou seja, o saldo corrente. Este saldo, na prática funciona como uma receita de capital, pois é, ou pode ser, utilizado nas despesas de capital. Em 2013, o saldo corrente global dos municípios atingiu os 25,8 M€, devido essencialmente ao aumento de 15,4 M€ no FEF corrente, tendo ultrapassado as duas grandes fontes de receita de capital, o FEF de capital e os fundos comunitários. Se integrarmos os serviços municipalizados de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo nos respetivos municípios, o saldo corrente global gerado em 2013 foi de 30 M€, ou seja, 40% dos recursos aplicados em despesas de capital.

QUADRO 20 – Fontes de financiamento das despesas de capital - 2013

Euros

CM	Fundos OE capital	%	Fundos UE capital	%	Fundos GR capital	%	Outras rec capital	%	Saldo Corrente	%	Total disponível	%
VPT	662 255	46,5%	90 076	6,3%			38 481	2,7%	632 892	44,5%	1 423 704	100%
PDL	1 980 986	22,8%	1 801 251	20,7%	190 727	2,2%	3 478	0,0%	4 725 317	54,3%	8 701 758	100%
RGR	1 534 118	19,4%	1 079 088	13,7%	223 056	2,8%	342 668	4,3%	4 714 164	59,7%	7 893 095	100%
LAG	779 393	21,9%	827 705	23,3%	67 306	1,9%	34 602	1,0%	1 844 892	51,9%	3 553 898	100%
VFC	771 579	20,0%	2 003 925	51,9%	233 706	6,0%	69 793	1,8%	784 873	20,3%	3 863 876	100%
POV	773 264	30,3%	3 939	0,2%	20 570	0,8%	447 950	17,5%	1 309 586	51,2%	2 555 309	100%
NRD	803 080	41,8%	661 932	34,5%			14 994	0,8%	440 370	22,9%	1 920 377	100%
AGH	1 576 839	23,9%	1 974 710	29,9%	144 971	2,2%	755 363	11,4%	2 154 817	32,6%	6 606 699	100%
PVT	1 133 409	25,0%	666 544	14,7%	274 941	6,1%	1 197 313	26,4%	1 257 354	27,8%	4 529 560	100%
SCG	445 339	20,0%	907 311	40,8%	150 000	6,8%	4 593	0,2%	714 052	32,1%	2 221 295	100%
CAL	635 505	43,8%					1 908	0,1%	812 787	56,0%	1 450 200	100%
VEL	1 446 164	58,1%	340 077	13,7%			0	0,0%	704 670	28,3%	2 490 911	100%
SRP	573 623	30,3%	282 762	14,9%			13 673	0,7%	1 025 756	54,1%	1 895 813	100%
LPC	721 236	10,6%	2 734 907	40,0%	2 564 184	37,5%	0	0,0%	809 957	11,9%	6 830 284	100%
MAD	758 452	26,1%	865 664	29,8%			351 896	12,1%	927 696	31,9%	2 903 708	100%
HRT	930 198	23,5%	1 470 165	37,1%	175 000	4,4%	10 011	0,3%	1 377 438	34,8%	3 962 812	100%
SCF	433 892	27,1%	700 571	43,8%			3 896	0,2%	459 993	28,8%	1 598 351	100%
LFL	507 476	15,6%	2 004 626	61,7%			109 500	3,4%	628 917	19,3%	3 250 519	100%
CRV	286 437	17,6%	835 603	51,3%	50 000	3,1%			456 926	28,1%	1 628 966	100%
Total CM	16 753 245	24,2%	19 250 855	27,8%	4 094 460	5,9%	3 400 118	4,9%	25 782 457	37,2%	69 281 134	100%
SMPD			1 069 851	23,7%			22 294	0,5%	3 428 653	75,8%	4 520 797	100%
SMAH							358 196	33,3%	716 323	66,7%	1 074 519	100%
PDL+SM	1 980 986	15,0%	2 871 102	21,7%	190 727	1,4%	25 771	0,2%	8 153 969	61,7%	13 222 555	100%
AGH+SM	1 576 839	20,5%	1 974 710	25,7%	144 971	1,9%	1 113 559	14,5%	2 871 139	37,4%	7 681 218	100%
CM+SM	16 753 245	22,4%	20 320 705	27,1%	4 094 460	5,5%	3 780 608	5,0%	29 927 432	40,0%	74 876 450	100%

No quadro relativo às fontes de financiamento das despesas de capital, foram consideradas as receitas de capital e o saldo corrente. Foram excluídos os empréstimos, uma vez que em 2013, só houve empréstimos de curto prazo (amortizados no próprio ano) e de saneamento financeiro, contraídos no âmbito de programas especiais de liquidação de dívidas e não para financiar despesas novas, ou seja, as verbas recebidas como empréstimos anularam-se no próprio ano com o pagamento de outros empréstimos ou de outras dívidas não bancárias.

O **saldo corrente** constitui a maior fonte de financiamento das despesas de capital em 8 municípios, sendo de destacar os valores de 61,7% em Ponta Delgada (com Serviços Municipalizados), 59,7% na Ribeira Grande, 56% na Calheta e 54,1% em S. Roque do Pico. Os valores comparativamente baixos de alguns municípios têm as suas

justificações: Lajes do Pico apresenta apenas 11,9%, porque em 2013 recebeu de transferências de capital do Governo Regional 2,6 M€ (63% dos apoios concedidos em 2013); Praia da Vitória (27,8%), vendeu bens de investimento (maquinaria e equipamento) no valor de 977 m€, uma receita extraordinária entrada em 2013.

Os Fundos OE destinados a despesas de capital (FEF de capital) assumem um peso mais elevado nas Velas (58,1%), em Vila do Porto (46,5%) e Nordeste (41,8%).

3.2.4. Fundos Comunitários

As transferências provenientes da União Europeia atingiram, em 2013, 19,5 M€ no conjunto dos 19 municípios dos Açores. Comparando com os 18,5 M€ recebidos em 2012, significa um aumento de 5,5%. Esta receita representou em 2013 cerca de 11% das receitas totais, mas no âmbito das receitas de capital, o seu peso foi de 34% em termos globais, variando, todavia, substancialmente entre os municípios.

Tendo terminado em 2013 mais um quadro comunitário, torna-se interessante comparar o total de fundos recebidos por cada município nos períodos 2000-2006 (QCA) e 2007-2013 (QREN).

O quadro seguinte mostra o total recebido por cada município nos períodos correspondentes aos dois últimos quadros comunitários – 2000/2006 e 2007/2013 e compara esses valores com o investimento total realizado nos mesmos períodos. Podemos então verificar comparar as receitas entre os 2 períodos e também verificar o efeito da variação dos apoios comunitários de um quadro para o outro, no investimento municipal.

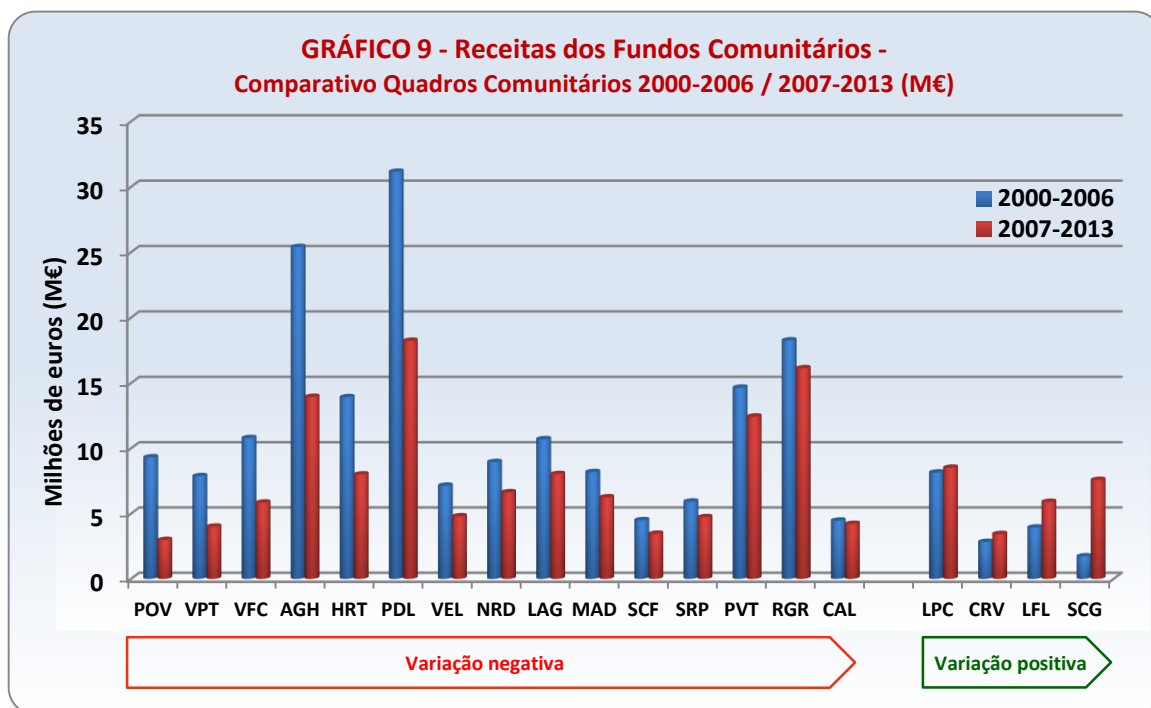
QUADRO 21 – Comparativo Receitas dos Fundos Comunitários / Investimento Total

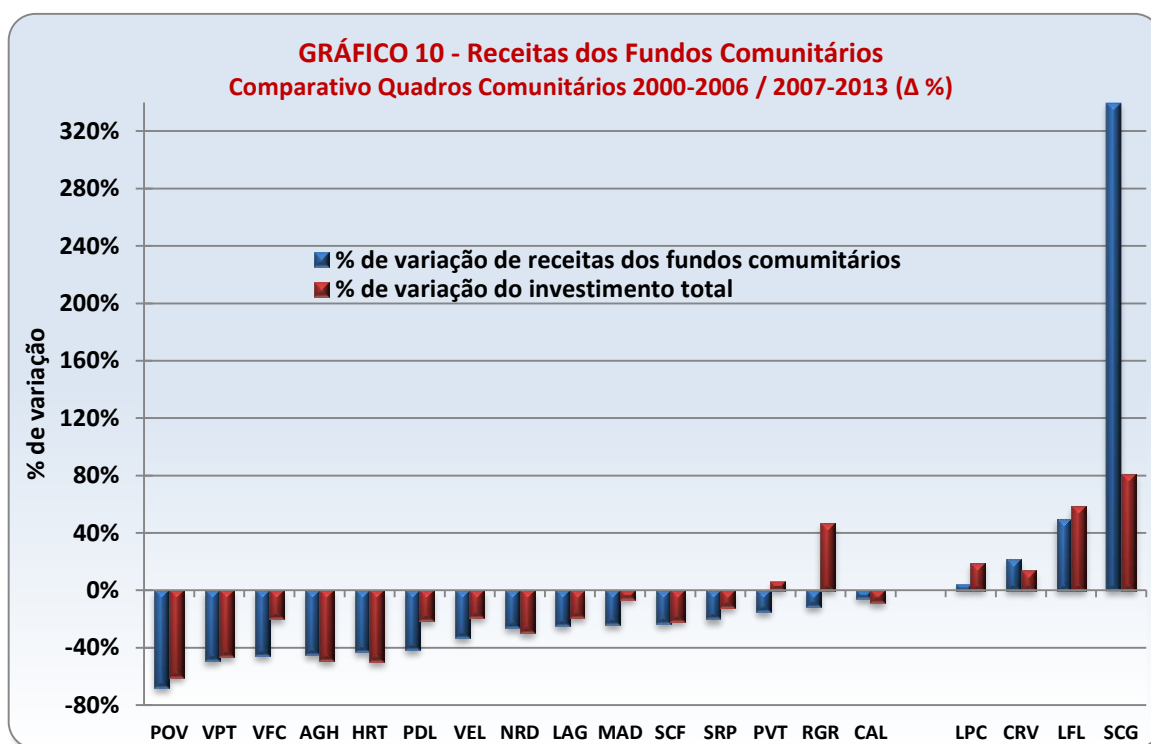
Euros

CM	RECEITAS DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS			INVESTIMENTO TOTAL		
	2000-2006	2007-2013	Δ % FC	2000-2006	2007-2013	Δ % Invest
POV	9 308 518	2 977 691	-68,01%	28 366 659	11 173 521	-60,61%
VPT	7 869 440	3 999 137	-49,18%	20 120 888	10 875 317	-45,95%
VFC	10 785 096	5 842 789	-45,83%	33 052 341	26 481 262	-19,88%
AGH	25 394 604	13 938 589	-45,11%	86 758 039	44 396 289	-48,83%
HRT	13 911 352	7 998 245	-42,51%	38 445 896	19 389 804	-49,57%
PDL	31 150 305	18 225 921	-41,49%	110 467 743	87 070 192	-21,18%
VEL	7 136 694	4 792 338	-32,85%	15 311 374	12 424 058	-18,86%
NRD	8 950 444	6 633 420	-25,89%	30 203 731	21 303 924	-29,47%
LAG	10 692 150	8 029 341	-24,90%	36 827 695	29 917 522	-18,76%
MAD	8 179 723	6 245 144	-23,65%	18 216 749	17 091 327	-6,18%
SCF	4 494 723	3 454 804	-23,14%	11 640 839	9 128 619	-21,58%
SRP	5 917 956	4 724 099	-20,17%	14 190 449	12 471 983	-12,11%
PVT	14 638 711	12 430 631	-15,08%	43 049 913	45 605 181	5,94%
RGR	18 255 073	16 123 502	-11,68%	61 504 444	90 260 575	46,75%
CAL	4 459 914	4 210 979	-5,58%	13 421 267	12 263 876	-8,62%
LPC	8 144 352	8 514 942	4,55%	17 291 154	20 594 110	19,10%
CRV	2 826 640	3 434 555	21,51%	6 685 792	7 622 298	14,01%
LFL	3 935 305	5 895 286	49,81%	10 495 113	16 637 914	58,53%
SCG	1 722 862	7 575 533	339,71%	8 834 228	16 010 324	81,23%
RAA	197 773 861	145 046 944	-26,66%	604 884 316	510 718 098	-15,57%

Globalmente, verificou-se um decréscimo de 26,66% no volume de transferências da UE, a que correspondeu uma diminuição de 15,57% no investimento realizado. No 1º período, as transferências dos fundos comunitários financiaram 32,7% do investimento, passando para 28,4% no período 2007/2013. Isto significa que houve outra ou outras fontes de financiamento que substituíram os fundos comunitários no 2º período. Uma delas foi o saldo corrente a que já fizemos referência. O excesso de receitas correntes sobre despesas correntes foi de 68 M€ no primeiro período e de 86 M€ no segundo – um aumento de 26,7%.

Apenas 4 municípios receberam mais transferências no período 2007/2013, com especial destaque para Santa Cruz da Graciosa, que ao receber 1,7 M€ no primeiro período e 7,6 M€ no segundo, registou um aumento de cerca de 340%.





O município de Lajes das Flores também registou um aumento considerável no segundo período em análise (49,8%). No caso de Lajes do Pico, os valores dos 2 períodos são muito aproximados.

Relativamente aos 15 municípios que viram estas transferências diminuírem, destacam-se os casos de Povoação (-68,01%), Vila do Porto (-49,18%), Vila Franca do Campo (45,83%) e Angra do Heroísmo (45,11%).

Outra forma de apreciar a importância das transferências dos fundos comunitários é compará-las com as verbas recebidas dos fundos do orçamento do estado. Somando todas as transferências destas duas origens no período 2000/2013, teremos um valor global de 1.579 M€, 78% de Fundos OE e 22% de Fundos Comunitários. Esta repartição percentual varia, mas não muito. Em Vila do Porto, Povoação e Velas, o peso dos fundos comunitários é de 19%, e o maior valor é o de Lajes do Pico (25%), seguindo-se com 24%, Lagoa e Corvo.

O quadro seguinte mostra os valores acumulados destas duas importantes fontes de receita, apresentando também valores por habitante e por Km².

QUADRO 22 – Transferências do Orçamento do Estado e da União Europeia período 2000-2013

CM	População residente	Área (Km2)	Fundos UE	%	Fundos OE	%	Fundos UE + Fundos OE	Fundos UE por habitante	Fundos OE por habitante	Fundos UE por Km2	Fundos OE por Km2
VPT	5 552	96,89	11 868 577	19,34%	49 492 437	80,66%	61 361 014	2 138	8 914	122 495	510 811
PDL	68 809	232,99	49 376 227	20,84%	187 607 940	79,16%	236 984 166	718	2 727	211 924	805 219
RGR	32 112	180,15	34 378 575	22,30%	119 805 689	77,70%	154 184 264	1 071	3 731	190 833	665 033
LAG	14 416	45,59	18 721 491	23,57%	60 699 741	76,43%	79 421 232	1 299	4 211	410 649	1 331 427
VFC	11 229	77,97	16 627 885	22,56%	57 075 982	77,44%	73 703 867	1 481	5 083	213 260	732 025
POV	6 327	106,41	12 286 209	18,64%	53 633 986	81,36%	65 920 196	1 942	8 477	115 461	504 031
NRD	4 937	101,47	15 583 864	21,71%	56 188 573	78,29%	71 772 437	3 157	11 381	153 581	553 746
AGH	35 402	239,00	39 333 192	23,29%	129 583 292	76,71%	168 916 484	1 111	3 660	164 574	542 190
PVT	21 035	161,27	27 069 342	23,42%	88 494 543	76,58%	115 563 885	1 287	4 207	167 851	548 735
SCG	4 391	60,66	9 298 394	20,25%	36 630 274	79,75%	45 928 668	2 118	8 342	153 287	603 862
CAL	3 773	126,26	8 670 893	16,48%	43 942 489	83,52%	52 613 382	2 298	11 647	68 675	348 032
VEL	5 398	117,38	11 929 032	18,93%	51 086 100	81,07%	63 015 132	2 210	9 464	101 627	435 220
SRP	3 388	142,36	10 642 055	20,88%	40 327 295	79,12%	50 969 350	3 141	11 903	74 755	283 277
LPC	4 711	155,31	16 659 294	24,80%	50 524 176	75,20%	67 183 470	3 536	10 725	107 265	325 312
MAD	6 049	147,12	14 424 867	21,16%	53 755 326	78,84%	68 180 193	2 385	8 887	98 048	365 384
HRT	14 994	173,06	21 909 597	23,20%	72 542 691	76,80%	94 452 288	1 461	4 838	126 601	419 177
SCF	2 289	70,91	7 949 527	20,65%	30 552 589	79,35%	38 502 116	3 473	13 348	112 107	430 864
LFL	1 504	70,05	9 830 591	22,10%	34 646 546	77,90%	44 477 138	6 536	23 036	140 337	494 597
CRV	430	17,11	6 261 194	24,30%	19 507 094	75,70%	25 768 289	14 561	45 365	365 938	1 140 099
RAA	246 746	2 322	342 820 805	21,71%	1 236 096 765	78,29%	1 578 917 570	55 921	199 945	147 643	532 351

3.2.5. Empréstimos

Os empréstimos contraídos constituem receita orçamental no ano em que são colocados à disposição dos municípios nas contas de depósitos à ordem. Sendo receita, servem de contrapartida às despesas realizadas, a par de outras receitas (próprias, transferências). Os empréstimos são contraídos para financiar despesas de investimento ou para o pagamento de dívidas excessivas (saneamento ou reequilíbrio financeiro). Neste último caso, os empréstimos contraídos são gastos em amortizações de outros empréstimos, ou no pagamento de dívidas a fornecedores, sobretudo empreiteiros, e neste caso as verbas são gastas em investimentos, mas de obras já efetuadas e não de obras novas.

O quadro seguinte mostra a evolução dos empréstimos contraídos pelos municípios nos últimos anos.

QUADRO 23 – Tipo de Empréstimos

Euros

Tipo de Empréstimo	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Curto Prazo	3 551 119	4 110 783	5 419 833	4 010 000	400 000	1 330 000
Médio Longo Prazo	21 583 385	22 627 811	14 436 526	17 480 882	16 334 461	11 773 508
<i>MLP-Investimento</i>	12 083 385	22 627 811	8 677 828	3 123 232	1 998 111	28 172
<i>MLP-Saneamento Financeiro</i>	9 500 000	0	5 758 698	14 357 651	11 534 168	4 401 020
<i>MLP-Estado (PAEL)</i>	0	0	0	0	2 802 182	7 344 316
Total	25 134 503	26 738 594	19 856 359	21 490 882	16 734 461	13 103 508

Em 2012, os municípios começaram a recorrer ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), contraindo empréstimos concedidos pelo Estado para pagar dívidas em atraso aos fornecedores. Neste ano, recorreram a este programa os municípios da Ribeira Grande e da Praia da Vitória, e em 2013, o município do Nordeste, se bem que os outros dois tenham levantado em 2013 parte dos empréstimos contraídos em 2012.

Em 2013, foram contraídos empréstimos no valor global de 13 M€, dos quais apenas 28 m€ foram afetos a novos investimentos. Os empréstimos de curto prazo constituem apenas uma antecipação de receitas do próprio ano, pelo que, na prática, financiam a sua própria amortização. Quanto aos restantes, foram todos destinados ao pagamento de dívidas (saneamento financeiro e PAEL). De facto, foram pagas amortizações de empréstimos no total de 18,6 M€, tendo-se verificado uma redução de cerca de 10 M€ na dívida bancária e de 18 M€ na dívida não bancária.

3.3. Estrutura e Evolução das Despesas

As despesas totais dos municípios somaram 177,4 M€ em 2013, daí resultando um decréscimo de 2,6%, relativamente ao ano anterior. Da mesma forma que na receita alertámos para os empréstimos de saneamento financeiro, os quais na prática não constituem receita efetiva do ano, na medida em que foram utilizados para pagamento antecipado de outros empréstimos, também aqui será de chamar a atenção para as amortizações de empréstimos – ao seu total de 18,6 M€ há que deduzir cerca de 4,4 M€ de amortizações extraordinárias, havendo que ter isso em conta ao comparar com anos anteriores.

Se considerarmos os serviços municipalizados e associações de municípios, a despesa total foi de 196,2 M€ e nesse caso houve um decréscimo de 4,5%, relativamente a 2012.

O Quadro seguinte mostra os valores das principais rubricas de despesa dos municípios, associações e serviços municipalizados.

QUADRO 24 – Despesas 2013

Euros

CM	Pessoal	Aquisição de Bens	Aquisição de Serviços	Juros	Amortizações de empréstimos	Investimento Direto	Investimento Delegado	Tranf p/ Inst s/ fins lucrativ	Tranf e subsid p/ SEL	Outras Transferências	Outras Despesas	Total Despesas
VPT	1 767 309	369 192	885 249	7 849,4	159 659,0	594 996	165 000	416 734		101 961	14 244	4 482 194
PDL	11 470 586	2 204 196	5 422 268	358 935,2	1 803 182,8	6 080 368	788 948	669 169	2 100 774	1 082 253	370 561	32 351 241
RGR	4 838 759	275 998	2 633 204	870 158,4	1 958 366,6	5 096 398	1 338 917	340 000	337 555	24 142	268 536	17 982 034
LAG	2 348 218	458 312	1 311 651	100 379,7	1 133 094,5	1 995 433	692 807	269 425	732 637	224 009	156 735	9 422 700
VFC	2 221 260	272 851	1 176 336	1 172 692,8	1 398 577,8	2 458 429		147 969	550 748	62 891	63 358	9 525 112
POV	2 554 813	133 776	344 147	80 996,5	661 502,4	560 101	462 646	68 753		114 274	570 165	5 551 173
NRD	1 540 762	196 499	731 297	476 115,4	2 524 130,9	8 740 736	139 693	265 341	372 907	5 185	736 402	15 729 068
AGH	4 743 092	481 945	2 113 357	148 901,3	1 762 363,6	1 382 314	1 047 297	2 498 663	334 860	615 298	195 144	15 323 235
PVT	3 395 304	381 495	811 059	531 730,5	1 315 697,9	1 520 989	1 641 542	1 865 470	60 540	167 981	84 833	11 776 640
SCG	1 155 501	425 434	355 286	48 303,7	277 506,2	1 840 592		356 168		148 361	9	4 607 161
CAL	1 730 067	216 056	418 328	163 271,9	933 507,9	487 386	85 037	10 510		54 909	26 288	4 125 360
VEL	1 541 250	256 662	693 131	14 475,8	610 514,0	424 691	494 310	85 343		44 283	337 218	4 501 878
SRP	1 094 686	123 633	470 360	18 406,8	550 946,6	474 237	337 273	810 148	143 505	7 478	23 834	4 054 507
LPC	1 697 714	291 848	701 979	212 610,4	885 557,3	5 581 200	208 063	262 440	136 281	91 343	8 596	10 077 631
MAD	2 140 102	121 328	862 321	36 340,7	1 535 110,5	1 473 510	93 951	453 134		119 062	31 336	6 866 195
HRT	3 370 777	360 184	1 838 609	86 126,9	558 030,6	2 263 745	7 800	340 264	285 717	679 432	181 302	9 971 988
SCF	1 055 717	267 700	248 255	10 500,9	202 090,0	1 285 457	102 500	63 610		12 106	64 741	3 312 676
LFL	1 033 572	348 890	295 559	8 547,2	206 516,0	3 199 003	26 661	74 300	8 895	13 849	31 443	5 247 235
CRV	511 744	86 077	192 051	6 494,2	113 843,4	1 523 196	16 000	19 118	6 000		371	2 474 895
CM	50 211 231	7 272 076	21 504 446	4 352 838	18 590 198	46 982 780	7 648 444	9 016 558	5 070 419	3 568 817	3 165 116	177 382 924
SMPDL	4 127 574	523 453	946 006			2 264 703		3 650		800 000	343 712	9 009 098
SMAGH	3 071 643	721 057	1 334 496	24 712,2	173 094,1	364 450					395 221	6 084 673
SM	7 199 217	1 244 510	2 280 502	24 712	173 094	2 629 152		3 650		800 000	738 933	15 093 771
AMRAA	128 096	41 138	419 419	19 635,0		9 579				8 824	861 809	1 488 500
AMISM	854	926	541 790	13 835,4	88 023,3	162 860		442		225	473 852	1 282 807
AMIP	75 404	44 423	105 811	2 715,9	466 334,6	207 781					12 014	914 482
AM	204 353	86 486	1 067 020	36 186	554 358	380 220		442		9 049	1 347 675	3 685 789
CM+SM+AM	57 614 802	8 603 072	24 851 969	4 413 736	19 317 650	49 992 152	7 648 444	9 020 650	5 070 419	4 377 867	5 251 724	196 162 484

Em relação às colunas de investimento direto e delegado, esta última inclui as transferências de capital dos municípios para as freguesias, serviços municipalizados e empresas do setor empresarial local. Nos 7,6 M€ de investimento delegado, apenas 457 mil euros foram transferidos para os serviços municipalizados e associações de municípios. O restante foi para as freguesias (2,4 M€) e SEL (4,8 M€). A verba de 457 m€ estará de certa forma duplicada na coluna de investimento direto, na parte relativa aos serviços municipalizados e associações de municípios, pois constitui investimento delegado dos municípios e investimento direto destas outras entidades.

Em termos de estrutura da despesa, nota-se uma diferença entre os valores médios dos municípios e os valores dos SM e das AM. As despesas de pessoal em 2013 representam globalmente 28,3% nos municípios, mas nos SM esta percentagem é da ordem dos 48%.

No caso da aquisição de bens, é precisamente o dobro nos SM, 4,1% nos municípios, contra 8,2% nos SM.

Nas associações, estas percentagens são mais baixas (apenas 5,5% no pessoal) mas na aquisição de serviços é bastante superior – 29%, comparando com as CM (11,89%) e os SM (15%).

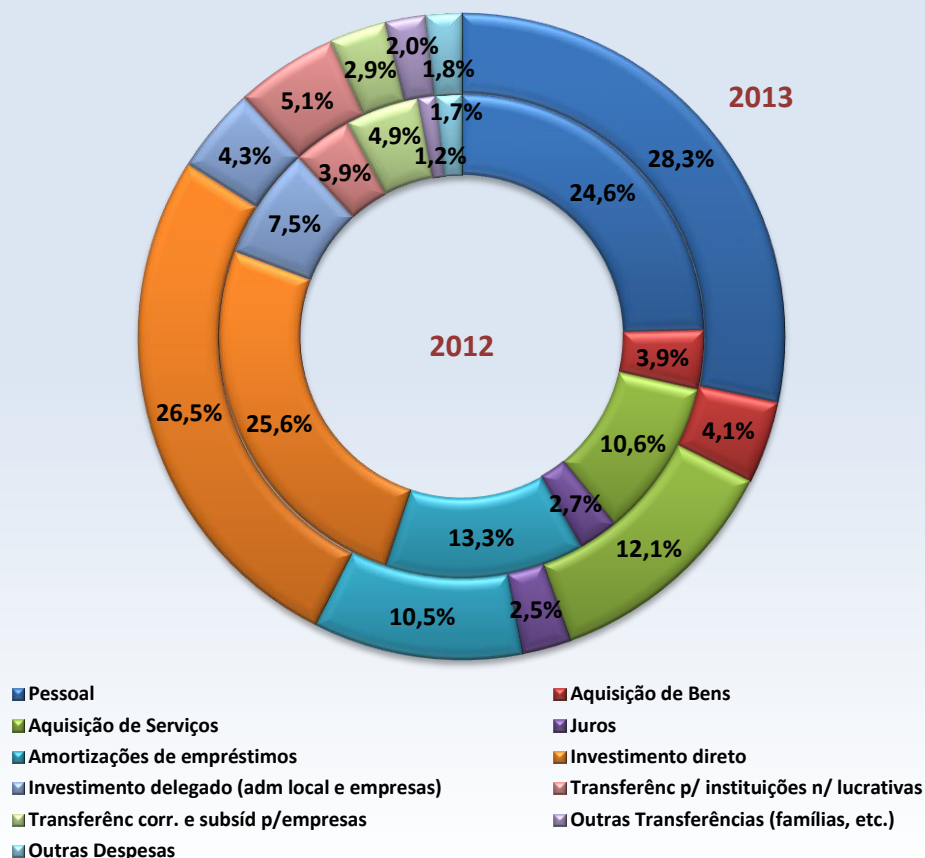
As transferências, incluindo o investimento delegado e atendendo à sua natureza, representam 14,3% da despesa total nos municípios, 5,3% nos SM e apenas 0,2% AM.

Segue-se uma análise mais detalhada das despesas realizadas em 2013 e anos anteriores, com uma maior incidência nos municípios.

QUADRO 25 – Evolução e Estrutura das Despesas 2011-2013

Euros

DESPESAS	2011		2012		Δ % 2011/2012	2013		Δ % 2012/2013
	valores	%	valores	%		valores	%	
Pessoal	49 610 267	25,50%	44 843 585	24,63%	-9,61%	50 211 231	28,31%	11,97%
Aquisição de Bens	7 702 835	3,96%	7 184 292	3,95%	-6,73%	7 272 076	4,10%	1,22%
Aquisição de Serviços	19 653 923	10,10%	19 218 935	10,55%	-2,21%	21 504 446	12,12%	11,89%
Juros	4 054 515	2,08%	4 849 029	2,66%	19,60%	4 352 838	2,45%	-10,23%
Amortizações de empréstimos	24 830 226	12,76%	24 264 697	13,33%	-2,28%	18 590 198	10,48%	-23,39%
Investimento direto	47 170 817	24,25%	46 651 980	25,62%	-1,10%	46 982 780	26,49%	0,71%
Investimento delegado (adm local e empresas)	17 208 999	8,85%	13 657 703	7,50%	-20,64%	7 648 444	4,31%	-44,00%
Transferênc p/ instituições n/ lucrativas	8 639 150	4,44%	7 156 833	3,93%	-17,16%	9 016 558	5,08%	25,99%
Transferênc corr. e subsíd p/empresas	9 044 314	4,65%	8 984 994	4,93%	-0,66%	5 070 419	2,86%	-43,57%
Outras Transferências (famílias, etc.)	2 013 148	1,03%	2 160 675	1,19%	7,33%	3 568 817	2,01%	65,17%
Outras Despesas	4 619 990	2,37%	3 123 238	1,72%	-32,40%	3 165 116	1,78%	1,34%
Totais	194 548 184	100,00%	182 095 962	100,00%	-6,40%	177 382 924	100,00%	-2,59%

GRÁFICO 11 - Variação da Estrutura da Despesa dos Municípios entre 2012 e 2013

3.3.1. Pessoal

Estas despesas registaram um aumento global de 11,97%, totalizando 50,2 M€ em 2013. No entanto, comparando com 2011 (49,6 M€) os valores são semelhantes na maioria dos municípios, apesar das variações observadas em 2012 e 2013. Estas variações resultam sobretudo da conjugação de 2 fatores: as reduções impostas pelo programa de austeridade, conjugadas com os aumentos resultantes das decisões do tribunal constitucional e a obrigação de encerrar as empresas municipais menos rentáveis, tendo alguns municípios reabsorvido parte do pessoal das empresas extintas, internalizando os respetivos ativos e passivos dessas entidades.

Os quadros seguintes mostram as despesas de pessoal no triénio 2011/2013 e as respetivas taxas de variação, bem como a variação no número de efetivos ao serviço no final de 2012 e no final de 2013.

QUADRO 26 – Evolução das Despesas com Pessoal, por município, 2011-2013

Euros

CM	2011		2012		Δ % 2011/2012	2013		Δ % 2012/2013
	valores	%	valores	%		valores	%	
VPT	1 771 464	3,57%	1 616 642	3,61%	-8,74%	1 767 309	3,52%	9,32%
PDL	10 834 920	21,84%	9 972 683	22,24%	-7,96%	11 470 586	22,84%	15,02%
RGR	4 911 033	9,90%	4 472 650	9,97%	-8,93%	4 838 759	9,64%	8,19%
LAG	2 367 722	4,77%	2 173 589	4,85%	-8,20%	2 348 218	4,68%	8,03%
VFC	2 605 472	5,25%	2 070 379	4,62%	-20,54%	2 221 260	4,42%	7,29%
POV	2 405 120	4,85%	2 504 985	5,59%	4,15%	2 554 813	5,09%	1,99%
NRD	1 673 403	3,37%	1 515 060	3,38%	-9,46%	1 540 762	3,07%	1,70%
AGH	4 182 296	8,43%	3 722 581	8,30%	-10,99%	4 743 092	9,45%	27,41%
PVT	3 569 624	7,20%	3 104 779	6,92%	-13,02%	3 395 304	6,76%	9,36%
SCG	1 179 384	2,38%	1 075 305	2,40%	-8,82%	1 155 501	2,30%	7,46%
CAL	1 741 342	3,51%	1 575 204	3,51%	-9,54%	1 730 067	3,45%	9,83%
VEL	1 661 166	3,35%	1 373 489	3,06%	-17,32%	1 541 250	3,07%	12,21%
SRP	1 039 671	2,10%	938 406	2,09%	-9,74%	1 094 686	2,18%	16,65%
LPC	1 462 193	2,95%	1 296 556	2,89%	-11,33%	1 697 714	3,38%	30,94%
MAD	1 895 914	3,82%	1 775 166	3,96%	-6,37%	2 140 102	4,26%	20,56%
HRT	3 507 361	7,07%	3 099 141	6,91%	-11,64%	3 370 777	6,71%	8,76%
SCF	1 135 170	2,29%	1 000 115	2,23%	-11,90%	1 055 717	2,10%	5,56%
LFL	1 085 234	2,19%	1 034 086	2,31%	-4,71%	1 033 572	2,06%	-0,05%
CRV	581 778	1,17%	522 768	1,17%	-10,14%	511 744	1,02%	-2,11%
RAA	49 610 267	100,00%	44 843 585	100,00%	-9,61%	50 211 231	100,00%	11,97%

As variações observadas nas despesas de pessoal no período 2011/2013 estão também associadas ao aumento global de 142% nas despesas inscritas na rubrica de subsídios de férias e Natal, resultantes da decisão do tribunal constitucional de repor em 2013 o subsídio de férias, suspenso em 2012.

No período em causa, os municípios gastaram nesta rubrica os seguintes valores:

2011 - 5.059.327€ **2012** - 2.048.617€ **2013** - 4.966.977€

O quadro seguinte mostra o número de efetivos dos municípios e empresas do setor local, permitindo observar em alguns casos a transferência de efetivos das empresas para os municípios, ou a mera redução destes. Os números apresentados referem-se ao final de cada ano, mas a variação foi gradual ao longo do ano, tal como as despesas correspondentes.

QUADRO 27 – Variação de efetivos entre 2012 e 2013 (Município/SEL)

CM	MUNICÍPIO		$\Delta \%$ 2012/2013	SEL		$\Delta \%$ 2012/2013
	2012	2013		2012	2013	
VPT	89	86	-3	11	11	0
PDL	610	668	58	115	33	-82
RGR	250	246	-4	9	9	0
LAG	118	114	-4	27	27	0
VFC	110	104	-6	29	28	-1
POV	108	103	-5	22	21	-1
NRD	87	82	-5	29	29	0
AGH	209	248	39	44	7	-37
PVT	215	207	-8	91	65	-26
SCG	62	62	0	7	7	0
CAL	113	111	-2	0	0	0
VEL	81	82	1	10	0	-10
SRP	54	50	-4	3	0	-3
LPC	72	73	1	14	13	-1
MAD	97	104	7	10	2	-8
HRT	190	191	1	33	28	-5
SCF	58	54	-4	0	0	0
LFL	48	50	2	0	0	0
CRV	31	27	-4	0	0	0
RAA	2 602	2 662	60	454	280	-174
SMPD	243	239	-4	0	0	0
SMAH	181	180	-1	0	0	0
SM	424	419	-5	0	0	0

O aumento de 12% no total de despesas de pessoal resulta das seguintes variações nas suas 3 grandes componentes:

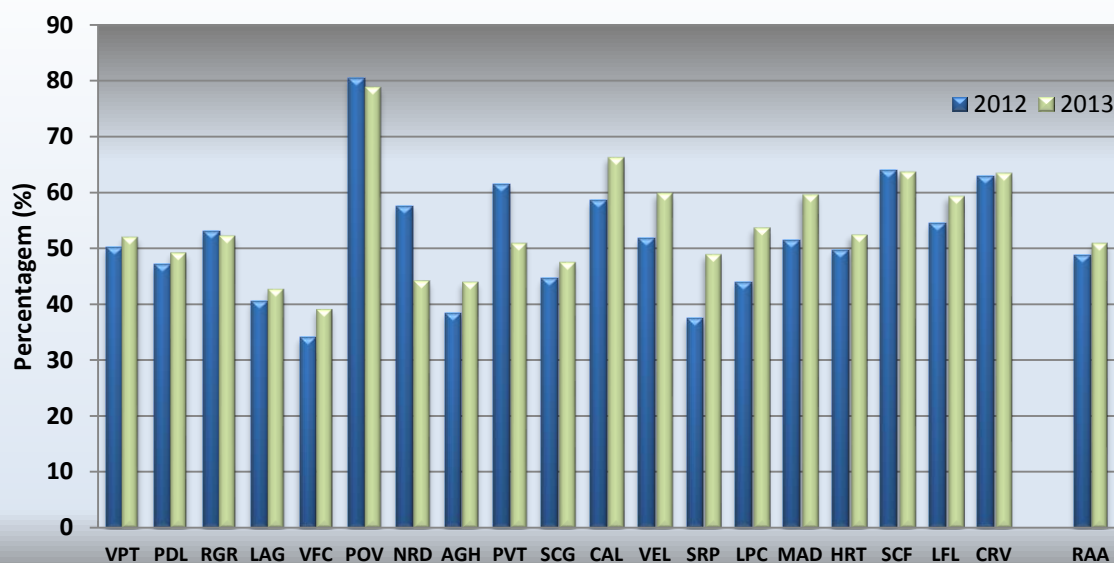
QUADRO 28 – Despesas com Pessoal*Euros*

DESPESAS DE PESSOAL	2011		2012		Δ % 2011/2012	2013		Δ % 2012/2013
	valores	%	valores	%		valores	%	
Remunerações certas e permanentes	38 253 637	77,11%	34 242 120	73,35%	-10,49%	38 145 293	75,97%	11,40%
Abonos variáveis e eventuais	1 597 574	3,22%	1 328 673	2,85%	-16,83%	1 278 598	2,55%	-3,77%
Segurança Social	9 759 056	19,67%	11 112 937	23,80%	13,87%	10 787 341	21,48%	-2,93%
	49 610 267	100,00%	46 683 731	100,00%	-5,90%	50 211 231	100,00%	7,56%

Em 2013, as despesas de pessoal representaram em média 28,31% das despesas totais dos municípios e 47,7% nos serviços municipalizados. Dadas as diferenças de estrutura das despesas entre os municípios, motivadas por despesas de carácter extraordinário em alguns deles (investimentos comparticipados, pagamento de dívidas, etc.), o peso das despesas de pessoal difere bastante consoante o ano considerado. Em 2013, estas despesas tinham um peso de 9,8% no Nordeste e 46% na Povoação. Em 2012, os valores foram de 26,7% no Nordeste e 49,3% na Povoação.

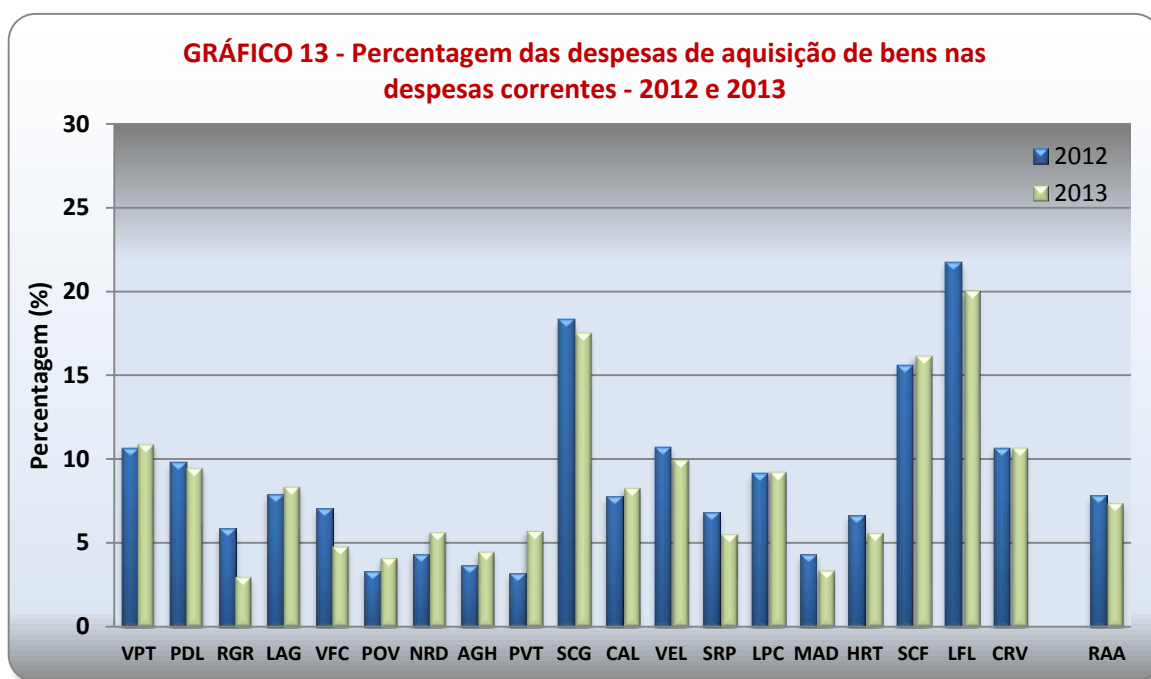
Considerando apenas as despesas correntes já não há tanta oscilação anual, sendo possível perceber melhor onde é que os municípios se colocam, relativamente uns aos outros. O município da Povoação gastou em 2013 em despesas de pessoal, 2,6 M€, o que equivale a 79% das suas despesas correntes. Com valores elevados, aparecem ainda os municípios da Calheta (66%), Santa Cruz das Flores (64%), Corvo (63%), Velas (60%) e Madalena (60%).

Estas percentagens não indicam necessariamente que estes municípios gastam muito em despesas de pessoal, apenas que o peso destas despesas dentro das despesas correntes é mais elevado, o que implica que outras despesas correntes (bens, serviços...) tenham um peso percentual inferior, quando comparado com outros municípios.

GRÁFICO 12 - Percentagem das despesas de pessoal nas despesas correntes - 2012 e 2013

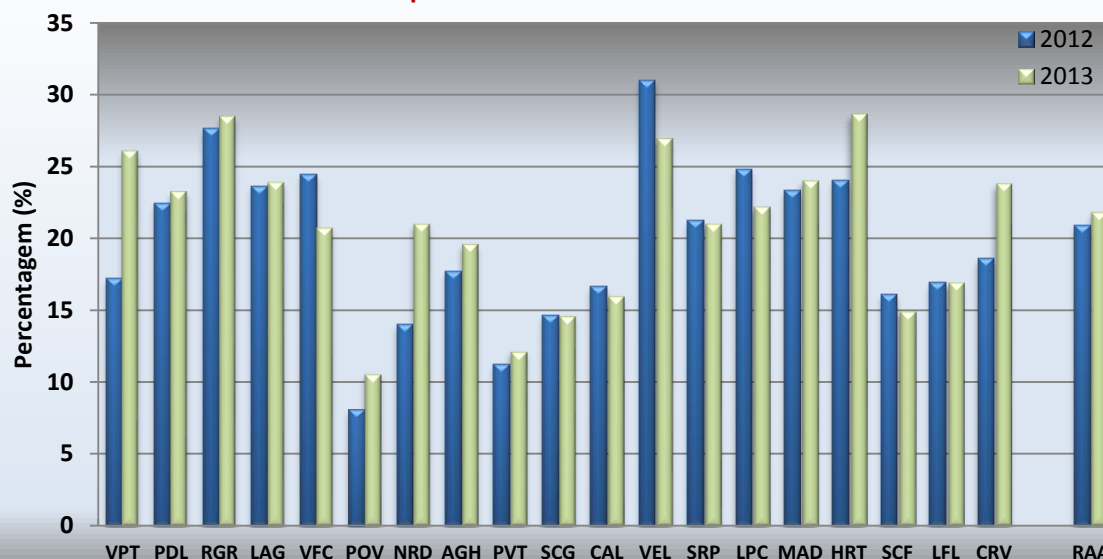
3.3.2. Aquisição de bens e serviços

Os municípios gastaram 7,3 M€ na aquisição de bens, em 2013, tendo esta despesa aumentado 1,22%. Se adicionarmos as associações de municípios e os serviços municipalizados, o total gasto nesta rubrica foi de 8,6 M€, e nesse caso verificou-se uma ligeira diminuição (-0,9%), relativamente a 2012.



Relativamente às despesas correntes, onde as aquisições de bens e serviços se integram e considerando o exercício de 2013, a compra de bens representa no total 7,4%, variando esta percentagem entre 3%, na Ribeira Grande, e 20% nas Lajes das Flores. Com valores elevados, aparecem ainda Santa Cruz da Graciosa (17,5%) e Santa Cruz das Flores (16,1%). No caso dos serviços adquiridos, o peso relativo destes nas despesas correntes varia entre os 10,6% na Povoação e os 28,6% na Horta.

GRÁFICO 14 - Percentagem das despesas de aquisição de serviços nas despesas correntes - 2012 e 2013



Os gráficos anteriores devem ser vistos como um complemento do gráfico relativo ao peso das despesas de pessoal nas despesas correntes (Gráfico 12). Por exemplo, a Povoação apresenta um valor elevado nas despesas de pessoal, mas na compra de bens e serviços apresenta valores reduzidos.

O valor total gasto em 2013 pelos municípios em aquisição de serviços foi de 21,5 M€, verificando-se aqui um aumento de 11,89%, bem superior ao aumento registado na aquisição de bens. Também neste caso, ao juntarmos as associações e os serviços municipalizados, a situação muda radicalmente, ficando o aumento apenas nos 3,3%.

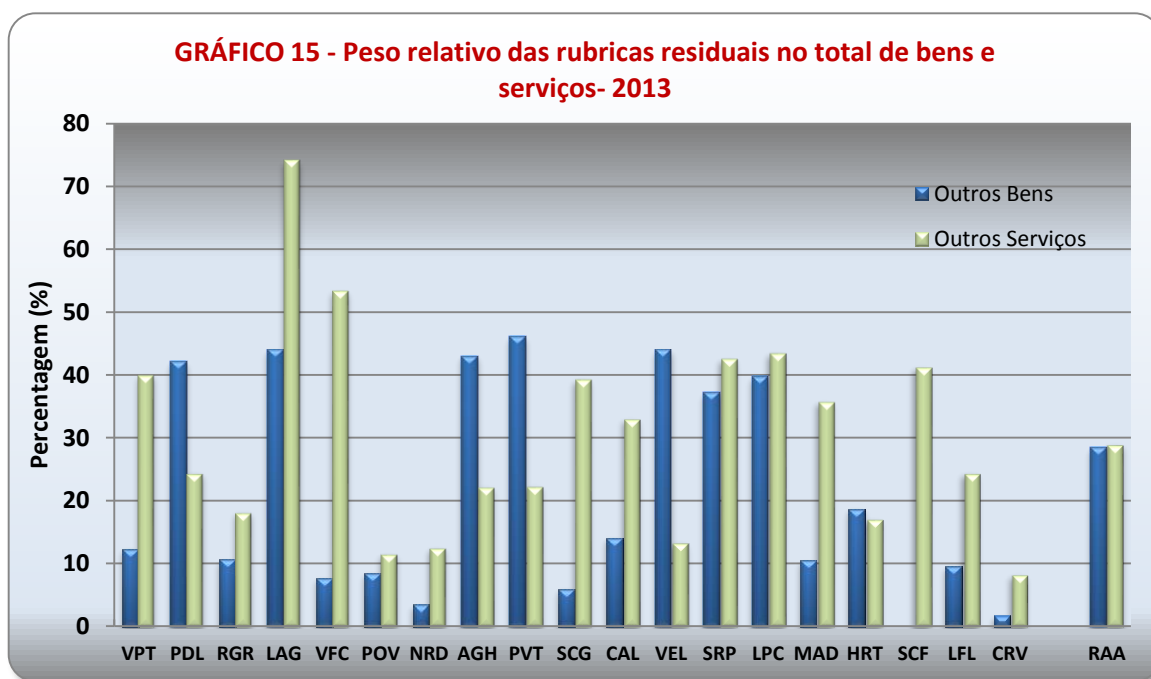
Não obstante o aumento global de 11,89% nos municípios, existem diferenças profundas entre eles. Por exemplo, aumentos de 98% no Nordeste, 59% em Vila do Porto, 43% na Praia da Vitória e 37% na Povoação. Por outro lado, alguns municípios reduziram as despesas com serviços, nomeadamente, Vila Franca do Campo (21%), Velas (16%) e S. Roque do Pico (12%).

Nas aquisições de bens, as maiores despesas recaem sobre combustíveis e lubrificantes (34%), peças de material de transporte (8%) e material de escritório (5%).

Nas aquisições de serviços, sobressaem as despesas com encargos de instalações (20%), limpeza e higiene (11%) trabalhos especializados (11%) e encargos de cobrança de receitas (5%). Refira-se que estes encargos de cobrança correspondem ao serviço prestado pelas Finanças (autoridade tributária) na cobrança dos impostos diretos (IMI, IUC, IMT) que cabem aos municípios. Deste modo, para receberem 28 M€ de impostos diretos em 2013 os municípios tiveram que pagar às Finanças pelo “serviço de cobrança” cerca de 1 M€.

As rubricas de caráter residual (Outros) nestes dois tipos de despesa (bens e serviços), por inadequação do classificador económico das despesas, limitado face à realidade da administração local, assumem valores relativamente elevados, impossibilitando que se saiba a que despesas efetivas correspondem os valores inscritos nestas rubricas residuais.

O gráfico seguinte mostra o peso destas rubricas nos municípios, em que os 40% são ultrapassados em vários deles.



Fazem parte deste agrupamento de despesas os combustíveis (31%), peças para material de transporte (9%), material de escritório (6%) e mercadorias para venda (água e eletricidade – 6%). É na parte dos combustíveis que alguns municípios de menor dimensão apresentam valores relativamente elevados.

3.3.3. Serviço da Dívida

3.3.3.1. Juros

O total de juros pagos pelos municípios em 2013 foi de 4,35 M€, menos 10,23% do que em 2012, comparando com a dívida bancária que reduziu 7%. Refira-se que cerca de 76% destes juros respeitam a 4 municípios: Vila Franca do Campo (27%), Ribeira Grande (21%), Praia da Vitória (12%) e Lajes do Pico (5%). O peso percentual dos juros pagos por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo foi de 8,2% e 3,4%, respetivamente.

3.3.3.2. Amortizações

O valor global das amortizações pagas em 2013 foi de 18,6 M€, um valor inferior em 23,39%, relativamente a 2012, apesar das amortizações extraordinárias atrás referidas. Este valor inclui 1,33 M€ de amortizações de empréstimos de curto prazo relativos a 3 municípios.

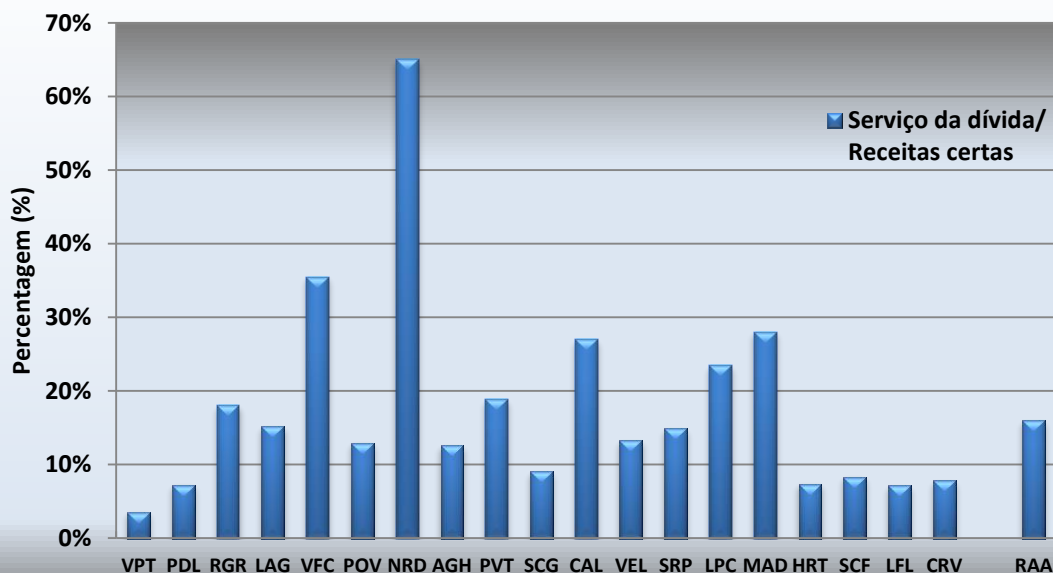
No quadro abaixo, podemos observar as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo pagas pelos municípios nos últimos 10 anos, destacando-se em alguns casos valores mais elevados, evidenciando as amortizações extraordinárias pagas nesses anos, resultantes da contração de empréstimos de saneamento financeiro. São os casos de Vila Franca do Campo, em 2011 e 2012, e do Nordeste em 2013.

QUADRO 29 – Amortizações de empréstimos de M/Longo prazo

Euros

CM	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
VPT	148 445	146 699	146 979	180 038	216 852	208 018	197 554	176 453	118 512	159 659
PDL	743 011	917 170	1 021 889	1 026 003	1 108 900	1 358 034	1 827 908	1 955 738	1 675 369	1 803 183
RGR	928 635	1 397 214	1 504 652	1 612 306	1 698 525	3 432 665	2 077 634	1 657 995	1 474 561	1 958 367
LAG	735 993	723 435	712 289	598 680	510 737	601 344	684 296	663 718	679 084	733 094
VFC	429 724	672 657	764 378	718 502	715 166	808 870	948 400	7 688 388	9 520 898	1 398 578
POV	1 646 836	340 461	382 951	717 701	864 689	915 033	1 024 391	944 431	947 077	661 502
NRD	230 050	348 333	460 368	691 949	405 645	348 353	600 246	567 223	546 754	2 524 131
AGH	994 113	1 228 804	1 151 434	1 149 409	1 198 872	1 521 024	1 665 545	1 703 305	1 655 869	1 762 364
PVT	593 430	466 398	419 064	431 452	699 318	544 948	681 803	713 218	652 774	815 698
SCG	85 965	150 847	143 541	133 205	133 924	138 024	142 146	216 509	353 144	277 506
CAL	167 005	288 166	284 892	196 535	242 937	293 902	257 887	517 603	698 862	933 508
VEL	316 073	456 104	548 632	536 794	535 248	661 647	696 815	594 854	638 744	610 514
SRP	1 173 000	740 591	1 042 205	602 295	654 760	2 164 257	1 782 084	707 440	329 891	550 947
LPC	921 358	402 239	428 417	461 198	463 110	770 723	669 087	987 407	998 128	885 557
MAD	410 215	669 368	457 402	510 454	467 573	691 559	611 990	557 151	579 213	1 105 111
HRT	366 528	357 916	361 320	327 409	301 902	392 548	514 934	530 387	539 118	558 031
SCF	110 855	94 700	143 420	179 147	196 354	162 560	169 087	191 780	274 405	202 090
LFL	78 638	81 209	81 854	82 018	117 661	154 553	253 691	294 753	301 609	206 516
CRV	88 704	61 384	69 818	69 364		102 924	110 318	109 808	110 684	113 843
RAA	10 168 581	9 543 695	10 125 504	10 224 459	10 532 173	15 270 987	14 915 817	20 778 162	22 094 697	17 260 198

As amortizações e os juros absorvem globalmente 16% das receitas certas (receitas próprias mais Fundos OE), sendo este rácio amplamente ultrapassado nos casos em que existem amortizações extraordinárias.

GRÁFICO 16 - Serviço da dívida sobre as receitas certas - 2013

3.3.4. As transferências na despesa municipal

Os municípios efetuam transferências correntes e subsídios, bem como transferências de capital, para diversas entidades, nomeadamente, freguesias, associações de municípios, empresas municipais, instituições, famílias, etc.

Em 2013, estas verbas somaram 25,3 M€, ou seja, 14,27% das despesas totais, tendo sofrido uma redução de 20,83%, a juntar à redução de 13,40% verificada em 2012. São reduções bastante mais acentuadas do que as verificadas para a despesa total – 6,40% em 2012 e 2,59% em 2013.

O comportamento dos diferentes tipos de transferências difere. As transferências de capital para a administração local (freguesias, serviços municipalizados e associações de municípios), resultantes de investimento delegado, sofreram uma redução de 44%, após um abrandamento de 20,64% em 2012 – o investimento direto diminuiu apenas 0,7%. Por outro lado, as transferências para as instituições não lucrativas aumentaram 25,99% em 2013 e as transferências para as famílias, depois de uma redução de 24,65% em 2012, cresceram agora 45,67%. O maior aumento, contudo, vai para as transferências correntes efetuadas a favor das freguesias – 99,92%.

QUADRO 30 – Transferências efetuadas pelos municípios

Euros

Transferências efetuadas pelos municípios	2010		2011		Δ % 2011/2012	2012		Δ % 2012/2013	2013		Δ % 2012/2013
	valores	%	valores	%		valores	%		valores	%	
Adm local e empresas - investimento delegado	10 734 208	32,61%	17 208 999	46,63%	60,32%	13 657 703	42,73%	-20,64%	7 648 444	30,23%	-44,00%
Empresas - subsídios à exploração	9 195 825	27,93%	9 044 314	24,51%	-1,65%	8 984 994	28,11%	-0,66%	5 070 419	20,04%	-43,57%
Freguesias - transferências correntes	1 013 001	3,08%	939 182	2,54%	-7,29%	1 022 852	3,20%	8,91%	2 044 860	8,08%	99,92%
Instituições n/ lucrativas	10 806 720	32,83%	8 639 150	23,41%	-20,06%	7 156 833	22,39%	-17,16%	9 016 558	35,63%	25,99%
Famílias	690 356	2,10%	695 725	1,89%	0,78%	524 203	1,64%	-24,65%	763 597	3,02%	45,67%
Outras	481 296	1,46%	378 241	1,02%	-21,41%	613 621	1,92%	62,23%	760 360	3,00%	23,91%
Transferências totais	32 921 406	100,00%	36 905 611	100,00%	12,10%	31 960 205	100,00%	-13,40%	25 304 239	100,00%	-20,83%
Despesa Total e % das transferências na despesa total	212 773 260	15,47%	194 548 184	18,97%	-8,57%	182 095 962	17,55%	-6,40%	177 382 924	14,27%	-2,59%

Os municípios de S. Roque do Pico (32%), Praia da Vitória (32%), Angra do Heroísmo (29%) e Lagoa (20%) são aqueles em que as transferências têm mais expressão, no total das despesas.

Nas transferências para as freguesias, os valores relativos mais elevados aparecem nos municípios de Angra do Heroísmo (6,0%), Velas (4,0%), Vila do Porto (3,7%) e S. Roque do Pico (3,6%).

Nos apoios às instituições, sobressaem os municípios de S. Roque do Pico (20%), Angra do Heroísmo (6,3%), Praia da Vitória (15,8%) e Vila do Porto (9,3%).

Considerando a percentagem das transferências e subsídios ao setor empresarial local (SEL) nas despesas totais, os valores mais elevados aparecem em Lagoa (7,8%), Ponta Delgada (6,5%) e Vila Franca do Campo (5,8%). Os municípios de Vila do Porto, Santa Cruz da Graciosa, Calheta, Madalena e Santa Cruz das Flores não efetuaram qualquer transferência para o setor empresarial local.

O gráfico seguinte mostra a evolução do total das transferências efetuadas pelos municípios para as empresas do setor empresarial local. As transferências correntes incluem subsídios à exploração e as transferências de capital destinam-se à realização de investimentos. Nos últimos 2 anos, os valores globais destes 2 tipos de transferências foram semelhantes, ao contrário dos anos anteriores. Somando as duas transferências, correntes e capital, é nos anos de 2011 (19,3 M€) e 2012 (18,3 M€) que se atingem os valores mais elevados.

GRÁFICO 17 - Transferências para o Sector Empresarial Local 2007-2013

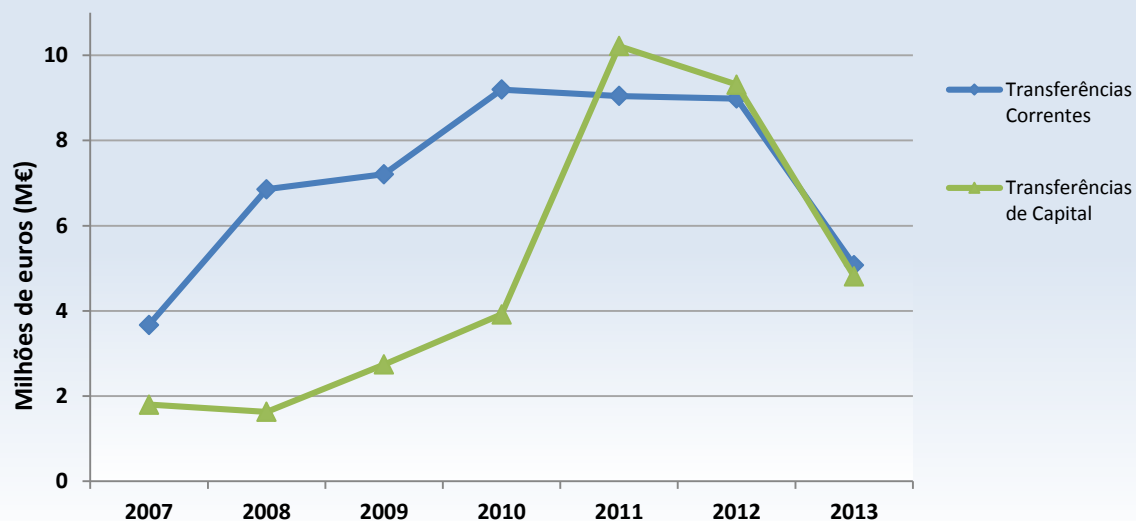
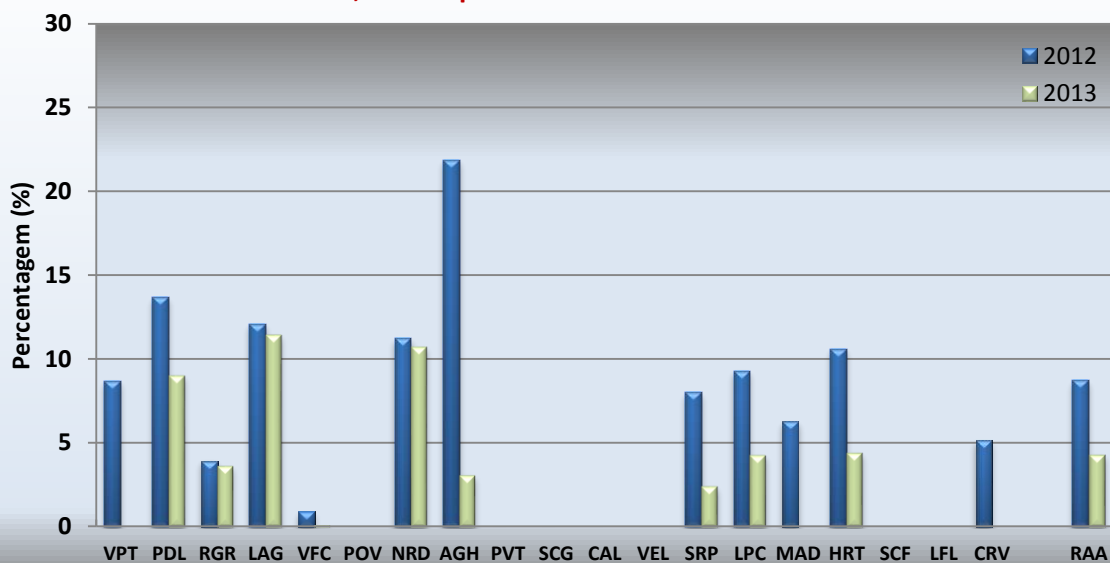


GRÁFICO 18 - Percentagem das transferências correntes e subsídios ao SEL, nas despesas correntes - 2012 e 2013



Por coincidência, os 5 valores mais elevados nas transferências correntes e de capital totalizam valores muito semelhantes, de 4 M€, sendo responsáveis por mais de 80% do total transferido.

QUADRO 31 – Transferências para o Sector Empresarial Local - 2013 (Valores mais elevados)

							Euros
Transferências	PDL	LAG	VFC	NRD	RGR	TOTAL	% no total
Correntes	2 100 774	732 637	550 748	372 907	337 555	4 094 621	80,8%

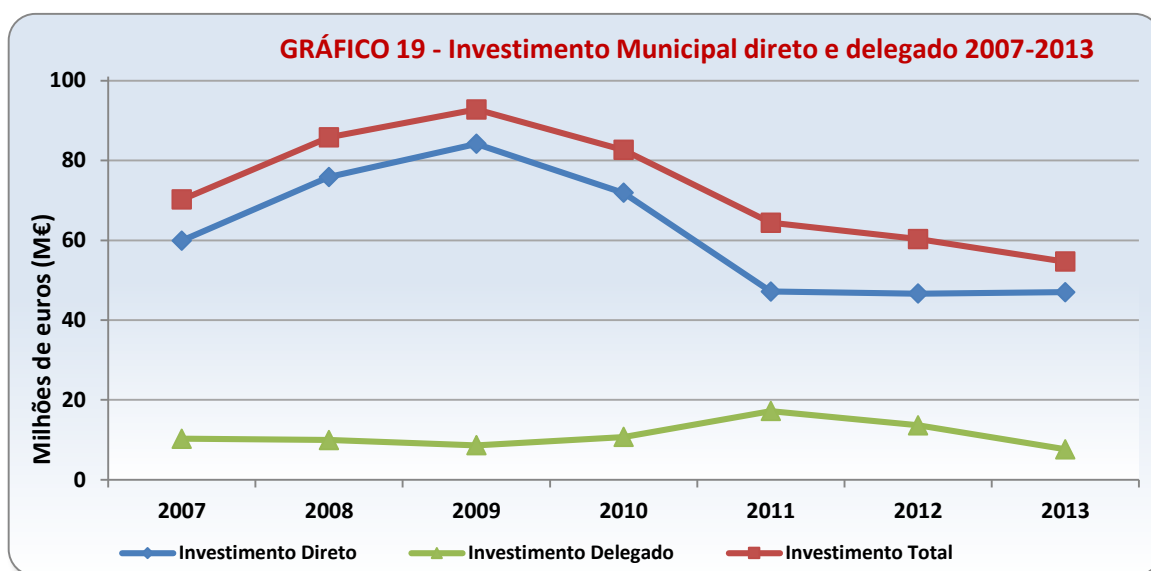
Transferências	PVT	RGR	PDL	LAG	POV	TOTAL	% no total
de Capital	1 625 214	768 227	759 086	535 750	408 544	4 096 821	85,2%

3.3.5. Investimento

As despesas de investimento dos municípios somaram cerca de 47 M€ em 2013, registando no total um aumento de 0,71%. Por outro lado, o investimento delegado, traduzido nas transferências de capital para as outras entidades da administração local (freguesias, serviços municipalizados, associações de municípios) e do setor empresarial local, atingiu 7,6 M€ em 2013, tendo-se verificado um decréscimo acentuado de 44%.

QUADRO 32 – Investimento Municipal direto e delegado 2007-2013

							Euros
Tipo de Investimento	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Investimento Direto	59 918 917	75 853 730	84 142 668	71 895 481	47 170 817	46 651 980	46 982 780
Investimento Delegado	10 276 400	9 950 746	8 625 227	10 734 208	17 208 999	13 657 703	7 648 444
Investimento Total	70 195 316	85 804 476	92 767 895	82 629 688	64 379 816	60 309 683	54 631 224



Pelo gráfico relativo à evolução do investimento podemos ver que o decréscimo no investimento direto entre 2009 e 2011 foi ligeiramente compensado pelo investimento indireto ou delegado, mas em 2012 e 2013 este tipo de investimento diminuiu bastante. O investimento total tem vindo a baixar desde 2009, com o valor de 2013 a não atingir 60% do verificado em 2009.

Uma parte importante das despesas de investimento realizadas em 2013 (7,6 M€) foi para pagar dívidas a fornecedores de imobilizado, sobretudo empreiteiros. Estas dívidas diminuíram 46,4% em 2013.

Vejamos em que áreas incidiram as despesas de investimento:

QUADRO 33 – Investimento Municipal Direto por áreas, 2007-2013*Euros*

Áreas de Investimento	2007	2008	2009	2010	2011		Δ % 2010/2011	2012		Δ % 2011/2012	2013		Δ % 2012/2013
						%		valores	%		valores	%	
Terrenos e Habitação	8 572 756	10 796 425	7 851 842	5 408 733	2 463 835	5,2%	-54,45%	2 418 878	5,2%	-1,82%	1 099 386	2,3%	-54,55%
Instal Serviços e out edifícios	5 705 207	3 976 338	9 669 020	4 762 798	4 040 209	8,6%	-15,17%	3 741 533	8,0%	-7,39%	4 783 115	10,2%	27,84%
Educação e Desporto	15 465 955	20 463 604	14 849 287	16 370 847	8 076 570	17,1%	-50,66%	12 620 793	27,1%	56,26%	8 532 281	18,2%	-32,40%
Rede Viária	16 013 524	25 905 358	34 931 635	27 691 815	19 187 393	40,7%	-30,71%	15 314 912	32,8%	-20,18%	20 320 467	43,3%	32,68%
Água e Esgotos	5 022 312	7 679 589	10 605 820	7 565 735	4 762 278	10,1%	-37,05%	4 434 936	9,5%	-6,87%	4 198 988	8,9%	-5,32%
Lixos	1 061 621	398 265	769 427	772 279	1 114 672	2,4%	44,34%	424 687	0,9%	-61,90%	632 060	1,3%	48,83%
Outras Construções	3 179 098	1 708 669	1 186 658	2 261 641	2 491 915	5,3%	10,18%	4 051 700	8,7%	62,59%	2 627 804	5,6%	-35,14%
Equipamento, Material	2 876 767	3 141 383	2 312 004	3 386 295	2 346 612	5,0%	-30,70%	1 331 338	2,9%	-43,27%	1 053 892	2,2%	-20,84%
Informática	882 081	761 907	731 018	928 485	1 001 983	2,1%	7,92%	622 467	1,3%	-37,88%	697 462	1,5%	12,05%
Outros	1 139 596	1 022 191	1 235 957	2 746 853	1 685 350	3,6%	-38,64%	1 690 736	3,6%	0,32%	3 037 325	6,5%	79,65%
Total	59 918 917	75 853 730	84 142 668	71 895 481	47 170 817	100,0%	-34,39%	46 651 980	100,0%	-1,10%	46 982 780	100,0%	0,71%

Apesar do aumento de apenas 0,71% no investimento direto total, em algumas áreas o aumento foi considerável. É o caso da recolha e tratamento de lixos (48,83%), da rede viária (32,68%) e dos edifícios dos serviços (27,84%). Em sentido contrário, são de destacar, a redução de 54,55% na área de terrenos e habitação e de 32,4% na educação e desporto.

A rede viária ocupou 43,3% do total das despesas de investimento (no ano anterior esta percentagem foi de 32,8%).

Aos 47 M€ de investimento realizado pelos municípios, devem adicionar-se 3 M€ da responsabilidade dos serviços municipalizados e das associações de municípios. Na área do abastecimento de água e redes de esgotos, os SM gastaram cerca de 2,2 M€, ou seja, 52% do total realizado diretamente pelos municípios.

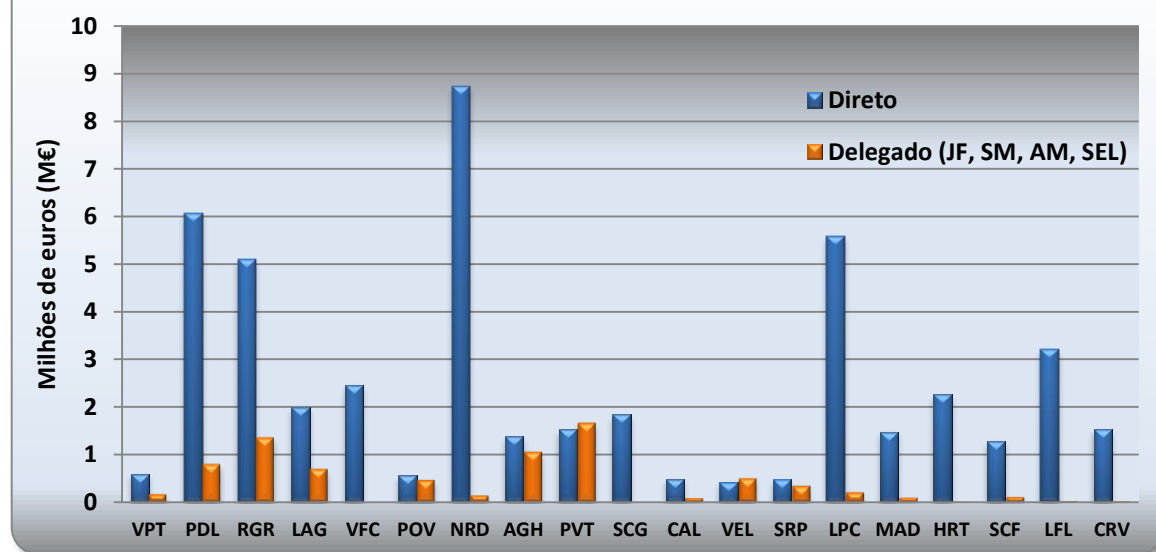
QUADRO 34 – Investimento realizado pelos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios - 2013

Euros

Áreas de Investimento - 2013	Serviços Municipalizados	Associações de Municípios
Terrenos e Habitação	52 908	0
Instal Serviços e out edifícios	38 706	0
Educação e Desporto	0	0
Rede Viária	0	0
Água e Esgotos	2 176 662	0
Lixos	25 892	245 922
Outras Construções	0	0
Equipamento, Material Transporte	204 382	79 224
Informática	44 676	6 347
Outros	85 927	48 726
Total	2 629 152	380 220

O investimento, direto e indireto realizado por cada município é apresentado no gráfico seguinte:

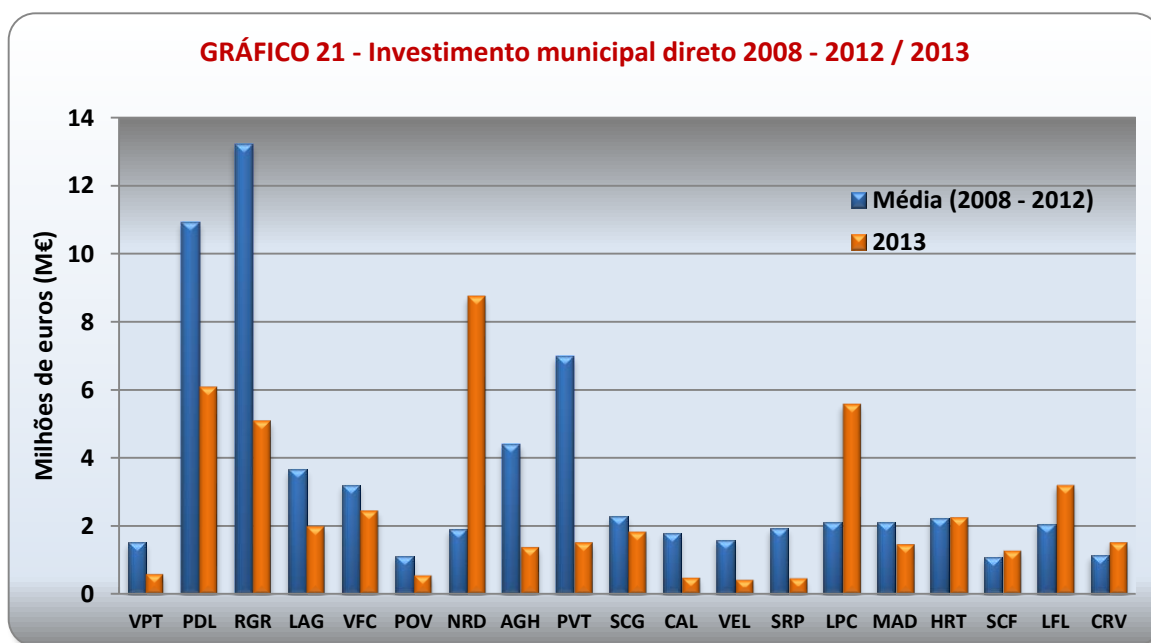
GRÁFICO 20 - Investimento municipal direto e delegado - 2013



No investimento delegado, sobressaem os casos da Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, neste caso, o único município em que o investimento delegado ou indireto é superior ao investimento direto.

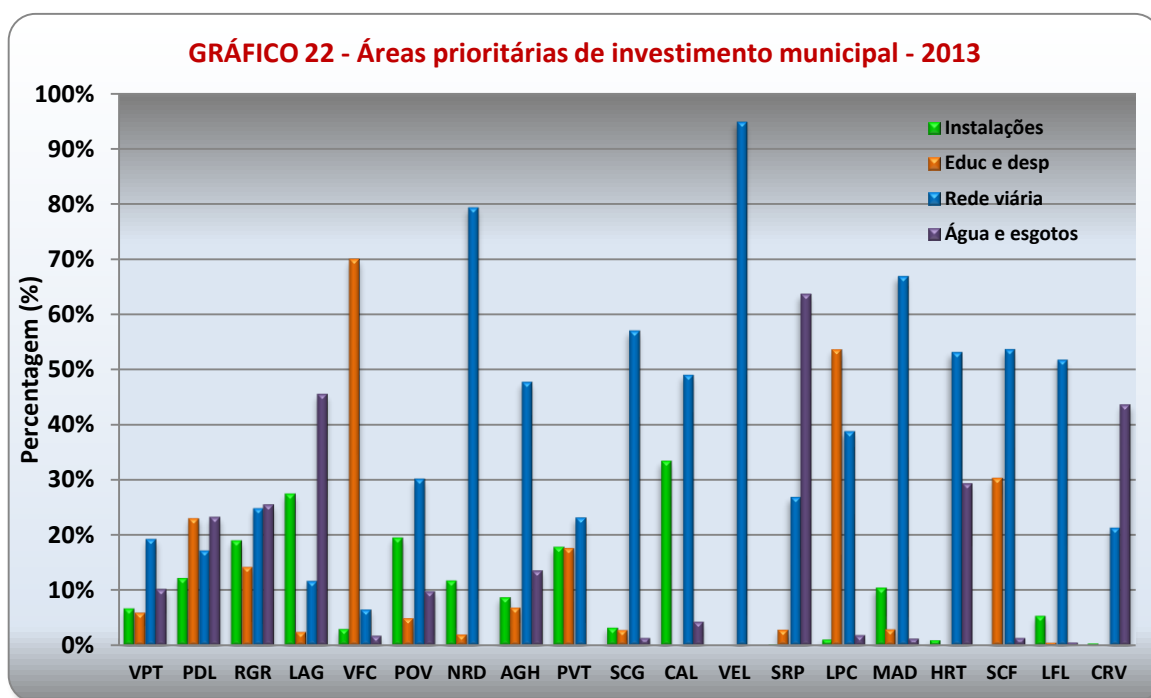
Relativamente ao investimento direto, os valores mais elevados de alguns municípios, com destaque para o Nordeste, devem-se à utilização de receitas de carácter extraordinário, nomeadamente empréstimos de saneamento financeiro, ou do PAEL, destinados ao pagamento de dívidas – no caso das dívidas a empreiteiros, as despesas correspondentes ao seu pagamento são classificadas como investimento, só que as obras foram realizadas em anos anteriores.

No gráfico seguinte, comparamos o investimento de 2013 com a média dos 5 anos anteriores. Na maioria dos casos, o investimento de 2013 é inferior à média do período 2008/2012, mas há casos contrários, como no Nordeste, Lajes do Pico, Lajes das Flores e Corvo. Na Horta, os valores são muito semelhantes. Na Povoação ambos os valores são baixos, sendo ultrapassados por Flores e Corvo.



Os municípios da Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste e Praia da Vitória contraíram empréstimos de saneamento financeiro ou do PAEL, explicando-se os valores elevados em 2013 ou nos anos anteriores, dependendo do ano em que os empréstimos foram contraídos. No caso do município de Lajes do Pico a situação é diferente, pois o valor elevado de 2013 resulta de participações financeiras recebidas do Governo Regional e da União Europeia, no valor total de 5,3 M€, quase tanto como o valor recebido nos 5 anos anteriores.

Para concluir esta análise do investimento, apresenta-se um gráfico relativo às principais áreas de investimento, com indicação do seu peso percentual em cada município. As 4 áreas de investimento consideradas (Instalações dos serviços, educação e desporto, rede viária e abastecimento de água e esgotos) ocupam em média 77% do investimento total. No caso dos municípios de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo foram considerados os serviços municipalizados.



A rede viária ocupa mais de 60% do total investido em 2013, nos municípios de Nordeste, Velas e Madalena.

São de salientar também os 70% dedicados à educação e desporto por Vila Franca do Campo e os 64% aplicados em abastecimento de água e esgotos por S. Roque do Pico.

4. ANÁLISE FINANCEIRA, ECONÓMICA E PATRIMONIAL DOS MUNICÍPIOS

4.1. A Demonstração de Resultados

O conjunto dos 19 municípios da RAA obteve um resultado de exercício de 4,6 M€ em 2013, sabendo-se (desde logo) que individualmente as situações são muito diversas. Todavia, em 2012, o resultado global foi bastante melhor – 11,5 M€, pelo que se verificou uma quebra de 60,09% a nível global.

QUADRO 36 - Resumo da Demonstração de Resultados - Municípios da RAA 2010-2013

Euros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS Municípios da RAA	2010	2011	Δ % 2010/2011	2012	Δ % 2011/2012	2013	Δ % 2012/2013
<i>Amortizações do exercício</i>	37 549 843	36 723 538	-2,20%	37 742 070	2,77%	39 581 711	4,87%
<i>Provisões do exercício</i>	4 056 558	3 274 021	-19,29%	385 727	-88,22%	3 648 098	845,77%
Custos operacionais	144 170 897	138 073 747	-4,23%	124 693 935	-9,69%	140 132 724	12,38%
Proveitos operacionais	149 291 577	147 705 052	-1,06%	140 502 008	-4,88%	142 306 017	1,28%
Custos e perdas financeiros	3 750 928	4 387 303	16,97%	5 458 302	24,41%	3 602 229	-34,00%
Proveitos e ganhos financeiros	1 704 512	1 813 465	6,39%	2 571 471	41,80%	2 127 599	-17,26%
Custos e perdas extraordinários	24 507 648	23 319 378	-4,85%	18 131 919	-22,25%	12 375 584	-31,75%
Proveitos e ganhos extraordinários	23 973 275	22 816 756	-4,82%	16 752 816	-26,58%	16 283 388	-2,80%
Resultados operacionais	5 120 681	9 631 305	88,09%	15 808 073	64,13%	2 173 293	-86,25%
Resultados financeiros	-2 046 417	-2 573 838	-25,77%	-2 886 831	-12,16%	-1 474 629	48,92%
Resultados extraordinários	-534 373	-502 622	5,94%	-1 379 104	-174,38%	3 907 804	383,36%
Resultado líquido do exercício	2 539 891	6 554 845	158,08%	11 542 138	76,09%	4 606 468	-60,09%

Por outro lado, o ano de 2012 constitui um ano excecional, nos últimos 4 anos, como mostra o quadro resumo. As provisões do exercício, que como custos que são, afetam negativamente o resultado, em 2012 foram apenas de 385,7 m.e., quando nos anos anteriores e seguinte ficaram na casa dos 3 milhões. De referir que do total de 3,6 M€ de provisões constituídas em 2013, 3 milhões são do município das Velas. Os custos operacionais aumentaram 12,38%, ao passo que os proveitos operacionais cresceram apenas 1,28%. Para o crescimento destes custos contribuíram as remunerações (+11%) e os encargos sociais (+28%), além das referidas provisões.

Em relação aos proveitos e custos extraordinários, onde se integram as comparticipações financeiras recebidas e concedidas no âmbito de investimentos, ambos diminuíram, mas os

custos muito mais (-31,75%), pelo que neste aspeto os resultados saíram beneficiados, infelizmente à custa de uma redução de 44% no investimento delegado.

Os resultados financeiros, por seu lado, foram negativos, como é habitual, mas registou-se uma melhoria de 48,92%, mais por via da redução dos custos.

No caso dos serviços municipalizados, Ponta Delgada tem apresentado resultados positivos nos últimos anos (média de 1,2 M€ no período 2009 – 2013). Angra do Heroísmo tem alternado entre resultados positivos e negativos, sendo os últimos dois anos os piores (-190 m.e. em 2012, e -304 m.e. em 2013).

Quanto às associações de municípios, a AMRAA apresenta uma evolução semelhante aos SMAH, alternando entre resultados positivos e negativos, sendo 2013 o ano pior, com – 120,7 m.e.. A AMISM, pelo contrário, regista sempre resultados positivos, mas em 2013 ficou pelos 93 m.e..

O quadro seguinte mostra com maior detalhe os resultados operacionais, financeiros e extraordinários de cada município, serviço municipalizado e associação de municípios, e a sua contribuição para o resultado líquido do exercício de 2013.

QUADRO 37 – Resultados dos Municípios, Serviços Municipalizados e Associações de Municípios - 2013

Euros

Municípios	Resultados operacionais	Resultados financeiros	Resultados extraordinários	Resultado líquido do exercício
VPT	72 280	184 494	-132 116	124 659
PDL	-1 706 675	1 004 898	816 855	115 078
RGR	5 411 985	-171 454	-205 117	5 035 413
LAG	1 162 358	-102 837	-555 278	504 243
VFC	176 188	-1 082 085	699 980	-205 917
POV	18 349	-90 583	424 081	351 846
NRD	450 743	-331 456	132 135	251 421
AGH	120 103	50 317	2 042 718	2 213 138
PVT	-605 177	-300 418	-273 465	-1 179 061
SCG	291 780	659	198 013	490 451
CAL	696 721	-161 006	356 103	891 818
VEL	-2 414 136	-62 209	51 840	-2 424 505
SRP	-450 857	-18 534	-435 947	-905 338
LPC	84 146	-305 425	223 145	1 866
MAD	596 893	-18 684	485 921	1 064 129
HRT	-848 992	-81 822	-164 924	-1 095 738
SCF	-90 575	-71 262	-44 403	-206 239
LFL	-1 091 472	85 756	56 405	-949 312
CRV	299 632	-2 977	231 859	528 514
RAA	2 173 293	-1 474 629	3 907 804	4 606 468
SMPD	254 479	9 264	793 963	1 057 706
SMAH	-1 617 914	-11 157	1 324 989	-304 082
AMRAA	-105 238	-19 188	3 704	-120 722
AMISM	-256 313	3 417	345 748	92 851

» **Vila do Porto** – obteve um resultado líquido positivo de 124.659€, depois de 3 anos de resultados negativos entre -74.515€, e -1.306.187€. A maior contribuição veio dos resultados financeiros, já que os resultados extraordinários foram negativos, na sequência de um volume reduzido de transferências consignadas recebidas (90.076€), face às transferências de capital efetuadas (165.000€).

» **Ponta Delgada** – os resultados líquidos deste município foram sempre positivos, desde 2004, se bem que com variações muito acentuadas (9,3 M€ em 2009; 2,3 M€ em 2010; 150,4 m.e. em 2011; 1,6 M€ em 2012 e 115,1 m.e. em 2013). Os valores dos últimos 2 anos são totalmente divergentes nos resultados parcelares, já que os resultados operacionais passam de 1,5 M€ positivos para 1,7 M€ negativos, na sequência de um aumento de 12,5% nos custos operacionais, face a um crescimento de apenas 1% nos proveitos operacionais. Além disso, os resultados financeiros aumentam 420% (de 193.414€ para 1.004.898€) e os resultados extraordinários, que em 2012 foram de -139.211€, em 2013 atingiram os 816.855€.

Este município é um dos dois da Região que tem serviços municipalizados. Os SMPDL apresentaram um resultado líquido de 1,1 M€ em 2013 e uma média de 1,4 M€ nos últimos 10 anos. Além disso, apresentam persistentemente valores positivos em todas as componentes dos resultados, ou seja, nos resultados operacionais, financeiros e extraordinários.

» **Ribeira Grande** – é um dos municípios com mais regularidade nos resultados. Em 2013, os resultados líquidos ultrapassaram ligeiramente os 5 M€, crescendo 1,5%, sendo esse resultado obtido à custa da parte operacional, já que os resultados operacionais de 5,4 M€ compensaram os resultados negativos na parte financeira e na parte extraordinária. O resultado líquido de 5 M€ é o mais elevado e o de 2009 é o mais baixo, com 2,2 M€.

» **Lagoa** – outro município com resultados líquidos sempre positivos, nos últimos 10 anos. O resultado de 2012 (1,4 M€) foi bastante diferente dos resultados dos 2 anos anteriores e do ano seguinte, cujo valor foi de 504,2 m.e., originando uma diminuição de 63%. Uma descida de 30% nas transferências foi responsável por uma quebra nos proveitos operacionais, com efeitos nos resultados.

» **Vila Franca do Campo** - o resultado líquido deste município em 2013 foi de -205.917 €, pior que o valor de 2012 (387.604 €), mas bem melhor do que a média de -4 M€ de resultados negativos entre 2009 e 2011. São os resultados financeiros negativos de -1,1 M€, derivados de juros suportados, relacionados com a sua difícil situação financeira, que conduzem ao resultado líquido referido, pois os restantes resultados, operacionais e extraordinários, foram positivos.

» **Povoação** – apresentou resultados positivos nos últimos 4 anos, entre 1,6 M€ em 2011 e 351,8 m.e. em 2013. Os resultados líquidos de 2013 foram obtidos graças aos proveitos extraordinários, já que os resultados operacionais, apesar de positivos (18.349€), caíram 98%.

» **Nordeste** – apenas em 2009 e 2010 apresentou resultados líquidos negativos (-1,5 M€ em 2010). Em 2013, obteve um resultado de 251,4 m.e., com uma redução de 43%. Este município segue um plano de reequilíbrio financeiro.

» **Angra do Heroísmo** – este município tem apresentado resultados positivos nos últimos 5 anos. A média dos últimos 3 anos foi de 2,4 M€ e o resultado líquido de 2013 foi de 2,2 M€, tendo diminuído 25%, face ao ano anterior. Contudo, o resultado de 2013 foi obtido graças aos resultados extraordinários, que compensaram a descida abrupta verificada nos resultados operacionais (96%). Devido à extinção de uma empresa municipal e à internalização do património e pessoal da empresa no município, os custos operacionais aumentaram 23%, verificando-se simultaneamente uma diminuição de 2,6% nos proveitos operacionais. Acrescente-se ainda, que a melhoria nos resultados extraordinários (derivados sobretudo das transferências de capital obtidas e concedidas) resultou da conjugação de uma diminuição de 27% nos custos extraordinários com um aumento de 69% nos proveitos extraordinários.

Angra do Heroísmo, tal como Ponta Delgada, tem com serviços municipalizados. No caso dos SMAGH, os resultados líquidos de 2013 foram negativos (-304 m.e.). Os resultados

operacionais destes serviços têm sido negativos (cerca de 1,6 M€, no último triénio), sendo parcialmente compensados pelos resultados extraordinários positivos (1,3 M€ em 2013).

» **Praia da Vitória** – os resultados líquidos deste município foram negativos no último triénio, entre 1,2 M€ (2013) e 1,8 M€ (2011). Todos os resultados parcelares (operacionais, financeiros e extraordinários) foram negativos no referido período. Apesar de negativos, em 2013 houve uma melhoria de 27% nos resultados líquidos.

» **Santa Cruz da Graciosa** – é um dos 6 municípios que apresentaram sempre resultados líquidos positivos nos últimos 10 anos. O resultado de 2013 foi de 490,5 m.e., sendo o melhor dos últimos 4 anos, em que a média foi de 246 m.e. São os resultados operacionais que mais contribuem para o resultado líquido, com 60%.

» **Calheta** – os resultados líquidos dos últimos 4 anos variaram entre 0,9 e 1,1 M€. Os resultados operacionais foram sempre positivos e em 2013 foram responsáveis por 80% do resultado líquido.

» **Velas** – este município destaca-se pela dimensão dos seus resultados operacionais negativos – 2,4 M€. É o valor mais elevado, seguido de Ponta Delgada (-1,7 M€), Lajes das Flores (-1,1 M€) e Horta (0,8 M€). O resultado líquido é semelhante ao resultado operacional, no município das Velas, já que os resultados financeiros (-62.209 €) e os resultados extraordinários (51.840 €) quase se anulam. Refira-se ainda que o resultado operacional foi positivo nos 9 anos anteriores. Em 2013, houve um aumento de 71% nos seus custos operacionais, devido à constituição de provisões para riscos e encargos no valor de 3 M€, no âmbito do encerramento de uma empresa municipal, o que explica o resultado obtido.

» **São Roque do Pico** – apresentou resultados líquidos negativos no período 2004 – 2013. Em 2013, o resultado foi de -0,9 M€, resultante dos resultados operacionais de -450.857€,

financeiros de -18.534€ e extraordinários -435.947€. Os resultados operacionais também têm sido negativos no referido período. Não deixa de ser interessante esta situação num município cuja dívida total é de apenas 1 milhão de euros – só Vila do Porto (dívida de 840 m.e.) e Santa Cruz das Flores (dívida de 582 m.e.) têm dívidas inferiores.

» **Lajes do Pico** – este município conseguiu apresentar um resultado líquido positivo em 2013 (1.866€), após 4 anos de resultados negativos (média de -942 m.e.). No entanto isso foi obtido à custa de resultados extraordinários positivos (223 m.e.), cuja média nos últimos 4 anos foi de -676 m.e.

» **Madalena** – apresenta resultados líquidos sempre positivos, desde 2004. O resultado de 2013 foi de 1,1 M€, um aumento de 35%, relativamente ao ano anterior. Os resultados operacionais representam 56% dos resultados líquidos, e também foram sempre positivos.

» **Horta** – este município e o de S. Roque do Pico são os únicos que tiveram sempre resultados líquidos negativos, no período 2004 – 2013. No caso da Horta, verificou-se um agravamento de 55% do resultado, que passou de -706 m.e. para -1,1 M€. Os resultados parcelares são todos negativos, e os resultados operacionais pioraram 116%, sendo responsáveis por 77% do resultado líquido.

» **Santa Cruz das Flores** – apresentou em 2013 um resultado líquido negativo, o que acontece pela segunda vez nos últimos 10 anos (a outra vez foi em 2010). O resultado líquido passou de 671 m.e. em 2012 para -206 m.e. em 2013.

» **Lajes das Flores** – este município obteve resultados líquidos negativos desde 2008. Em 2013 verificou-se um agravamento assinalável, passando de -93.905€, em 2012, para -949.312€ no ano seguinte. Este decréscimo deriva dos resultados operacionais, que sofreram um agravamento de 917%.

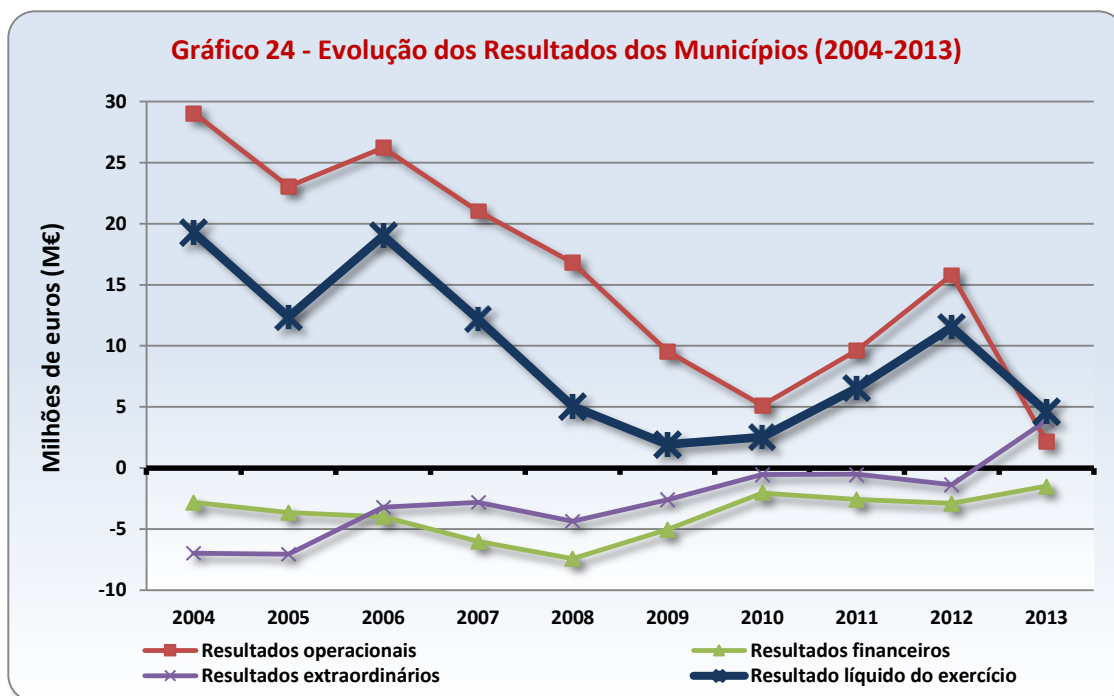
» **Corvo** – obteve um resultado líquido de 528 m.e. em 2013. Os resultados foram sempre positivos entre 2004 e 2013, numa média de 364 m.e. Os resultados operacionais representam 57% dos resultados líquidos em 2013.

Concluindo, no que respeita aos resultados de 2013, dos 19 municípios da RAA, 12 tiveram resultados líquidos positivos, sendo que os municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Santa Cruz da Graciosa, Madalena e Corvo tiveram sempre resultados positivos, nos últimos 10 anos.

Os restantes 7 Municípios tiveram resultados líquidos negativos em 2013, variando entre -206 m.e. (Vila Franca do Campo e Santa Cruz das Flores) e -2,4 M€ (Velas). Destes, 4 apresentaram resultados negativos nos últimos 5 anos, sendo eles, Praia da Vitória, S. Roque do Pico, Horta e Lajes das Flores.

Os resultados operacionais de Horta e S. Roque do Pico foram sempre negativos, desde 2004.

O gráfico 24 mostra a evolução, nos últimos 10 anos, dos diferentes tipos de resultados, no total dos municípios.



De seguida apresenta-se um quadro resumo da percentagem dos Resultados Líquidos sobre o Ativo Líquido (Rentabilidade do Ativo Líquido):

QUADRO 38 – Rentabilidade do Ativo Líquido 2013
(percentagem dos Resultados Líquidos sobre o Ativo Líquido)

Municípios	Resultado Líquido/Ativo Líquido	
VPT	0,32%	
PDL	0,05%	
RGR	3,71%	
LAG	0,91%	
VFC	-0,18%	
POV	0,86%	
NRD	0,32%	
AGH	1,70%	
PVT	-1,31%	
SCG	1,83%	
CAL	5,58%	
VEL	-6,99%	
SRP	-3,06%	
LPC	0,00%	
MAD	3,38%	
HRT	-1,23%	
SCF	-1,04%	
LFL	-2,99%	
CRV	3,91%	
RAA	0,37%	

4.2. O Balanço

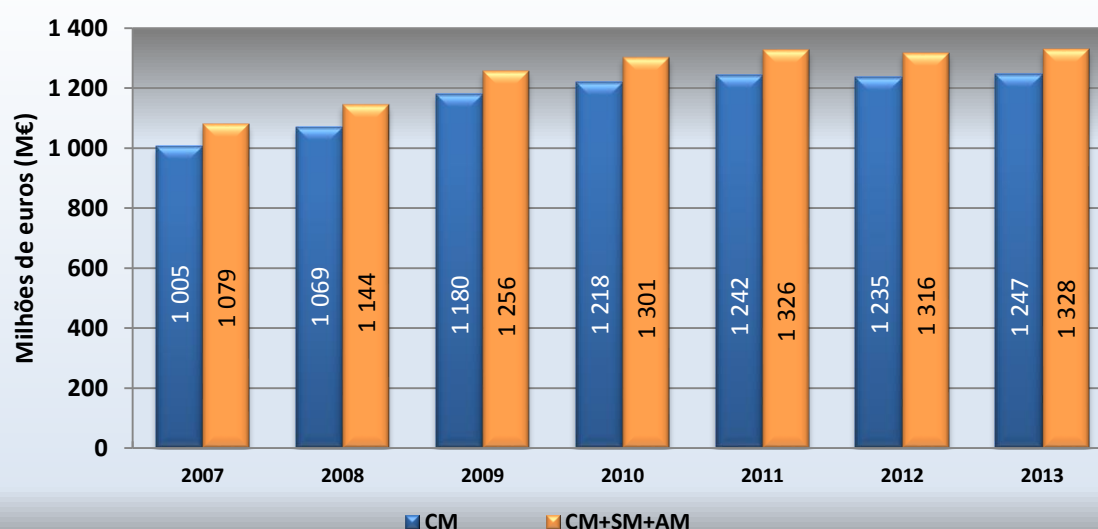
QUADRO 39 - Resumo do Balanço - Municípios da RAA 2011-2013

Euros

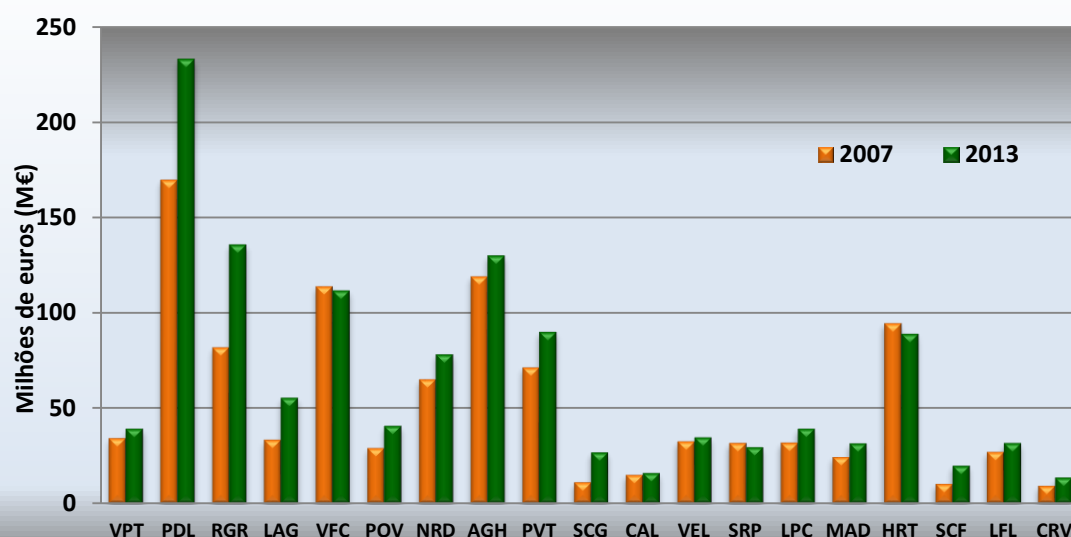
BALANÇO - Municípios da RAA	2011		2012		Δ % 2009/2010	2013		Δ % 2010/2011
	Valores	%	Valores	%		Valores	%	
Imobilizado Incorpóreo	5 937 094	0,48%	5 517 768	0,45%	-7,06%	5 181 839	0,42%	-6,09%
Imobilizado Corpóreo	1 100 590 256	88,58%	1 100 226 849	89,09%	-0,03%	1 111 208 739	89,09%	1,00%
Imobilizado Financeiro	65 073 911	5,24%	66 907 885	5,42%	2,82%	77 153 049	6,19%	15,31%
Existências	2 254 804	0,18%	2 166 062	0,18%	-3,94%	2 194 199	0,18%	1,30%
Dívidas de Terceiros	25 839 045	2,08%	28 600 044	2,32%	10,69%	30 299 023	2,43%	5,94%
Disponibilidades	11 375 997	0,92%	8 737 649	0,71%	-23,19%	12 246 883	0,98%	40,16%
Acréscimos de Proveitos	4 151 982	0,33%	3 185 078	0,26%	-23,29%	3 960 932	0,32%	24,36%
Custos Diferidos	27 275 020	2,20%	19 617 184	1,59%	-28,08%	5 002 556	0,40%	-74,50%
Ativo Total	1 242 498 109	100,00%	1 234 958 520	100,00%	-0,61%	1 247 247 220	100,00%	1,00%
Fundos Próprios	679 395 236	100,00%	702 653 807	100,00%	3,42%	730 547 941	100,00%	3,97%
Dívida Bancária	158 761 511	28,19%	148 385 669	27,88%	-6,54%	138 112 695	26,73%	-6,92%
Dívida não Bancária	76 519 834	13,59%	55 840 754	10,49%	-27,02%	37 770 398	7,31%	-32,36%
Passivo Exigível	235 281 345	41,78%	204 226 423	38,37%	-13,20%	175 883 094	34,04%	-13,88%
Provisões para riscos e encargos	3 011 455	0,53%	2 083 688	0,39%	-30,81%	5 076 256	0,98%	143,62%
Acréscimos de Custos	6 403 490	1,14%	5 835 793	1,10%	-8,87%	7 567 279	1,46%	29,67%
Proveitos Diferidos	318 406 583	56,55%	320 158 809	60,15%	0,55%	328 172 650	63,51%	2,50%
Passivo não Exigível	327 821 528	58,22%	328 078 290	61,63%	0,08%	340 816 185	65,96%	3,88%
Passivo Total	563 102 873	100,00%	532 304 713	100,00%	-5,47%	516 699 279	100,00%	-2,93%
Fundos Próprios e Passivo	1 242 498 109		1 234 958 520		-0,61%	1 247 247 220		1,00%

4.2.1. Ativo

O ativo líquido total dos municípios era de 1.247 M€ em 2013. Os serviços municipalizados e as associações de municípios acrescentam cerca de 6% a esse valor, resultando num total de 1.328 M€. Comparando com a situação existente há 7 anos atrás, conclui-se que o ativo líquido total dos municípios aumentou 24% (23% se juntarmos as outras entidades referidas).

GRÁFICO 25 - Ativo Líquido 2007- 2013

A evolução dos municípios individualmente é no entanto muito diversa. Em municípios como Vila Franca do Campo, S. Roque do Pico e Horta, o ativo líquido de 2013 é ligeiramente inferior ao de 2007. Noutros, é bastante superior, nomeadamente em Santa Cruz da Graciosa, onde o aumento foi de 142%, Ribeira Grande e Lagoa (67%).

GRÁFICO 26 - Comparativo Ativo Líquido por Município 2007/2013

O imobilizado corpóreo representa globalmente 89% do ativo líquido, sendo os valores mais baixos observados em Ponta Delgada (78%) e Praia da Vitória (76%). Os 95% são ultrapassados em Vila do Porto, Ribeira Grande, Lagoa, Santa Cruz da Graciosa, S. Roque do Pico e Lajes das Flores.

O ativo líquido resulta do ativo bruto, no qual os investimentos de obras públicas têm elevada expressão, menos as amortizações acumuladas, que traduzem o desgaste dos bens e a repartição dos respetivos custos pela sua vida útil. Nos municípios em que o ativo líquido diminuiu, isso provavelmente significa que os investimentos realizados no período 2007 - 2013 não foram suficientes para compensar as amortizações registadas.

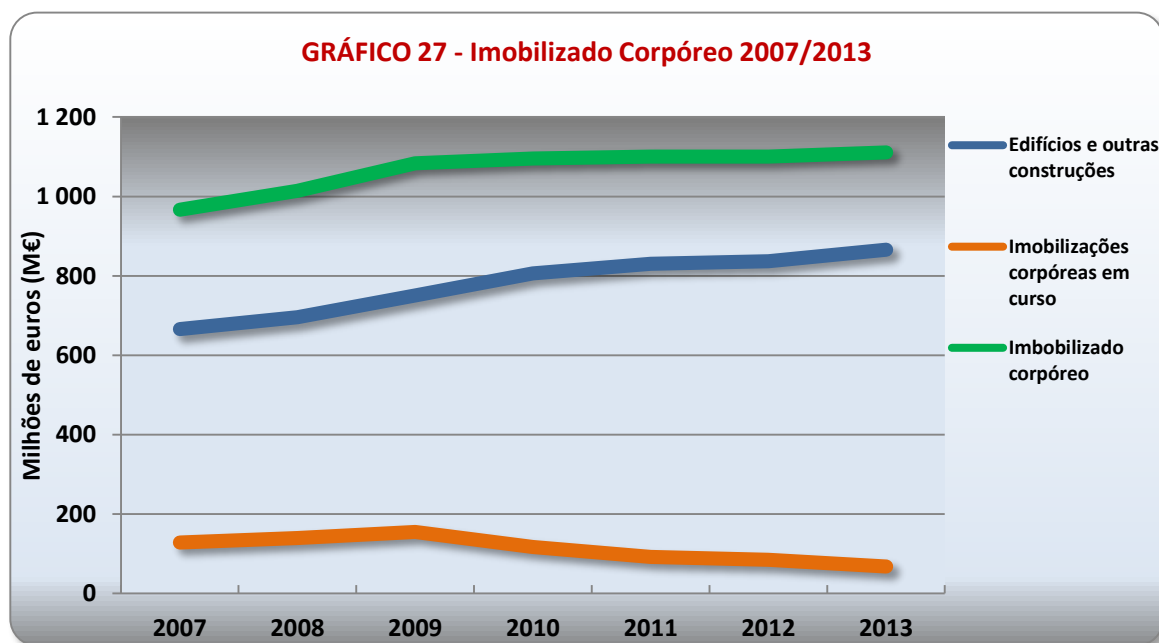
QUADRO 40 - Variações no Balanço 2012-2013

Ativo Líquido	1,0%
Imobilizado	1,8%
Incorpóreo	-6,1%
Corpóreo em curso	-19,7%
Corpóreo	1,0%
Financeiro	15,3%
Amortizaç acumuladas	11,2%
Existências	1,3%
Dívidas de terceiros	5,9%
Depósitos e Caixa	40,2%
Fundos Próprios	4,0%
Património	1,0%
Reservas Legais	6,1%
Passivo	-2,9%
Dívida Bancária	-6,9%
Outras Dívidas	-32,4%
Proveitos diferidos	2,5%

4.2.1.1. Imobilizado

O imobilizado corpóreo, como se pode observar pelo gráfico abaixo, tem-se mantido na média dos 1,1 M€ nos últimos anos, apesar do crescimento verificado nos edifícios e outras construções, a sua maior componente (78%). Verifica-se o

decréscimo progressivo das imobilizações em curso, que em 2013 diminuíram 20% – o valor de 2013 é apenas de 44% do valor de 2009. É esta componente que contribui para a quase estagnação no imobilizado corpóreo total.



Por outro lado, o imobilizado financeiro registou um aumento de 15%, atingindo em 2013 o valor global de 77 M€.

Refira-se, no entanto, que este aumento deve-se essencialmente ao município da Praia da Vitória – neste município, a conta 411 do balanço “Partes de capital” passou de 6,3 M€ em 2012 para 16,5 M€ em 2013. O aumento neste município (10.237.409 €) quase igualou o aumento total dos 19 municípios (10.245.164 €).

4.2.1.2. Existências

O valor total de existências em 2013 era de 2,2 M€, o qual se manteve nesta ordem de valores nos últimos 4 anos. Estas existências são praticamente todas matérias-primas, subsidiárias e de consumo, 23% respeitando a Ponta Delgada, 13% à Horta

e 12% à Ribeira Grande. Santa Cruz da Graciosa e Lajes das Flores são os únicos municípios que não têm qualquer valor de existências nos seus balanços.

4.2.1.3. Dívidas a receber de terceiros

Esta conta tinha um valor global de 30,3 M€ em 2013, para o conjunto dos municípios, tendo aumentado 6%. Este valor aumenta para 37,5 M€ se incluirmos os SM e as AM. Nesta conta, as dívidas de clientes, contribuintes e utentes têm pouca expressão (cerca de 16%), sendo a maioria destes créditos (82%) referentes a dívidas relacionadas com transferências a receber. Isto em termos globais e incluindo os SM e as AM.

Os valores de dívidas a receber estão concentrados nas seguintes entidades:

QUADRO 41 - Dívidas a receber de terceiros

Euros

MUNICIPIOS	2013
VPT	110 240
PDL	3 678 094
RGR	1 872 886
LAG	180 180
VFC	1 685 881
POV	71 576
NRD	1 218 421
AGH	11 137 714
PVT	1 686 962
SCG	76 847
CAL	305 890
VEL	520 323
SRP	100 738
LPC	2 240 724
MAD	747 557
HRT	4 596 311
SCF	36 393
LFL	768
CRV	31 516
SMPD	1 858 983
SMAH	2 092 392
AMRAA	79 840
AMISM	3 173 141

4.2.1.4. Depósitos e Caixa

As disponibilidades totais dos municípios no final de 2013 somavam 12,2 M€, o valor mais alto do período 2004 – 2013. É um valor 40% superior ao de 2012, mas apenas 8% superior ao verificado em 2010 e 2011. Angra do Heroísmo, com 3,5 M€ destaca-se como o município com maior valor em caixa e bancos, surgindo a seguir Ponta Delgada e Vila Franca do Campo, com cerca de 1M€.

As disponibilidades em meios monetários, adicionadas das dívidas a receber a curto prazo e de aplicações financeiras (títulos negociáveis) dão-nos o valor do ativo circulante. Este agregado compreende os meios que a entidade tem ao seu dispor

para fazer face às suas dívidas de curto prazo, ou seja, o passivo circulante. A diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante designa-se de fundo de maneiio, do qual se falará mais tarde.

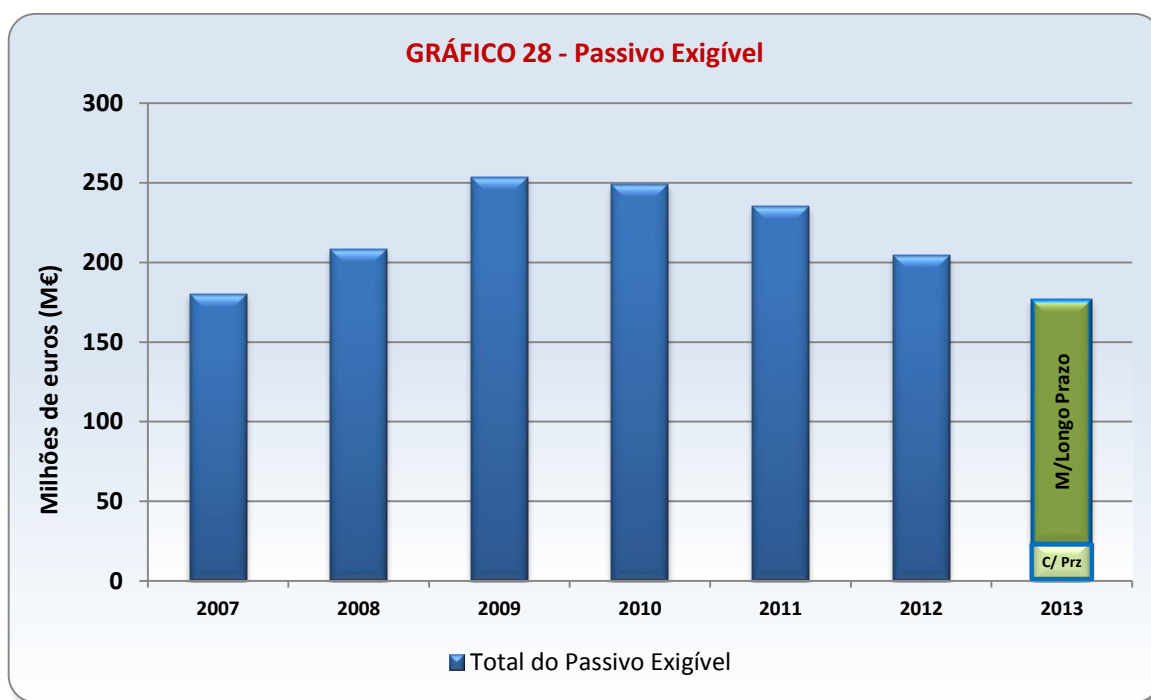
4.2.2. Passivo

O passivo compreende as dívidas a pagar, a curto, médio e longo prazo, bem como as provisões constituídas para fazer face a riscos e encargos e os acréscimos de custos e os proveitos diferidos. Se as provisões têm uma expressão muito reduzida no passivo total (1%), os proveitos diferidos, não sendo dívida a pagar, mas sim transferências recebidas cujo proveito será registado em vários anos, representam um valor considerável, dada a importância das transferências recebidas da união europeia e do Estado, destinadas a investimentos específicos. Efetivamente, os proveitos diferidos representam no total dos municípios cerca de 63,51% do passivo total. Daí a importância de considerar o passivo exigível e não o passivo total, quando se analisa o balanço de um município.

QUADRO 42 - Passivo Exigível 2007-2013*Euros*

MUNICIPIOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013		
							Curto Prazo	M/L Prazo	Total
VPT	1 661 088	1 449 161	1 520 439	1 722 404	1 290 681	1 129 066	217 328	622 251	839 579
PDL	26 646 456	32 775 156	34 396 679	32 764 857	30 627 279	27 393 361	1 770 136	23 587 001	25 357 137
RGR	18 636 987	23 284 196	26 313 870	21 787 706	18 404 098	15 891 087	638 655	10 956 706	11 595 360
LAG	10 266 020	13 860 504	15 032 047	12 966 478	10 765 210	9 441 188	1 363 115	7 112 808	8 475 923
VFC	22 743 920	22 899 254	24 270 845	27 604 255	30 004 274	29 460 370	272 668	27 766 579	28 039 248
POV	12 050 957	14 540 112	37 612 986	35 255 076	31 832 421	21 157 169	2 732 993	4 817 784	7 550 777
NRD	9 392 179	9 755 756	10 092 454	15 220 629	18 537 477	17 061 334	2 440 398	14 546 968	16 987 365
AGH	22 958 526	24 281 693	27 405 890	26 941 924	26 309 351	23 441 233	545 978	19 236 038	19 782 016
PVT	9 820 940	16 089 556	24 435 656	18 463 580	17 886 819	16 608 749	6 124 885	9 543 515	15 668 400
SCG	1 305 780	1 109 498	1 683 901	2 491 967	2 612 757	2 372 078	134 522	1 941 276	2 075 798
CAL	9 564 498	10 802 566	11 011 265	10 086 444	9 673 744	8 244 981	177 514	7 081 769	7 259 284
VEL	7 200 251	7 635 802	7 506 668	10 763 634	9 406 498	7 585 473	409 673	5 853 222	6 262 895
SRP	2 263 266	1 905 901	2 928 466	3 032 628	1 497 352	1 201 198	419 244	591 885	1 011 129
LPC	6 685 249	6 885 456	8 243 281	9 231 361	8 141 765	7 610 674	1 834 848	7 697 793	9 532 641
MAD	5 913 916	7 870 613	6 493 927	6 296 983	5 191 004	4 374 151	1 021 370	2 659 056	3 680 426
HRT	8 350 862	8 959 302	9 580 852	9 416 421	8 552 245	7 019 772	1 426 098	5 198 023	6 624 121
SCF	1 472 867	1 353 629	1 322 124	1 152 024	1 056 527	796 832	44 906	536 790	581 696
LFL	887 246	824 660	1 949 341	2 109 927	1 925 633	2 220 162	2 570 209	879 013	3 449 222
CRV	2 403 773	2 231 292	1 892 422	1 533 006	1 566 209	1 217 545	24 565	1 085 510	1 110 075
CM	180 224 778	208 514 106	253 693 115	248 841 306	235 281 345	204 226 423	24 169 106	151 713 988	175 883 094
SMPDL	1 272 363	1 213 081	554 130	871 174	820 129	454 864	439 362	0	439 362
SMAGH	580 147	593 666	1 762 586	2 016 286	3 205 822	2 448 534	2 285 806	0	2 285 806
AMRAA	349 594	356 310	297 313	323 246	266 720	171 099	201 725	0	201 725
AMISM	2 274 332	2 216 886	1 909 184	1 181 713	1 134 184	977 438	1 501 609	528 140	2 029 749
CM+SM+AM	184 701 215	212 894 048	258 216 329	253 233 725	240 708 199	208 278 358	28 597 608	152 242 128	180 839 735

O passivo exigível total dos municípios tem vindo a diminuir, atingindo em 2013 o valor mais baixo do período 2007 – 2013. Em 2013, registou-se uma diminuição global de 14%. Apenas em dois municípios, Lajes do Pico e Lajes das Flores, se verificou um aumento do passivo exigível, sendo de recordar que Lajes do Pico tem em curso um plano de saneamento financeiro.



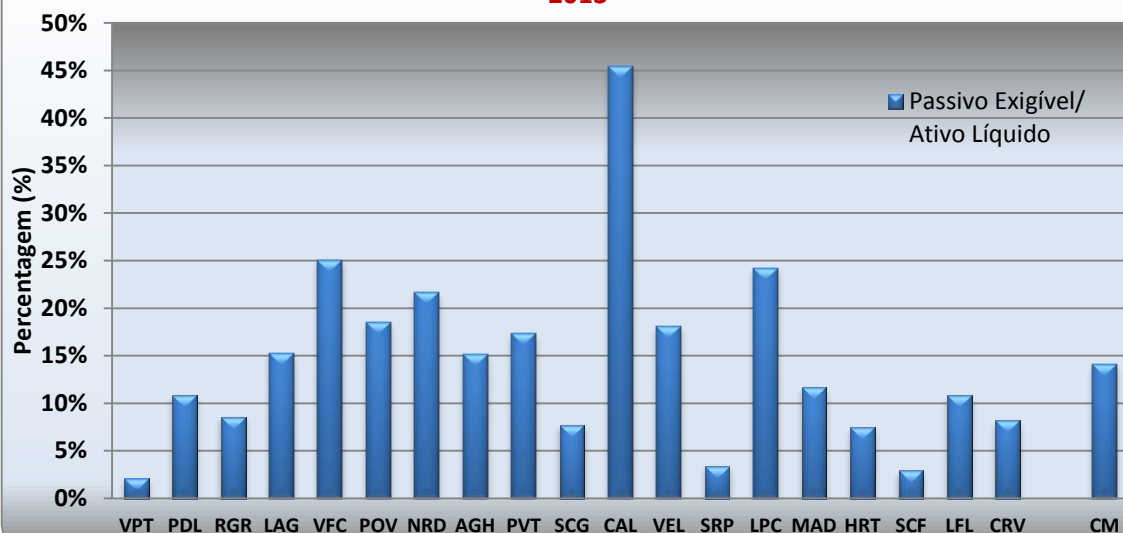
Em 2013, cerca de 14% dos 176 M€ de passivo exigível constituem dívida de curto prazo, sendo que no município de Lajes das Flores, o passivo de curto prazo (2,6 M€) supera claramente o de médio e longo prazo (0,9 M€).

A maior redução registada foi no município da Povoação – passou de 21,2 M€ em 2012, para 7,6 M€ em 2013.

Nos serviços municipalizados, o passivo exigível de Angra do Heroísmo (2,3 M€) é bastante superior ao de Ponta Delgada (0,4M€). A partir de 2009, os SMAGH passaram a ter uma dívida superior aos SMPDL.

Para se ter uma ideia da dimensão relativa do passivo exigível de cada município, apresenta-se a seguir um gráfico mostrando a percentagem desse agregado, relativamente ao ativo líquido.

GRÁFICO 29 - Percentagem do Passivo exigível sobre o Ativo Líquido - 2013



O valor do município da Calheta destaca-se claramente (45,4%), bastante acima de Vila Franca do Campo (25,1%), Lajes do Pico (24,2%) e Nordeste (21,6%). No caso da Calheta, parece-nos que o valor verificado se deve mais a um ativo líquido subavaliado. Efetivamente, o ativo líquido deste município em 2013 era de 16M€, muito inferior ao do Município das Velas (34,7 M€) e apenas ligeiramente superior ao do Corvo (13,5 M€).

Ora se considerarmos o investimento realizado entre 1980 e 2013, verificamos que os valores dos municípios da Calheta e das Velas são semelhantes, conforme quadro abaixo.

QUADRO 43 - Investimento 1980-2013*Euros*

MUNICÍPIOS	Invest 1980-2013	Ativo Líquido 2013
VPT	46 508 875	39 216 389
PDL	242 488 639	232 978 035
RGR	175 742 088	135 852 638
LAG	88 161 418	55 645 015
VFC	79 154 263	111 840 386
POV	64 146 973	40 749 089
NRD	77 986 159	78 476 757
AGH	177 877 505	130 255 540
PVT	126 217 129	90 229 925
SCG	39 234 281	26 856 861
CAL	43 717 472	15 973 861
VEL	43 580 254	34 692 908
SRP	37 917 395	29 538 820
LPC	48 300 893	39 310 252
MAD	49 453 975	31 484 513
HRT	74 185 070	89 107 333
SCF	29 885 782	19 788 741
LFL	37 995 339	31 742 733
CRV	24 017 975	13 507 426
CM	1 506 571 487	1 247 247 220

4.3. Rácios

Como conclusão deste capítulo, apresenta-se a seguir um quadro com os principais rácios sobre a execução patrimonial dos municípios.

QUADRO 44 – Rácios 2013

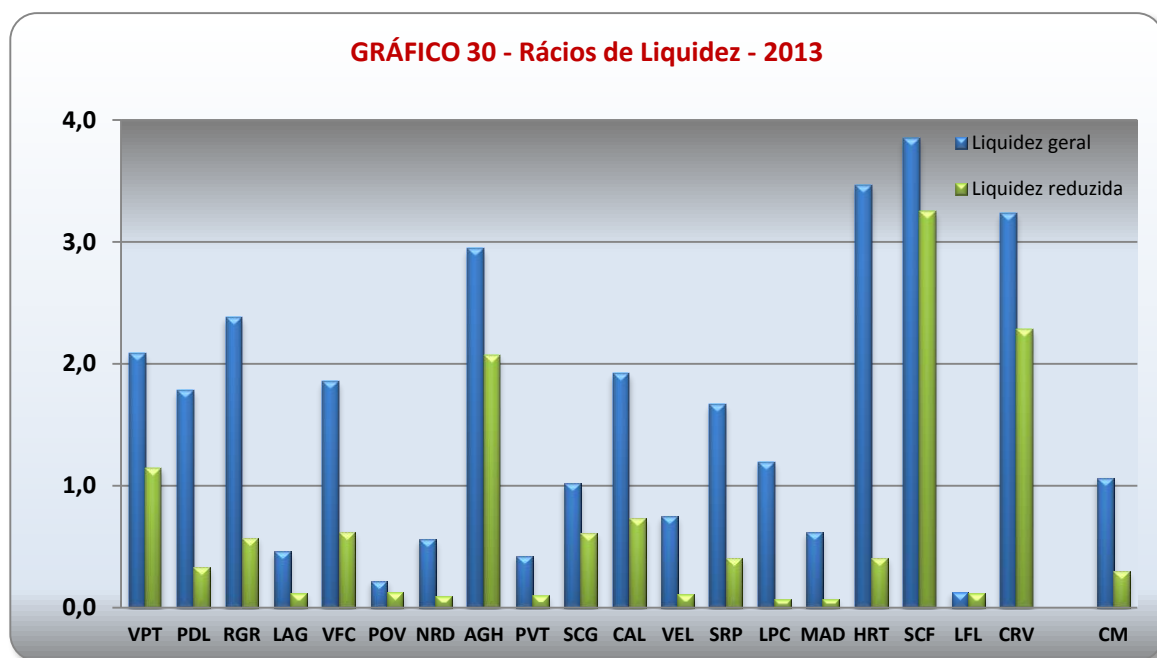
RÁCIOS - 2013	VPT	PDL	RGR	LAG	VFC	POV	NRD	AGH	PVT	SCG	CAL	VEL	SRP	LPC	MAD	HRT	SCF	LFL	CRV	CM
Liquidez geral (Ativo Circulante/ Passivo Circulante)	2,09	1,78	2,38	0,46	1,86	0,22	0,56	2,94	0,42	1,02	1,92	0,75	1,67	1,19	0,62	3,46	3,85	0,13	3,23	1,06
Liquidez reduzida (Disponível/ Passivo Circulante)	1,14	0,33	0,57	0,12	0,62	0,13	0,10	2,07	0,10	0,61	0,73	0,11	0,41	0,07	0,07	0,41	3,25	0,12	2,28	0,30
Liquidez LCPA [(Disponível + Créd C/P+1/4 FOE)] / Passivo Circulante)	4,07	2,68	3,76	1,04	2,48	0,54	0,87	4,32	0,64	3,41	3,79	0,86	2,73	1,60	1,17	4,05	6,56	0,37	5,57	1,57
Fundos Próprios / Fundos Alheios	44,53	6,41	7,15	4,70	2,16	2,89	2,55	3,23	2,69	7,30	-0,03	1,58	21,82	0,78	3,88	8,48	28,50	5,49	5,36	4,04
Fundos Próprios / Ativo Líquido	0,95	0,70	0,61	0,72	0,56	0,54	0,56	0,50	0,48	0,56	-0,01	0,42	0,75	0,19	0,46	0,63	0,84	0,60	0,44	0,59
Capitais Permanentes / Ativo Fixo	1,01	1,01	1,01	0,98	1,01	0,94	0,98	1,03	0,95	1,00	1,02	0,93	1,01	1,01	0,98	1,05	1,03	0,92	1,02	1,00
Ativo Fixo / Ativo Circulante	42,09	38,10	38,88	68,41	35,62	62,26	44,95	25,47	29,77	91,48	20,64	4,93	28,98	14,55	29,84	13,17	26,75	87,81	33,89	27,67
Ativo Líquido / Passivo Exigível	37,05	8,65	10,97	6,28	3,80	5,24	4,46	6,23	5,47	12,06	2,14	3,65	24,96	4,00	7,30	12,70	27,41	8,79	11,21	6,62
Imobilizado Corpóreo / Ativo Líquido	96,43	78,06	96,60	95,06	94,19	94,95	93,73	87,78	75,78	98,66	93,39	83,09	95,98	92,88	93,76	91,56	84,81	98,65	94,74	89,09
Imobilizado Bruto / Imobilizado Líquido	1,19	1,34	1,13	1,14	1,38	1,16	1,21	1,32	1,35	1,16	1,26	1,67	1,69	1,53	1,33	1,58	1,20	1,57	1,39	1,33
Imobilizado Líquido / Dívida médio e longo prazo	61,56	9,62	14,52	7,71	3,92	8,32	8,96	5,98	11,32	13,69	2,15	17,07	48,24	4,78	11,46	15,93	35,54	35,71	12,09	8,65
Proveitos Operacionais / Custos Operacionais	1,02	0,95	1,51	1,16	1,02	1,00	1,10	1,01	0,94	1,09	1,19	0,67	0,90	1,02	1,13	0,91	0,97	0,74	1,23	1,02
Proveitos Operacionais / Proveitos Totais	0,93	0,90	0,89	0,97	0,90	0,89	0,90	0,79	0,81	0,89	0,90	0,87	0,90	0,86	0,88	0,94	0,96	0,94	0,86	0,89

» Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo Circulante)

Este rácio traduz a capacidade da entidade pagar as suas dívidas de curto prazo, utilizando os meios financeiros imediatamente disponíveis (dinheiro em caixa e depósitos à ordem), ou disponíveis a curto prazo (existências e créditos de curto prazo). O facto de os municípios não contabilizarem como dívidas a receber os Fundos OE, apesar de constituírem uma receita certa, mas por outro lado poderem considerar como fundos disponíveis as verbas destes fundos a receber no trimestre, permitindo assumir compromissos com base nesse montante, desvirtua de certo modo o significado deste rácio, uma vez que o seu valor real é superior. Um valor inferior a 1 não é desejável, mas surge em alguns municípios (Lagoa, Povoação, Nordeste, Praia da Vitória, Velas, Madalena e Lajes das Flores).

» Liquidez imediata ou reduzida (Depósitos e Caixa / Passivo Circulante)

Neste rácio, consideram-se apenas os meios monetários imediatamente disponíveis e compara-se estes com as dívidas a pagar a curto prazo, pelo que o seu valor é ainda mais reduzido do que o da liquidez geral – no conjunto dos municípios o rácio de liquidez geral é de 1,1 e o de liquidez reduzida é de 0,3. O gráfico seguinte mostra os rácios de liquidez nos diversos municípios.



» Fundos Próprios / Fundos Alheios

O ativo é igual ao passivo mais os fundos próprios, o que equivale a dizer que o ativo é coberto, ou por fundos próprios, ou por fundos alheios. Neste rácio, considera-se nos fundos alheios apenas o passivo exigível, uma vez que os acréscimos e diferimentos não são dívidas a pagar. O valor médio deste rácio, para o conjunto dos municípios da Região é de 4, ou seja, os fundos próprios são cerca de 4 vezes superiores aos fundos alheios. Aparecem valores bastante superiores (Vila do Porto – 44,5, S. Roque do Pico – 21,8, Santa Cruz das Flores – 28,5) e valores inferiores a 1 (mais dívidas do que fundos próprios), destacando-se um valor negativo (-0,03) na Calheta, e o valor de 0,8 em Lajes do Pico.

» Fundos Próprios / Ativo Líquido

O valor deste rácio seria de 1 se não existissem quaisquer dívidas. Em Vila do Porto atinge o valor de 0,95, dado que este município tem um ativo líquido de 39 M€ e um passivo exigível de apenas 0,8 M€. O valor médio é de 0,6, sendo os valores mais baixos apresentados por Calheta (-0,01) e Lajes do Pico (0,2). Os municípios mais endividados apresentam valores de 0,5 ou 0,6.

» Ativo Fixo / Ativo Circulante

O ativo fixo é o imobilizado, mais as dívidas a receber a médio e longo prazo, e o ativo circulante compreende as existências, a parte disponível e as dívidas a receber a curto prazo. O valor médio é de 27,7, variando entre 4,9 (Velas) e 87,8 (Lajes das Flores).

» Imobilizado Líquido / Dívida de médio e longo prazo

O imobilizado traduz as despesas de investimento realizadas ao longo dos anos, sujeitas às deduções anuais das amortizações. Quando o investimento é financiado por empréstimo, a relação entre ambos vai-se mantendo, uma vez que o valor de ambos vai baixando – o empréstimo vai sendo amortizado, e o imobilizado também. Como uma parte importante do financiamento das obras não está associada a endividamento mas sim às receitas de fundos comunitários e dos Fundos OE, o mais natural é que este rácio tenha um valor elevado, isto é, várias vezes superior à unidade. O valor médio da Região é de 8,65 mas são de assinalar valores bastante superiores, da ordem dos 62 em Vila do Porto, 48 em S. Roque do Pico e 36 nos municípios das Flores.

» Proveitos Operacionais / Custos Operacionais

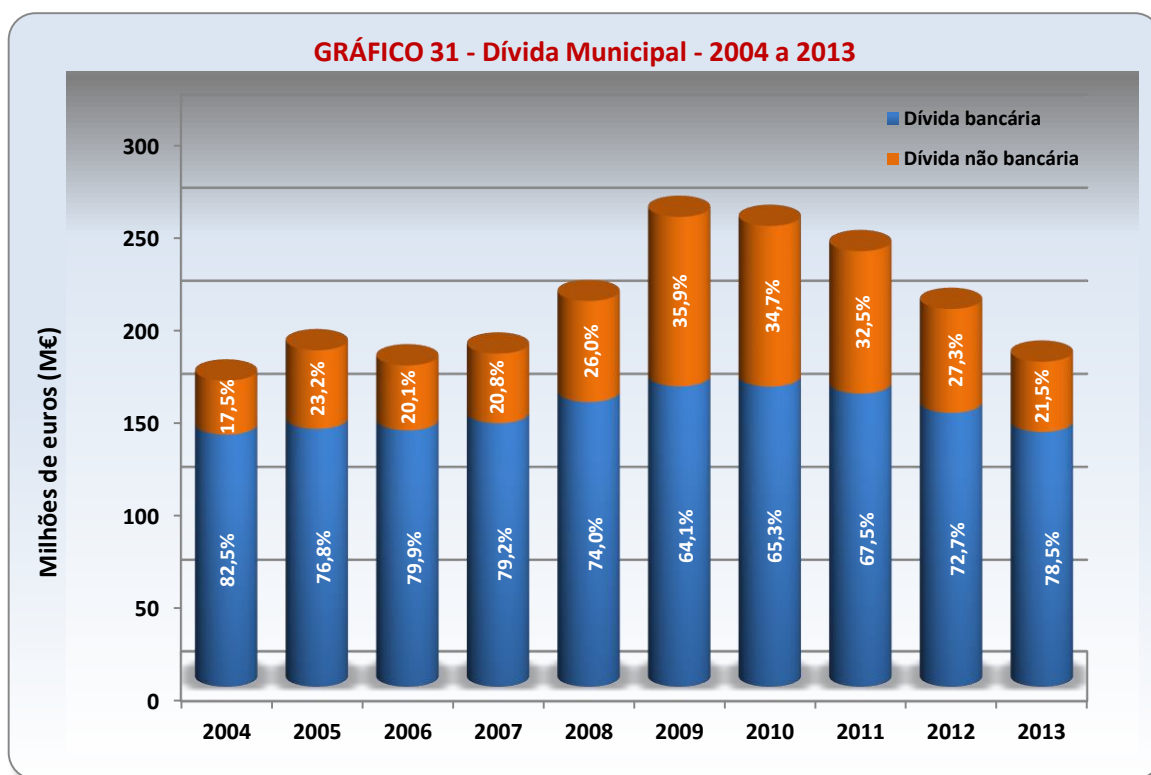
Os proveitos operacionais representam mais de 80% dos proveitos totais, pelo que é importante, em termos de resultados, que a parte operacional tenha um saldo positivo, ou seja, este rácio deve ter um valor superior a 1. Os valores mais altos surgem nos municípios da Ribeira Grande (1,51) e Lagoa (1,16), e os mais baixos em Velas (0,67) e Lajes das Flores

(0,74). Além destes 2 municípios, apresentam valores inferiores à unidade os municípios de Ponta Delgada, Praia da Vitória, S. Roque do Pico e Horta.

5. ENDIVIDAMENTO

5.1. Evolução do Endividamento Municipal

A dívida global dos municípios diminuiu 14% em 2013, situando-se no final desse ano nos 176 M€. Comparando com 2009, ano em que a dívida atingiu o seu valor máximo (264 M€) a redução foi de 33%.



Tanto a dívida bancária como a não bancária, atingiram os seus valores máximos em 2009, apesar de em alguns municípios esse facto acontecer noutro ano. Por exemplo, Lajes das Flores atingiu o nível mais elevado de dívida em 2013 e em Santa Cruz das Flores isso aconteceu em 2005. Em termos gerais, 14 municípios atingiram a sua dívida total mais alta em 2009 e 2010, o que está relacionado com o aproveitamento do Quadro Comunitário 2007-2013. A dívida bancária e a dívida a fornecedores aumentaram para execução dos investimentos aprovados no Programa Operacional - PROCONVERGÊNCIA. Habitualmente,

os anos mais fortes na aprovação de projetos de investimentos são o segundo e o terceiro ano de um Quadro Comunitário.

Por outro lado, se analisarmos a estrutura da dívida, verificamos nos últimos anos, além da descida progressiva em ambas as dívidas, uma diminuição no peso relativo da dívida não bancária no contexto da dívida total – essa percentagem atingiu os 35,9% em 2009, baixando até aos atuais 21,5%, um valor próximo dos 17,5% registados em 2004.

QUADRO 45 - Dívida Total dos Municípios

Euros

Municípios	Dívida mais elevada		Dívida em 2013	Dívida de 2013 / Dívida mais Elevada
	Ano	Valor		
LPC	2013	9 532 641	9 532 641	100,00%
LFL	2013	3 449 222	3 449 222	100,00%
NRD	2011	18 537 477	16 987 365	91,64%
VFC	2009	34 701 248	28 039 248	80,80%
SCG	2011	2 612 757	2 075 798	79,45%
PDL	2009	34 396 679	25 357 137	73,72%
AGH	2009	27 405 890	19 782 016	72,18%
HRT	2009	9 580 852	6 624 121	69,14%
CAL	2009	11 011 265	7 259 284	65,93%
PVT	2009	24 435 656	15 668 400	64,12%
VEL	2010	10 763 634	6 262 895	58,19%
LAG	2009	15 032 047	8 475 923	56,39%
VPT	2010	1 722 404	839 579	48,74%
MAD	2008	7 870 613	3 680 426	46,76%
CRV	2007	2 403 773	1 110 075	46,18%
RGR	2009	26 313 870	11 595 360	44,07%
SRP	2010	3 032 628	1 011 129	33,34%
POV	2009	37 612 986	7 550 777	20,07%
SCF	2005	3 089 017	581 696	18,83%
Total CM	2009	264 123 518	175 883 094	66,59%

5.2. Alguns indicadores do grau de endividamento

As diversas leis de finanças locais que vigoraram desde 1979 estabeleceram critérios diferentes no que toca aos limites ao endividamento municipal. Assim, adotou-se o critério de relacionar os encargos da dívida com as receitas, a própria dívida com as receitas e os

ativos financeiros com os passivos financeiros, ou seja, considerando também as dívidas a receber pelo município e não apenas as receitas já entradas.

Se nos primeiros anos apenas contava o serviço da dívida bancária, mais tarde passou-se a considerar a própria dívida e a incluir no cálculo a dívida não bancária e a dívida de todas as entidades dependentes do município (empresas, associações).

O critério do endividamento líquido vigorou até ao final de 2013. Com a entrada em vigor da atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), a partir de 2014 os limites ao endividamento são os previstos no art.º 51º, o qual estabelece que a dívida total (do município, empresas municipais, serviços municipalizados e associações) não pode ultrapassar, em 31 de dezembro, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o SIIAL, em 2013 excederam os limites os municípios de Calheta, Lajes das Flores, Lajes do Pico, Nordeste, Velas e Vila Franca do Campo. Os municípios de Calheta e Vila Franca do Campo não ficam sujeitos a sanção (deduções ao FEF), uma vez que melhoraram a sua situação entre o início e o final do ano.

O quadro abaixo mostra alguns indicadores do grau de endividamento municipal. Quer a dívida bancária, como a restante dívida baixaram no que respeita ao seu peso percentual relativamente às receitas certas (receitas próprias + Fundos OE). A dívida bancária representava 96,4% em 2013, quando em 2011 esse rácio era de 109,59% e em 2012 era de 108,14%. Naturalmente que a dívida bancária é paga em vários anos, pelo que relacioná-la com a receita de um só ano serve apenas como um indicador da sua dimensão relativa. Já a dívida não bancária, incluindo as dívidas a fornecedores e empreiteiros, assume um carácter de curto prazo, fazendo todo o sentido compará-la com as receitas certas de cada ano. Neste caso, a evolução nos últimos anos foi ainda mais favorável, uma vez que este rácio era de 61,54% em 2009 e em 2013 já era de 26,36%. A conversão de parte destas dívidas em dívidas bancárias, no âmbito dos processos de saneamento financeiro explica de certo modo esta evolução, mas a verdade é que a dívida total também diminuiu, ou seja, não se assistiu apenas a uma passagem da dívida não bancária para a dívida bancária.

Por outro lado, o peso do serviço da dívida nas receitas certas também evoluiu favoravelmente, baixando de 19,56% (2012) para 15,05% (2013). Não esqueçamos que nos últimos anos alguns municípios efetuaram amortizações extraordinárias, liquidando alguns empréstimos na totalidade, pelo que em situação normal este indicador seria ainda mais baixo.

QUADRO 46 - Indicadores do Serviço da Dívida

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida bancária / Receitas certas	108,86%	108,44%	103,42%	99,32%	104,04%	109,92%	106,94%	109,59%	108,14%	96,40%
Dívida n/ bancária / Receitas certas	23,14%	32,75%	25,99%	26,02%	36,63%	61,54%	56,81%	52,82%	40,70%	26,36%
Serviço da dívida M-L Prazo / Receitas certas	10,87%	10,16%	10,79%	11,33%	11,92%	14,32%	12,25%	17,07%	19,56%	15,05%
Dívida orçamental / Receitas correntes	1,83	1,91	1,76	1,68	1,90	2,36	2,20	2,15	1,95	1,40

O indicador “Dívida orçamental/receitas correntes” pretende mostrar os efeitos dos novos limites de endividamento, a aplicar a partir de 2014. Apesar de em 2013 se situar em 1,4, a relação dívida orçamental / receitas correntes, depois de valores de 2,36 e 2,20 em anos anteriores, a verdade é que não foram incluídas as outras entidades do grupo autárquico (empresas, associações) e o limite legal é de 1,5. Contudo, alguns municípios apresentam bons indicadores.

**QUADRO 47 - Dívida Orçamental sobre as Receitas Correntes
por Município - 2013**

Municípios	Dívida orçamental / Receitas correntes 2013
VPT	0,20
PDL	0,90
RGR	0,80
LAG	1,14
VFC	4,31
POV	1,64
NRD	4,31
AGH	1,52
PVT	1,97
SCG	0,63
CAL	2,10
VEL	1,91
SRP	0,31
LPC	2,38
MAD	0,81
HRT	0,82
SCF	0,25
LFL	1,43
CRV	0,86
CM	1,40

5.3. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Segundo a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), são consideradas na situação de “pagamentos em atraso” as contas a pagar com mais de 90 dias da data de vencimento da respetiva fatura.

**QUADRO 48 - Prazos Médios de Pagamentos (PMP),
por município, 2011-2013**

Dias

Municípios	2011	2012	2013
VPT	13	9	27
PDL	52	40	16
RGR	254	138	9
LAG	108	106	82
VFC	262	90	20
POV	58	41	47
NRD	331	1875	299
AGH	39	46	17
PVT	175	282	164
SCG	6	6	13
CAL	97	5	37
VEL	113	23	9
SRP	19	6	42
LPC	6	41	39
MAD	75	75	59
HRT	137	101	48
SCF	5	2	1
LFL	83	87	87
CRV	30	14	0

FONTE: SIIAL

Em 2013, apenas os municípios do Nordeste e da Praia da Vitória apresentaram um PMP que ultrapassou os 90 dias. Dos restantes 17 municípios, 9 pagaram a menos de 30 dias.

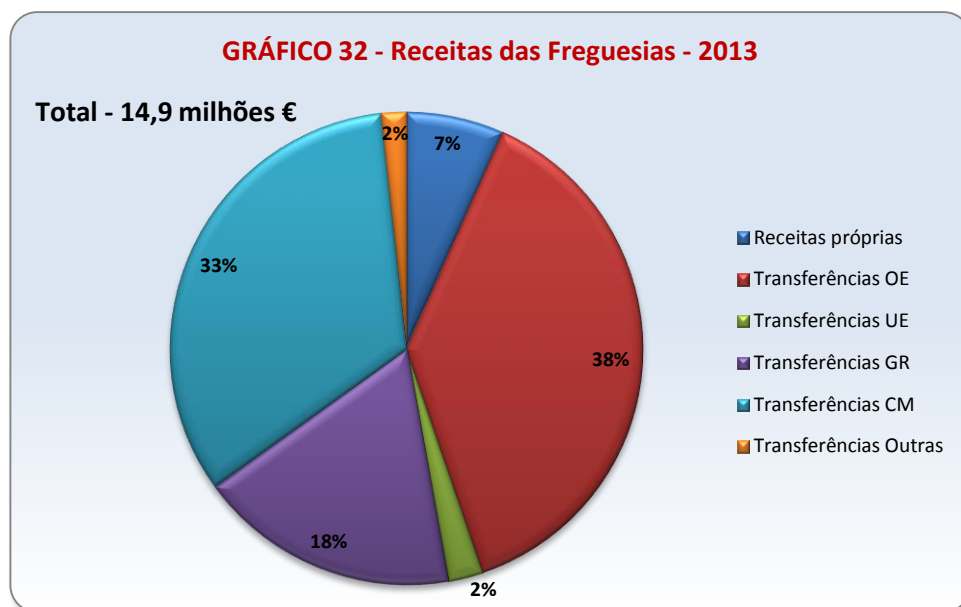
Os municípios de maior dimensão apresentaram PMP baixos: Ponta Delgada – 16 dias, Ribeira Grande – 9 dias e Angra do Heroísmo – 17 dias. Os melhores PMP foram praticados pelos municípios do Corvo e de Santa Cruz das Flores.

Na maioria dos casos registou-se uma redução do prazo médio de pagamentos aos fornecedores por parte dos municípios, sendo de salientar a grande diminuição no PMP dos municípios de Ribeira Grande, Vila Franca do Campo, Nordeste, Velas e Horta.

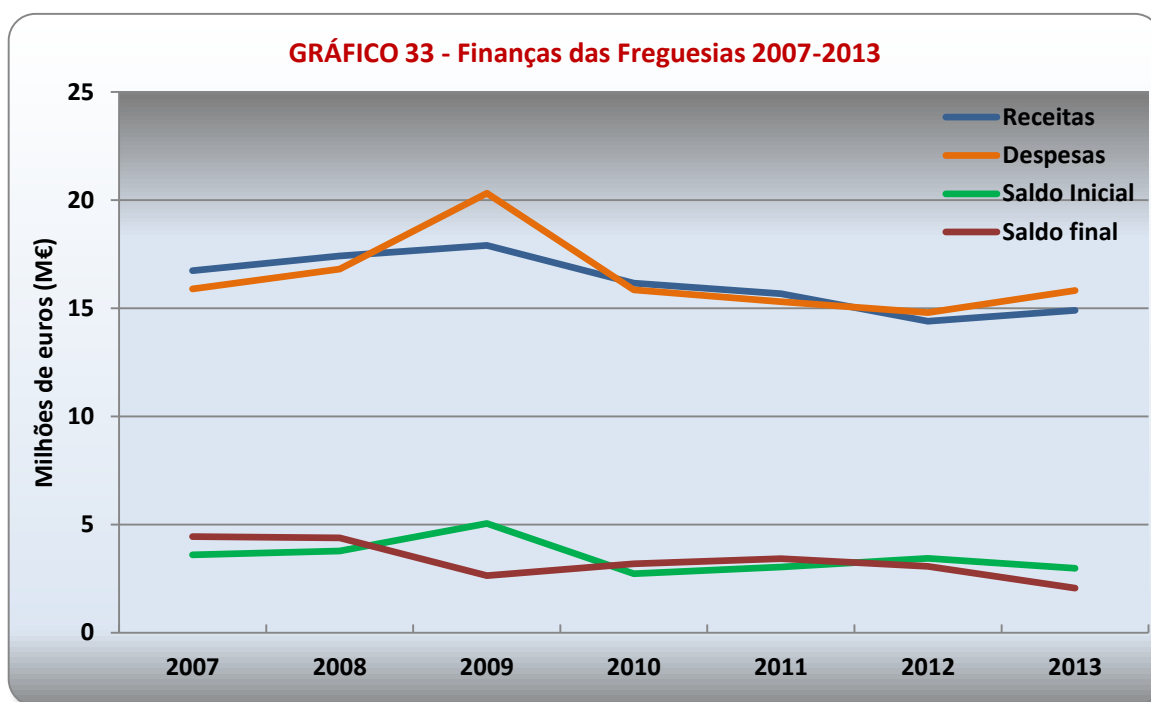
6. FREGUESIAS

6.1. Receitas das Freguesias

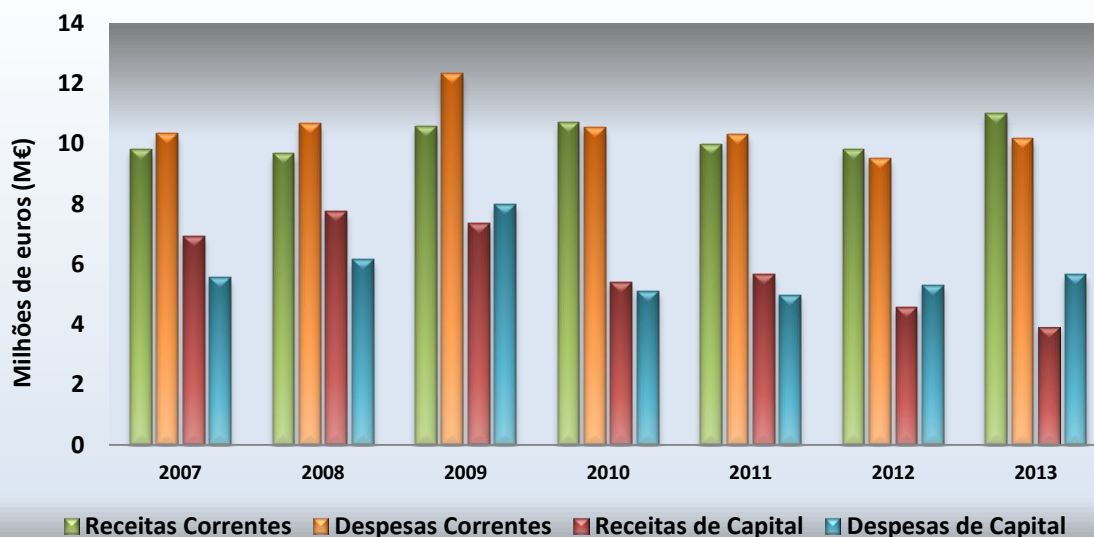
Em 2013, as freguesias dos Açores receberam cerca de 15 M€ e gastaram perto de 16 M€. A diferença foi coberta pelo saldo de 3 M€ transitado de 2012. No final de 2013 o saldo global das 155 freguesias era de 2 M€.



A evolução das verbas movimentadas pelas freguesias entre 2007 e 2013 é mostrada no gráfico abaixo, sendo possível perceber a contribuição do saldo transitado do ano anterior, nos anos em que as despesas superam as receitas – nesses anos, o saldo final é inferior ao saldo inicial, pois uma parte dele foi usada para compensar o excesso de despesa face à receita entrada no ano.

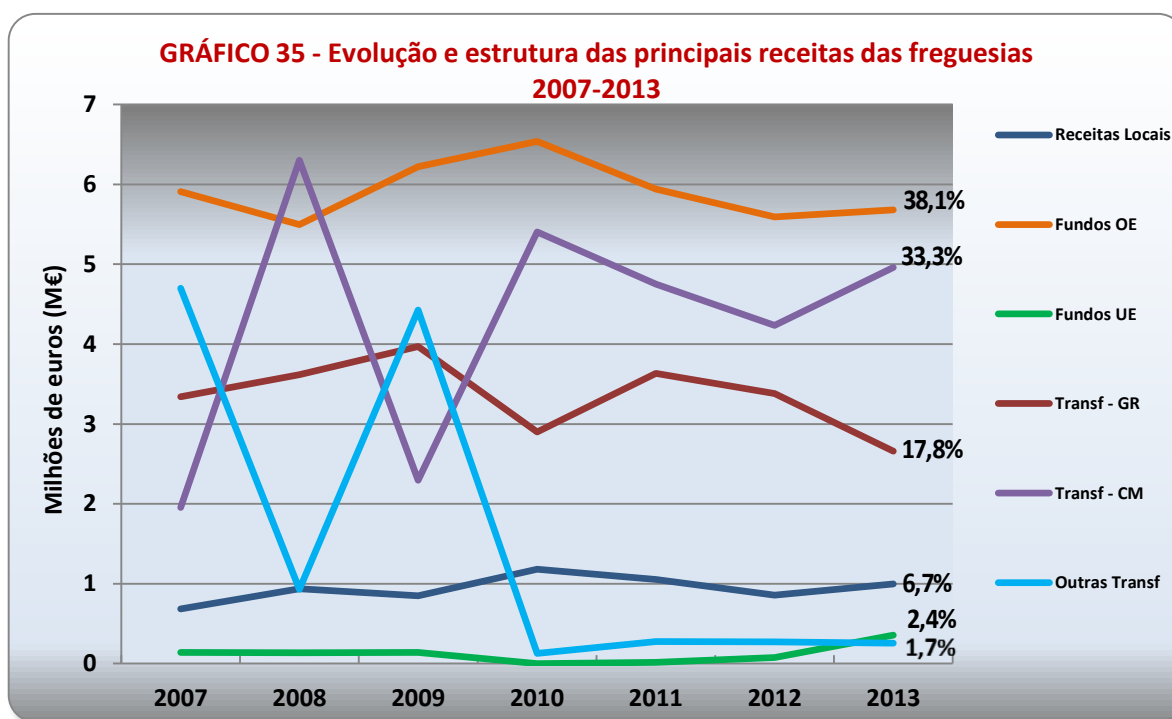


O facto de nem sempre ser possível obter as contas de todas as 155 freguesias da Região (em 2012 faltaram 3 e em 2013 faltou uma) faz com que nem sempre haja coincidência entre saldos finais de um ano e saldos iniciais dos anos seguintes, mas o que é essencial reter é que as receitas globais têm variado entre 14 e os 18 M€, e as despesas entre 15 e os 20M€. Os saldos de gerência variaram entre os 2 e os 4,5 M€. Em 2013, o saldo final de gerência atingiu o valor mínimo desde 2007.

GRÁFICO 34 - Finanças das Freguesias 2007 - 2013

Se considerarmos apenas as receitas geradas no próprio ano (desprezando os saldos de gerência), verificamos que, no período em análise, as receitas correntes excederam as despesas correntes apenas nos anos 2010, 2012 e 2013. Contudo, nos anos em que isso não se verificou, o saldo de gerência transitado foi sempre mais do que suficiente para cobrir a diferença.

O gráfico seguinte mostra a evolução das principais fontes de receita das freguesias dos Açores, evidenciando, para o ano de 2013, a participação percentual de cada uma.



O Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), inscrito no Orçamento de Estado e resultante da aplicação da lei das finanças locais, tem sido quase sempre a maior fonte de receita, com exceção de 2008, onde foi superado pelas transferências recebidas dos municípios.

As transferências dos municípios representaram em 2013 cerca de 33,3% das receitas, mas esta é a receita mais irregular, como facilmente se percebe pelo gráfico.

É também de assinalar a contribuição das transferências do Governo Regional, que apesar de terem sofrido um decréscimo de 21% em 2013, representaram nesse ano 17,8% das receitas totais, mas cerca de 34% das receitas de capital.

No que respeita às receitas locais, derivadas de impostos, taxas e venda de bens e serviços, o seu peso relativo nas receitas era de 6,7% em 2013, sendo importante salientar que aumentaram 16% nesse ano.

Os empréstimos contraídos pelas freguesias só podem ser de curto prazo (1 ano) e destinam-se a fazer face a dificuldades de tesouraria. Não aparecem no gráfico porque o seu valor é quase nulo, não tendo expressão em termos percentuais.

As restantes transferências incluem os fundos comunitários (2,4%) e outras transferências provenientes de instituições, famílias, etc. (1,7%). No caso dos fundos comunitários, o total recebido foi apenas de 355 m.e., mas este montante comparado com o ano anterior significa um aumento de 363%. Todavia, cerca de 90% dos fundos recebidos da Europa em 2013 concentraram-se nas seguintes freguesias:

QUADRO 49 - Repartição dos Fundos Comunitários (% do total recebido pelas JF)

VPT	VFC	VFC	AGH	CAL	SRP	HRT
Sta. Bárbara	S. Pedro	Ribeira Taínhas	Ribeirinha	Topo	Sta Luzia	Praia do Norte
7,16%	32,04%	3,90%	24,96%	5,38%	9,23%	7,87%

O quadro seguinte mostra a repartição das principais receitas das freguesias, considerando o total de cada concelho e a sua percentagem no total da Região. A participação do conjunto das freguesias de cada concelho pode ser comparada com a percentagem da população do concelho na Região.

QUADRO 50 - Repartição das principais receitas das freguesias (% por Concelho) - 2013

CONCELHOS	Receitas próprias	Transferências OE	Transferências UE	Transferências GR	Transferências CM	Transferências Outras	População %	Freguesias n.º
VPT	1,5%	3,5%	7,2%	3,4%	2,7%	0,0%	2,3%	5
PDL	21,7%	17,5%	0,0%	14,4%	20,2%	44,6%	27,9%	24
RGR	16,8%	9,4%	0,0%	21,8%	9,6%	15,1%	13,0%	14
LAG	4,6%	4,6%	0,0%	3,2%	6,7%	0,0%	5,9%	5
VFC	12,7%	4,1%	37,1%	4,2%	0,6%	7,1%	4,6%	6
POV	8,9%	4,1%	0,0%	4,1%	2,4%	2,4%	2,6%	6
NRD	2,7%	4,5%	1,0%	1,8%	2,3%	5,8%	2,0%	9
AGH	8,6%	12,7%	25,0%	14,2%	18,6%	11,8%	14,4%	19
PVT	6,9%	7,3%	0,0%	11,2%	2,7%	11,3%	8,5%	11
SCG	2,2%	2,7%	0,0%	1,6%	2,2%	0,0%	1,8%	4
CAL	1,2%	3,3%	5,4%	1,3%	2,8%	0,0%	1,5%	5
VEL	3,6%	3,8%	2,1%	4,3%	3,6%	0,0%	2,2%	6
SRP	1,8%	3,1%	9,2%	2,8%	2,1%	0,0%	1,4%	5
LPC	1,2%	3,9%	0,0%	2,6%	4,3%	0,0%	1,9%	6
MAD	1,9%	3,9%	1,6%	1,3%	3,1%	0,0%	2,5%	6
HRT	2,8%	7,0%	11,4%	7,0%	13,5%	1,8%	6,1%	13
SCF	0,5%	2,1%	0,0%	0,0%	1,7%	0,0%	0,9%	4
LFL	0,3%	2,5%	0,0%	0,8%	0,5%	0,0%	0,6%	7
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100,00%	155
Total €/hab/freg	998 051	5 680 049	354 900	2 659 850	4 961 540	255 847	46.316 ha	155

As receitas próprias e as transferências do OE (FFF) são receitas de carácter regular, não sofrendo grandes alterações de ano para ano. No caso das outras, trata-se de transferências com fins específicos, pelo que os valores de observados em 2013 podem ser muito diferentes noutros anos.

Nas receitas próprias, se é normal as freguesias de Ponta Delgada receberem 21,7% do total – Açores, os 8,6% de Angra do Heroísmo surpreendem, quando comparados com os 16,8% da Ribeira Grande, ou dos 12,7% de Vila Franca do Campo. De facto, em algumas receitas, os valores do município de Angra do Heroísmo são relativamente baixos, nomeadamente nos casos do IMI e da venda de serviços:

QUADRO 51 - Receitas próprias

Euros

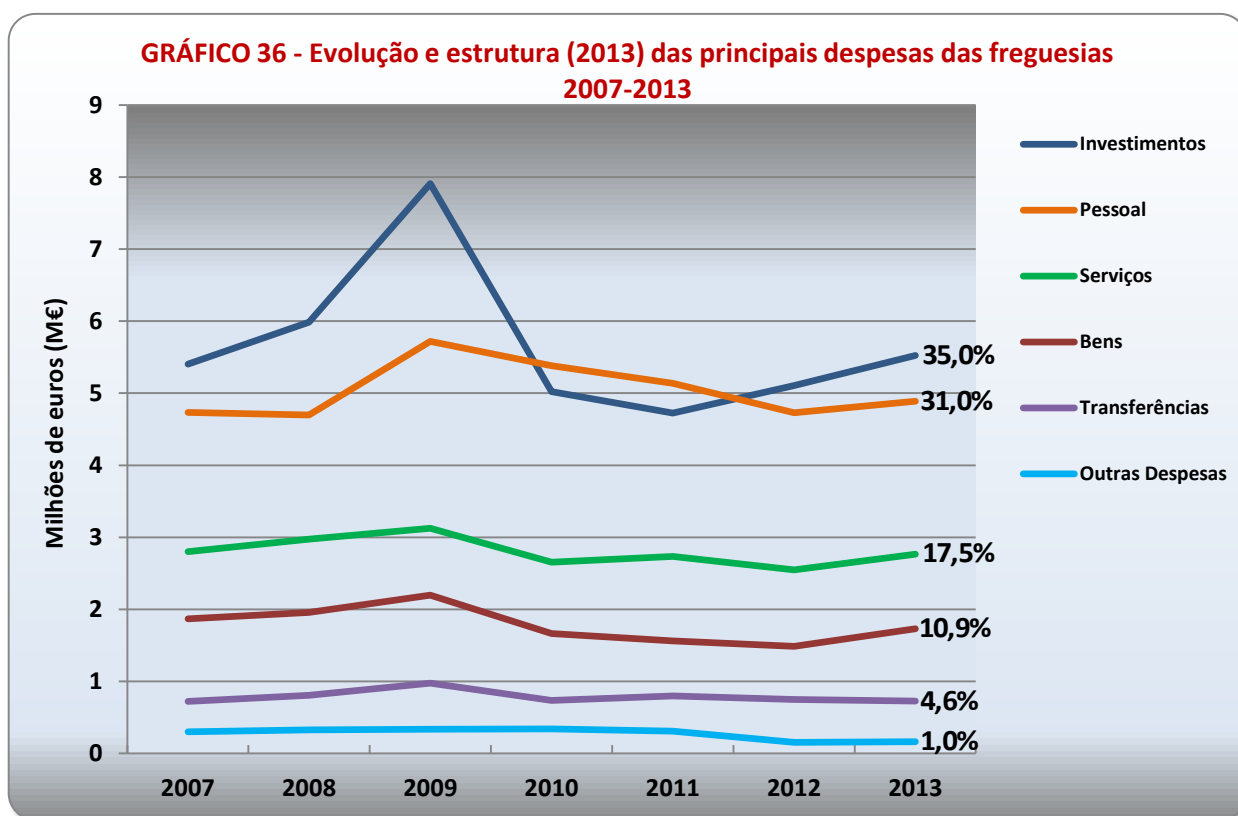
CONCELHOS	RGR	VFC	POV	AGH
IMI	27 592,44	3 055,94	19 920,17	15 934,34
Rendas	3 464,11	2 784,94	35 968,67	7 196,69
Venda de serviços	47 751,41	44 812,16	6 137,10	21 302,39
Outras receitas correntes	21 588,28	-	11 846,86	7 409,61

Por outro lado, nas transferências dos municípios para as freguesias, Angra do Heroísmo destaca-se pela positiva, situando-se muito perto de Ponta Delgada, mas com cerca de metade da população. Nesta rubrica, também se destaca o município da Horta, com 13,5% do total que os municípios transferiram para as freguesias em 2013 (4,96 M€).

Nas transferências do Governo Regional, verificamos que as freguesias dos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória receberam 62% do total, sendo um valor normal, se considerarmos que estes concelhos abrangem 64% da população.

6.2. Despesas das Freguesias

As despesas totais das 155 freguesias dos Açores atingiram os 15,8 M€ em 2013, ultrapassando em quase 1 M€ as receitas cobradas nesse ano, como atrás foi referido. Verificou-se um aumento global de 6,9%, mas as principais rubricas da despesa tiveram comportamento diferente. Assim, as despesas de pessoal aumentaram 3,4%, as de investimento 8,2%, a aquisição de serviços 8,6% e a aquisição de bens de natureza corrente 16,2%. A única despesa que diminuiu foi a das transferências (-3,4%), nomeadamente as transferências para instituições e para as famílias.



Em termos de estrutura, as despesas de investimento representam 35%, seguidas das despesas de pessoal, com um peso de 31%. No gráfico da evolução das despesas, pode observar-se que nos últimos anos apenas em 2010 e 2011 as despesas de pessoal superaram os investimentos. Nas restantes despesas, as aquisições de serviços ocupam 17,5% do total e a compra de bens, 10,9%.

As transferências para outras entidades têm-se situado à volta dos 5%.

Nas despesas de pessoal (4,9 M€), 30% referem-se a vencimentos e senhas de presença dos eleitos locais e 53% a vencimentos do restante pessoal. A segurança social representa cerca de 15% e os abonos variáveis os restantes 2%.

Nas aquisições de bens (1,7 M€) destacam-se as matérias-primas (18%), os combustíveis (21%), os prémios, condecorações e ofertas (9%) e o material de escritório (8%).

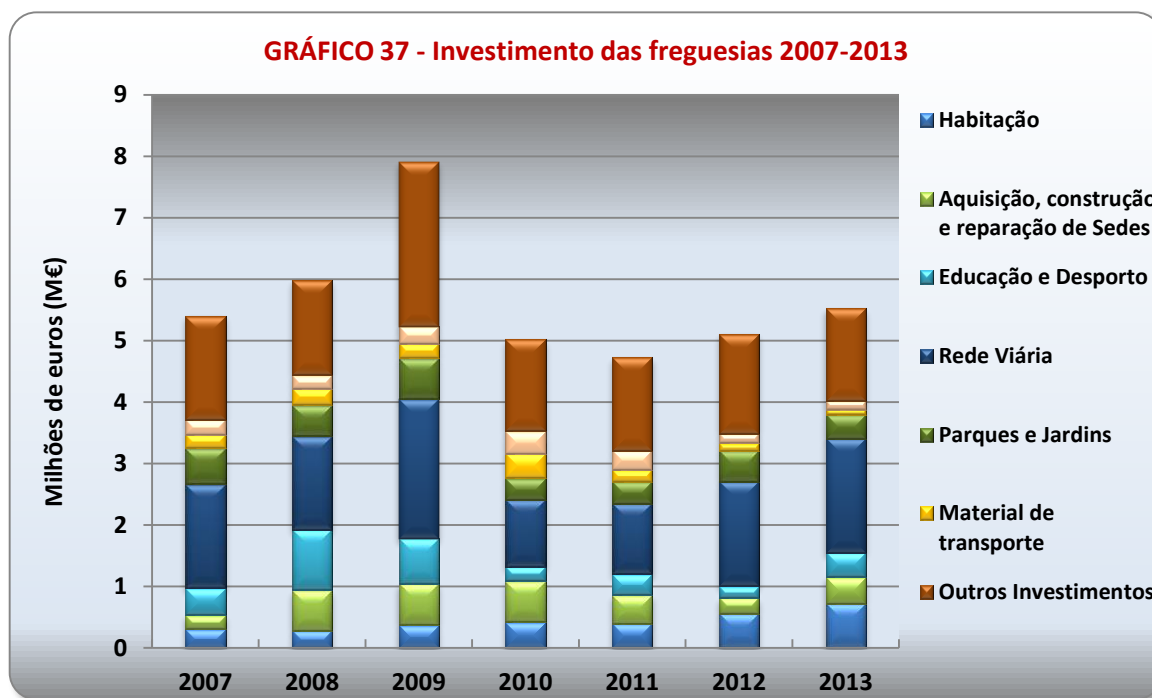
Nos serviços adquiridos, o destaque vai para os encargos com as instalações (13%), a conservação de bens (17%) e as comunicações (11%). A assistência técnica e os trabalhos especializados ocupam no conjunto cerca de 13%.

As transferências (0,7 M€) destinaram-se essencialmente às instituições (78%) e famílias (20%).

» Investimento

As freguesias realizaram em 2013, 5,5 M€ de investimentos, dos quais, cerca de 34% em rede viária, 13% em habitação e 8% em aquisição e construção / reparação de sedes.

Com exceção da habitação, que tem mostrado um crescimento regular, aumentando 29% em 2013, os outros setores, sobretudo a rede viária e a educação e desporto têm sofrido oscilações acentuadas nos últimos anos.



O investimento realizado pelas freguesias está fortemente dependente das verbas recebidas dos municípios, por delegação de competências, e do Governo Regional, no âmbito de contratos ARAAL de cooperação (sedes e mobiliário e equipamento). Ora, em 2012 e 2013,

o somatório das transferências recebidas dos municípios e do Governo Regional foi praticamente o mesmo (7,6 M€), apesar de se ter verificado um aumento de 17% nas transferências dos municípios e uma redução de 21% nas transferências do Governo Regional. O aumento de 8,2% observado no investimento das freguesias foi financiado pelo saldo corrente gerado durante o ano e pelo saldo do ano anterior e mesmo assim, ainda restaram 2 M€ a transitar para 2014, que poderão ter um papel importante no investimento desse ano.

7. CONCLUSÃO

O ano de 2013 marcou uma ligeira inversão de tendência, ao registar um aumento global de 0,8% nas receitas municipais, após uma série de 3 anos em que as receitas diminuíram, passando de 220 M€ em 2009, para 179 M€ em 2012.

O aumento nas receitas deveu-se sobretudo ao comportamento das receitas próprias e dos fundos comunitários.

Apesar do aumento de quase 1% registado nas receitas, as despesas sofreram uma redução de 2,6%, e isto apesar do aumento de 12% nas despesas de pessoal e de aquisição de serviços. Mesmo o investimento, segunda maior rubrica da despesa, com 26,5% (as despesas de pessoal representam 28,3%), cresceu 0,7%. As rubricas responsáveis pela diminuição da despesa total foram as amortizações de empréstimos e as transferências. Tanto as transferências de capital para as freguesias e empresas municipais (investimento delegado) como as transferências correntes e subsídios à exploração das empresas do setor local, diminuíram 44%.

O endividamento registou uma evolução favorável, ou seja, diminuiu 14%. No caso das dívidas bancárias, a redução foi de 9,5%, e nas restantes dívidas foi de 26,5%. Deste modo, o indicador dívida bancária / receitas certas ficou nos 96%, o mais baixo dos últimos 7 anos, e o indicador dívida não bancária / receitas certas ficou nos 26%, o que não acontecia desde 2007.

Da dívida total de 176 M€, registada em 2013, resulta uma dívida por habitante dos Açores de 713 euros.

Os municípios tiveram globalmente um resultado líquido positivo de 4,6 M€, bastante inferior aos 11,5 M€ registados em 2012 e aos 6,6 M€ observados em 2011. Em 2013, foram 7 os municípios com resultados líquidos negativos.

Os custos operacionais aumentaram 12,4%, ao passo que os proveitos operacionais cresceram apenas 1,3%. Para o crescimento destes custos contribuíram as remunerações (+11%) e os encargos sociais (+28%). São os proveitos e custos extraordinários, onde se integram as participações financeiras recebidas e concedidas, que permitem resultados líquidos positivos, devido à redução de 31,7% nos custos e de apenas 2,8% nos proveitos extraordinários.